

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**A TOGA PELA MÍDIA: REPRESENTAÇÕES DA
CREDIBILIDADE DO JUDICIÁRIO EM NOTÍCIAS
*ONLINE***

TESE DE DOUTORADO

Maria Sayonara Spreckelsen da Cunha Kurtz

**Santa Maria, RS, Brasil
2011**

A TOGA PELA MÍDIA: REPRESENTAÇÕES DA CREDIBILIDADE DO JUDICIÁRIO EM NOTÍCIAS *ONLINE*

Por

Maria Sayonara Spreckelsen da Cunha Kurtz

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras, Área de
Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de
Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do
grau de
Doutor em Letras

Orientadora: Prof^a Dr. Désirée Motta-Roth

Santa Maria, RS, Brasil

2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

A comissão examinadora, abaixo assinada, aprova a Tese de
Doutorado

**A TOGA PELA MÍDIA: REPRESENTAÇÕES DA CREDIBILIDADE
DO JUDICIÁRIO EM NOTÍCIAS *ONLINE***

elaborada por
Maria Sayonara Spreckelsen da Cunha Kurtz

Como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Letras

Comissão Examinadora

Désirée Motta-Roth, Dr.
(Presidente-Orientador – UFSM)

Sandra de Deus, Dr. (UFRGS)

Reginaldo Teixeira Peres, Dr. (UFSM)

Cristiane Fuzer, Dr. (UFSM)

Nina Célia Almeida de Barros, Dr. (UFSM)

Aprovada em 03 de março de 2011.

*... y bien, los hombres,
las mujeres,
vivieron y tomaron
la sencilla materia
brizna, viento, fulgor, barro, m
adera
y con tan poca cosa,
construyeron
paredes, pisos, sueños...*

P. Neruda

*A todos que, de tantas formas, contribuíram para a
realização deste trabalho, minha gratidão.*

RESUMO

As representações construídas no contexto social podem levar à própria organização da sociedade. Pela atuação dos meios de comunicação, agentes formadores de opinião, emergem representações que atravessam toda a estrutura social. A ligação entre a atuação da mídia e dos poderes do Estado é visível e se materializa em diferentes instâncias. Uma das instituições amplamente visadas pela mídia é o Judiciário. Esse interesse da mídia pelo Judiciário foi o ponto de partida da nossa pesquisa, inserida na linha Linguagem no Contexto Social, na UFSM, numa investigação de caráter multidisciplinar. O trabalho também se vincula ao projeto *Systemics Across Languages* (SAL), estabelecido em 2008, na PUC-SP, para dar apoio a atividades de pesquisa em línguas que investigam a relação entre gramática e discurso em termos sistêmico-funcionais. Procuramos buscar na mídia representações do Judiciário, já formadas ou em fase de alteração, além de delimitar um período para verificar essas representações, e selecionar um gênero para observar as representações. Primeiro, traçamos as orientações metodológicas, depois, analisamos a organização do texto e a estruturação linguística e semântica, responsáveis pela circulação da representação da credibilidade do Judiciário na *Folha Online*. Para a construção do *corpus* utilizamos recursos computacionais. Pelo programa *WordSmith Tools* (SCOTT, 1999), chegamos às ferramentas de análise *Concord* e *WordList*, que permitem trabalhar com expressiva quantidade de textos de forma rápida e eficiente, buscando explicar fenômenos linguísticos a partir de generalizações baseadas em registros da linguagem natural. Após o processo de seleção, analisamos a organização do texto das notícias e a estruturação linguística e semântica que são responsáveis pela circulação da representação da credibilidade do Judiciário no jornal *Folha Online*. Pesquisamos a respeito de gênero, Bazerman, (2005, 2006, 2007), Miller (1984, 2009), notícia, Lage, (2006), Wolf (2001), White, (1998), notícia online Traquina, (2007), Canavilhas, (2007) Bradshaw (2007), linguística de texto, Charaudeau, (2007), Avaliatividade White, (2004). Trouxemos o estudo para o âmbito da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) – base da nossa linha de pesquisa, considerando categorias apresentadas por Halliday & Matthiessen (2004). O trabalho é apresentado em quatro capítulos. No primeiro apresentamos as decisões metodológicas. No segundo capítulo que trata da organização da notícia, revisamos diferentes técnicas redacionais. No terceiro, apresentamos categorias da linguística sistêmico-funcional, que estão a serviço da organização do texto. No último capítulo, voltado às questões da representação propriamente dita, e estabelecemos conexões entre os diferentes atores. O mapeamento dessas conexões, por meio das notícias, possibilitou verificar como se formam e se modificam as representações. O trabalho permitiu que defendêssemos a seguinte proposição: Existe um gênero, que podemos chamar de “notícia atributiva”, que é um meio adequado para analisar a formação e reformulação de diferentes representações sociais.

Palavras – chave: linguagem; representações sociais; Judiciário

ABSTRACT

The representations constructed in the social context can lead to the own organization of society. By the performance of the media, agents that form opinion, it emerges representations that across the entire social structure. The link between the role of the media and the powers of the state is visible and is materialized in different instances. One of the institutions widely covered by media is the Judiciary. This media interest in the Judiciary was the starting point of our research, set in the line Language in Social Context, in the UFSM, in a research of multidisciplinary character. The work is also linked to the project *Systemics Across Languages* (SAL), established in 2008, in the PUC-SP, to support research activities in languages that investigate the relationship between grammar and discourse in systemic-functional terms. We seek to search in media representations of the Judiciary, already formed or in phase of changes, and also to demarcate a period to verify these representations, and select a genre to observe the performances. First, we traced the methodological guidelines, and then we analyzed the organization of the text, the linguistic and semantic structure responsible for the movement of the representation of Judiciary credibility in *Folha Online*. To construct the *corpus*, we utilized computing resources. Through the program *WordSmith Tools* (SCOTT, 1999), we found analysis tools *Concord* and *WordList*, that allowed us to work with a substantial amount of text on a quick and efficient way, seeking to explain linguistic phenomena from generalizations based on records of natural language. After the selection process, we analyzed the text organization of the news and the linguistic and semantic way of structure that are responsible for the circulation of representation of the reliability of Judiciary in the newspaper *Folha Online*. We researched on gender Bazerman, (2005,2006,2007), Miller,(1984,2009), news, Lage, (2006), Wolf,(2001), White, (1998) online news, Traquina, (2007), Canavilhas, (2007), Bradshaw, (2007), text linguistic Charaudeau, (2007), appraisal theory, White, (2004) We brought the study to the framework of Systemic-Functional Linguistics (LSF), basis of our line of research, considering categories presented by Halliday & Matthiessen (2004). The work is presented in four chapters. In the first chapter we present the methodological decisions. The second one deals with the news organization, we review different redactional techniques. In the third chapter, we present categories of systemic-functional linguistics, which are serving the text organization. In the last one, dedicated to issues of representation itself, we established connections between different actors. The mapping of these connections, through news, enabled us to verify how the representations are form and changed. The work allowed us to defend the following proposition: There is a genre that we call "attributive news", which is an appropriate way to analyze the formation and reformulation of different social representations.

Keywords: language, social representations, judiciary

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tabela de busca da <i>Folha Online</i>	20
Figura 2 – Telas da internet e txt.....	22
Figura 3 – Circulação de vozes.....	26
Figura 4 – Gêneros como recurso de práticas sociais comunicativas...	42
Figura 5 – Modos discursivos do acontecimento midiático.....	53
Figura 6 – Pirâmide invertida.....	56
Figura 7 – Pirâmide deitada.....	69
Figura 8 – O diamante da notícia.....	70
Figura 9 – Relação entre núcleo e satélites.....	72
Figura 10 – Organização orbital da notícia.....	73
Figura 11 – Cabeçalho de notícia sem autoria indicada.....	75
Figura 12 – Cabeçalho de notícia com indicação de autoria.....	76
Figura 13 – Processo de estratificação.....	79
Figura 14 – Contexto de cultura, contexto de situação e texto.....	80
Figura 15 – Os sistemas do complexo oracional.....	95
Figura 16 – Categorias da Avaliatividade.....	110
Figura 17 – Organização do poder Judiciário brasileiro	144
Figura 18 – Justiça decepcionada.....	160

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estrutura da notícia.....	57
--------------------------------------	----

Quadro 2 – Exemplo de notícia.....	72
Quadro 3 – Contexto de situação, semântica e léxico-gramática.....	82
Quadro 4 – Processos materiais criativos e transformativos.....	90
Quadro 5 – Processos mentais.....	91
Quadro 6 – Processos relacionais.....	92
Quadro 7 – Processos verbais.....	94
Quadro 8 – Categorias de contração e expansão dialógicas.....	112
Quadro 9 – Frequência dos verbos <i>dicendi</i> nas notícias de corpus.....	116
Quadro 10 – Notícia as <i>Folha Online</i> , com marcação para análise.....	118
Quadro 11 – Títulos com citação.....	120
Quadro 12 – Títulos com relato.....	120
Quadro 13 – Títulos com relato e “ilhas” textuais.....	121
Quadro 14 – Título com citação inserida e “ilhas”.....	121
Quadro 15 – Características dos universos.....	124
Quadro 16 – Títulos com processos relacionados a conflito.....	158

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – OPÇÕES METODOLÓGICAS	18
1.1 Justificativa para a escolha do corpus	18
1.2 Construção do corpus.....	19
1.3 Preparação do conjunto de textos.....	21
1.4 Procedimento de análise.....	23
1.5 O traçado de mapas.....	25
CAPÍTULO 2 – ORGANIZAÇÃO DA NOTÍCIA	27
2.1 Breve percurso histórico da notícia.....	27
2.2 O agendamento de notícias.....	31
2.3 O gênero notícia.....	36
2.3.1 A concepção de gênero em Bakhtin.....	36
2.3.2 Gênero como ação social.....	40
2.3.3 Convenções associadas às notícias.....	48
2.3.4 O acontecimento midiático.....	52
2.4 A notícia impressa: a pirâmide invertida.....	55
2.5 A notícia <i>online</i> : alternativas à pirâmide invertida.....	62

2.5.1	A estrutura orbital da notícia.....	71
2.5.2	O cabeçalho das notícias da <i>Folha Online</i>	75
CAPÍTULO 3 – CONTRIBUIÇÕES DA LINGUÍSTICA SISTÊMICO-		
FUNCIONAL À ORGANIZAÇÃO DA NOTÍCIA.....		
3.1	Texto e contexto.....	80
3.1.1	Contextos selecionados.....	83
3.1.1.1	A reforma da Previdência.....	83
3.1.1.2	A abertura da “caixa-preta” do Judiciário.....	86
3.2	Transitividade.....	88
3.3	Complexo oracional.....	95
3.3.1	Processo de projeção: citação e relato.....	97
3.3.1.1	Citação e relato: informações complementares.....	100
3.4	Engajamento: expansão dialógica.....	109
3.5	Notícias atributivas.....	117
3.5.1	Títulos com processos de atribuição.....	119
CAPÍTULO 4 – REPRESENTAÇÕES DO JUDICIÁRIO PELA MÍDIA.....		
4.1	Representações sociais.....	122
4.2	A comunicação mediada.....	126
4.2.1	<i>A Folha Online</i>	130
4.3	O Judiciário.....	136
4.3.1	A estrutura do poder Judiciário.....	140
4.4	A mídia e o Judiciário.....	145
4.5	Pesquisas de opinião sobre o Judiciário.....	147
4.6	A representação da credibilidade do Judiciário.....	150
CONCLUSÃO.....		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		
		168

INTRODUÇÃO

Manifestações discursivas produzem e reproduzem sistemas de crenças e valores em que sentidos são mobilizados, com capacidade cada vez maior de transcender o contexto social onde se corporificam. Pela atuação dos meios de comunicação, agentes formadores de opinião, criadores e reprodutores de cultura, emergem diferentes representações que perpassam todo o corpo social.

É inquestionável a extensão da ingerência da mídia na organização política da sociedade, a ponto de ser chamada de “quarto poder”. A ligação entre a atuação da mídia e dos poderes do Estado é visível e se materializa em diferentes instâncias. Uma das instituições amplamente visadas pela mídia é o Judiciário.

Os meios de comunicação de massa podem fabricar percepções do papel institucional do juiz e criar representações do Judiciário no corpo social. Nessa esfera, estão diferentes atores que constroem e são interpelados por formas simbólicas. Elas representam “um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos” (THOMPSON,1998, p.79), produzidos por sujeitos ou grupos, que são reconhecidos ou naturalizados como construtos significativos.

Há grande interesse da mídia massiva pelo Judiciário como instituição, pelas atividades judiciárias, e mesmo posturas individuais de juízes a respeito de assuntos os mais variados despertam sua atenção. Como efeito da liberdade de imprensa, conquista do Estado democrático, matérias veiculadas nos meios de comunicação de massa abordam não apenas os casos judiciais, mas o percurso profissional e pessoal dos juízes responsáveis por processos de grande repercussão.

A visibilidade pública da magistratura acaba criando uma nova imagem do juiz, não mais aquele austero integrante de uma corporação inatingível, distante do grupo social, mas, enquadrado agora como notícia, passa a ser visto como um homem comum que, por vezes, chega a fazer uso abusivo de sua autoridade.

Esse juiz tem o poder de tomar e fazer cumprir decisões que afetam a vida de outros indivíduos e mesmo de grupos sociais inteiros, buscando solucionar conflitos (NALINI, 2006, p. 245). Por conta da amplitude de sua atuação, diferentes representações sociais são construídas a respeito dos juízes e do Judiciário.

Muitos juízes, na verdade, ainda resistem a dar declarações à mídia. Justificam tal prática pela necessidade de evitar influência da opinião pública e interferências externas na hora de tomar decisões nos processos sob sua responsabilidade. Tais decisões, tomadas tanto pelo único juiz de uma pequena cidade do interior do país, como pelos integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF), a mais alta corte de justiça do Brasil, podem ter impacto social imediato e provocar o interesse e a consequente ativação dos meios de comunicação de massa, transformando-se em acontecimento midiático.

A mídia faz parte do trato diário de milhões de indivíduos, com diferentes níveis de apreensão, distintas formas de interpretação e variados meios de reprodução do conteúdo de suas mensagens. Se, para alguns, esta elaboração envolve certo grau de mediação, um imenso contingente não possui capacidade de desenvolver qualquer juízo crítico a respeito da carga de informações produzida e veiculada.

Por outro lado, a preocupação da mídia de levar a notícia ao público em concomitância ou logo após o fato ocorrido, sua principal característica, entra em rota de colisão com a necessidade do Judiciário de respeitar os trâmites legais, o sigilo, os prazos, mecanismos preestabelecidos para a adequada aplicação da lei, e coloca juízes e jornalistas em polos opostos.

Isso faz com que, frequentemente, as matérias veiculadas tragam em seus conteúdos, além da situação que desencadeou o trabalho da mídia, comentários sobre a postura dos juízes em relação a negativas de divulgação antecipada de decisões sobre o caso em julgamento, ou mesmo sobre posições pessoais dos magistrados a respeito do próprio fato.

Não é raro, também, juízes serem notícia porque se insurgem contra distorções e equívocos cometidos na divulgação de matérias acerca de processos ainda em fase inicial, ou juízos de valor emitidos por profissionais da mídia a respeito de decisões tomadas pelo magistrado. Na verdade, os veículos de

comunicação têm particular interesse por assuntos referentes aos três poderes, e é constante a produção de fatos noticiosos a respeito do Judiciário, do Legislativo e do Executivo.

Esse interesse da mídia pelo Judiciário foi o ponto de partida da nossa pesquisa, que se insere na linha Linguagem no Contexto Social, na UFSM, que trabalha na produção de conhecimentos sobre linguagem, práticas discursivas e letramento em contextos específicos, numa investigação de caráter multidisciplinar.

O trabalho também se vincula ao projeto *Systemics Across Languages* (SAL), estabelecido em 2008, na PUC-SP, para dar apoio a atividades de pesquisa em línguas que investigam a relação entre gramática e discurso em termos sistêmico-funcionais. Entre seus objetivos estão: investigar línguas que usam a teoria sistêmico-funcional em diferentes contextos e tipos de textos; construir explicações sistêmico-funcionais gerais de diferentes línguas que possam ser usadas para diferentes tarefas socialmente aplicáveis. Em seu primeiro estágio, o SAL pretende construir corpora baseados em tipos de textos, analisando a contribuição dos processos verbais na organização do texto. A pesquisa estará focada, inicialmente, em notícias, narrativas e artigos acadêmicos.

Com o primeiro interesse reconhecido – pesquisar representações do Judiciário veiculadas pela mídia – partimos para a delimitação do tema: pesquisar representações da credibilidade do Judiciário veiculadas pela mídia. Delimitamos, igualmente, um período específico para observar a circulação das representações: o ano de 2003.

Em 2003, a eleição, no Brasil, do primeiro presidente da República oriundo da classe operária, provocou grande expectativa em todos os setores da sociedade brasileira, despertando o interesse da mídia nacional e internacional, pela chegada ao comando do Executivo de alguém que não pertencia nem às oligarquias políticas nem à intelectualidade, e que possuía uma história de militância no movimento sindical.

Desde o início da campanha eleitoral, determinados pontos do programa de governo do então candidato, como a reforma da Previdência e o controle externo do Judiciário, já causavam contrariedade aos integrantes desse poder de

Estado. Ainda sem se completar o primeiro mês de mandato do novo presidente, as referências ao surgimento de conflitos entre o Executivo e o Judiciário receberam as primeiras atenções do noticiário brasileiro. Iniciaram pela rejeição do Judiciário à reforma da Previdência, continuaram com o episódio da “caixa-preta”, e não descartaram as reiteradas manifestações de Lula sobre a necessidade de controle externo daquele poder.

Embates como os referidos se apresentam até a atualidade, com distintos graus de intensidade e permanente cobertura midiática, mas o ano de 2003, talvez por toda a expectativa do início do governo Lula, foi emblemático.

Fatos sociais como os mencionados, transformados em acontecimentos noticiosos, podem construir representações e pré-julgamentos que são reforçados e mobilizados. Com nossa análise, buscamos perceber essa construção das representações sobre a credibilidade do Judiciário que é veiculada pela a mídia.

Tendo em vista os pressupostos tanto da linha de pesquisa, estudar a linguagem no contexto social, como do projeto SAL, construir *corpora* baseados em tipos de textos, analisando a contribuição dos processos verbais na organização do texto, estabelecemos o primeiro roteiro de trabalho:

- Buscar na mídia representações do Judiciário, já formadas ou em fase de alteração.
- Delimitar um período para verificar essas representações.
- Selecionar um gênero para observar as representações.

O procedimento de delimitação está descrito no primeiro capítulo, dedicado às opções metodológicas. Dentre as sugestões de *corpora* oferecidas pelo projeto SAL em sua primeira fase – notícias, narrativas e artigos acadêmicos – optamos pelo gênero notícia *online*, que nos daria melhores possibilidades de análise das representações, tanto pelas especificidades de sua materialidade textual, como pela facilidade de acesso à cronologia dos acontecimentos que caracterizam seu contexto de produção.

Após o processo de seleção, notamos que as notícias não se apresentavam com a característica tradicionalmente apontada, o predomínio do

modo narrativo de organização. Vimos, então, que era necessário chegar a uma classificação desses textos.

Resolvemos, pois, pesquisar o que havia de informação a respeito de notícia nas áreas, especialmente, da comunicação social, linguística de texto e análise do discurso. Identificamos menções a textos que correspondiam aos do nosso *corpus*: os construídos pelos jornalistas com base em vozes de terceiros.

Trazendo o estudo para o âmbito da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) – base da nossa linha de pesquisa –, a necessidade de identificação dos textos nos levou à consideração de duas teses defendidas por Halliday & Matthiessen (2004):

1. Diferentes tipos de textos (registros) favorecem diferentes tipos de expansão e também diferentes tipos de manifestações gramaticais (p. 594).
2. Orações de diferentes tipos de processos prestam contribuições distintas à construção da experiência no texto (p. 174).

Esta foi a primeira tarefa empreendida: descrever as características dos textos do corpus, usando a LSF como suporte. Mas não foi a única tarefa da pesquisa. Precisávamos verificar se o “envoltório” textual era um meio adequado para fazer circular as representações sociais que havíamos selecionado.

Os passos que nortearam a nossa pesquisa são apresentados na tese conforme se desenvolveram. Primeiro, traçamos as orientações metodológicas. Depois, analisamos a organização do texto e a estruturação linguística e semântica que são responsáveis pela circulação da representação da credibilidade do Judiciário na *Folha Online*. O trabalho, apresentado em quatro capítulos, permitiu que defendêssemos a seguinte proposição:

Existe um gênero, que podemos chamar de “notícia atributiva”, que é um meio adequado para analisar a formação e reformulação de diferentes representações sociais.

CAPÍTULO 1 – OPÇÕES METODOLÓGICAS

Colocamos o capítulo de metodologia como o primeiro da tese porque optamos por trabalhar com três capítulos temáticos, ao invés de trabalhar com a disposição mais comum: revisão da literatura – metodologia – análise. A revisão da literatura está presente nos três capítulos temáticos, e determinados conceitos discutidos são seguidos de aplicação aos textos selecionados como *corpus*. Assim, operamos com duas metodologias: uma de apresentação dos capítulos e outra de análise dos textos, de acordo com o desenvolvimento da revisão dos construtos teóricos.

Neste capítulo, descrevemos as etapas de execução da pesquisa, desde a escolha e construção do corpus, até os procedimentos de análise dos dados textuais e contextuais. Como resultado dessas decisões metodológicas, estabelecemos uma sequência de procedimentos para observar, por meio das características estruturantes de alguns exemplares do gênero notícia, de que maneira a linguagem é utilizada na construção de representações de credibilidade do poder Judiciário.

1.1 Justificativa para a escolha do tema

Para chegar às razões da escolha do tema da pesquisa, é preciso fazer referência ao contexto e à cronologia dos acontecimentos que redundaram no meu ingresso no PPGL/UFSM, na área de Estudos Linguísticos.

Na condição de responsável pela disciplina de Metodologia e Produção de Textos no curso de Direito da UFSM, uma de minhas preocupações, a par da instrumentalização para a competência na elaboração de textos técnico-jurídicos, é passar aos acadêmicos a necessidade de derrubar alguns mitos em relação à atuação dos operadores do direito, tanto nas profissões liberais como nas carreiras públicas. Um deles é o da imparcialidade, pois sabemos da existência de um expressivo número de profissionais, em especial integrantes das carreiras jurídicas públicas, que se distanciam do corpo social, encastelados em posturas dogmáticas e autoritárias.

Ao elencar tais posturas, trouxe como exemplo uma sentença cujo texto indicava atitude claramente homofóbica do magistrado, fato que, pela atuação dos meios de comunicação de massa, extrapolou a esfera jurídica, transformando-se em acontecimento noticioso. Por conta da repercussão desse episódio, veio à discussão a força da linguagem, tanto do discurso jurídico como do discurso midiático.

Desejando aprofundar os estudos sobre os acontecimentos filtrados pela mídia, busquei entrar em contato com o curso de Letras de nossa instituição. Fui pessoalmente ao campus e cheguei até a sala da coordenação. Lá estava a professora Nina Célia Almeida de Barros, naquela época responsável pela coordenação do curso, que me recebeu, me ouviu, e disse estar trabalhando com linguagem jurídica num projeto dentro da linha de pesquisa Linguagem no Contexto Social do PPGL/UFSM. Passei a integrar o projeto.

Posteriormente, submeti-me à seleção e fui aprovada para o doutorado em Estudos Linguísticos, trabalhando, a partir dos pressupostos da Linguística Sistemico-Funcional, na investigação do papel da linguagem nas representações sociais do Judiciário divulgadas pela mídia.

Com a aposentadoria da professora Nina, continuei na mesma linha de pesquisa, sob a orientação da professora Désirée Motta-Roth, e completei o trabalho que já estava em sua fase de análise.

1.2 Construção do *corpus*

Pretendendo observar as representações do Judiciário construídas pela mídia durante 2003, que foi o primeiro ano do primeiro mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, tomamos a decisão de realizar essa busca em um veículo de grande circulação que disponibilizasse o material já digitalizado. Optamos pela *Folha Online*, pois, além de ser considerado um jornal de reconhecida qualidade técnica, permite acesso gratuito e traz um mecanismo de busca bastante simples na sua utilização.

Para a construção do *corpus* foram tomadas decisões metodológicas que resultaram na eleição de diferentes critérios: o primeiro foi localizar, no veículo e período escolhidos, notícias com referência ao poder Judiciário. Para tanto,

acessamos o *site da Folha Online*, em cuja barra de busca foram colocadas os itens “juiz” e “judiciário”, no sentido de evitar acesso a notícias esportivas. Colocamos, igualmente, as datas de início e fim da busca pretendida, para determinar a cronologia desejada: de 02 de janeiro a 30 de dezembro de 2003, como indica a Figura 1.



Figura 1 – Tela de busca da *Folha Online*

Recebemos 263 notícias versando sobre o poder Judiciário, que passaram por uma leitura inicial para verificar se estavam de acordo com o primeiro critério de seleção. Após essa coleta inicial, o segundo critério utilizado foi selecionar, nessas notícias, apenas aquelas que mencionassem o poder Judiciário como instituição e/ou integrantes desse poder, sendo excluídas as que não se referissem ao exercício de suas funções. Após essa primeira seleção, a coleta resultou em 160 notícias.

Como o mecanismo de busca oferecia as notícias em apresentação decrescente, de dezembro a janeiro de 2003, elas precisaram ser reagrupadas em ordem cronológica, para facilitar a contextualização.

O terceiro critério foi identificar as notícias sobre dois episódios eleitos para caracterizar o contexto dos textos: foram selecionadas, então, após nova leitura do corpo das notícias, apenas aquelas referentes à reforma da Previdência e às declarações presidenciais sobre a “caixa-preta” do Judiciário, que provocaram impacto na sociedade. Como resultado, obtivemos 87 notícias que se referiam aos episódios mencionados.

1.3 Preparação do conjunto de textos

Para facilitar a leitura e manuseio, os 87 textos foram impressos, a partir de arquivos criados com os textos em Word.doc. Sentimos, então, que somente a leitura dos textos não seria suficiente para chegar a um resultado mais preciso na observação dos dados. Precisávamos de ferramentas computacionais que selecionassem palavras-chaves e segmentos significativos para a análise das representações.

Pelo programa *WordSmith Tools* (SCOTT, 1999), chegamos às ferramentas de análise *Concord* e *WordList*, que permitem trabalhar com expressiva quantidade de textos de forma rápida e eficiente, buscando explicar fenômenos linguísticos a partir de generalizações baseadas em registros da linguagem natural, efetivamente utilizada por falantes e escritores em situações reais.

Para que o programa *WordSmith Tools* pudesse acessar os textos, eles foram salvos sem formatação, organizados em bloco de notas, como demonstra a Figura 2:

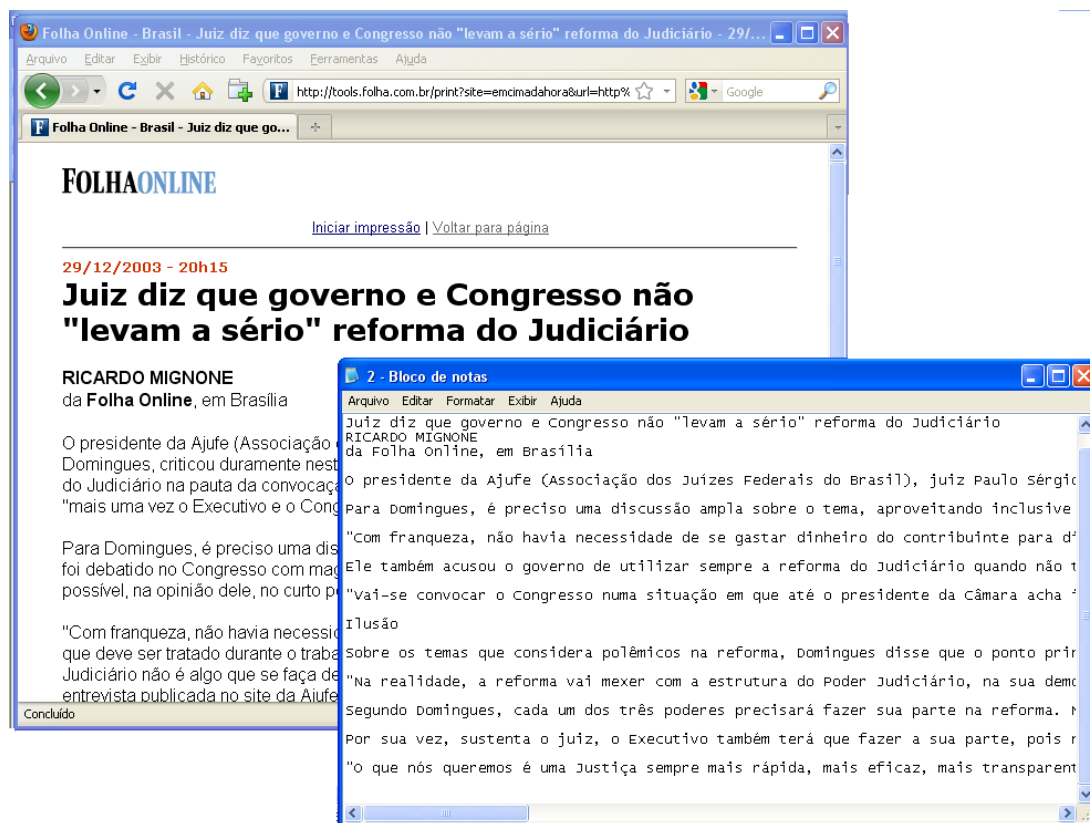


Figura 2: Telas da internet e txt

A ferramenta *Concord* prestou uma ajuda particularmente significativa ao trabalho. Ela armazena todos os textos selecionados. Ao procurarmos uma palavra, aparecem, em lista, todas as ocorrências que fazem parte dos textos, em um contexto imediato. Por exemplo, ao procurarmos a forma verbal “disse”, *Concord* apresentou 192 ocorrências. Reproduzimos dois dos itens da listagem:

- 2 que é o Poder dos Poderes”, disse o presidente do PT, José
- 3 de R\$ 30 mil ou R\$ 40 mil”, disse Pimentel. Próximos passos da

Ao pressionarmos qualquer das linhas, o programa nos remete para o texto completo. Essa possibilidade nos permitiu recortar e colar a data e os segmentos dos textos armazenados da *Folha Online* (que reduzimos para FOL) e colocá-los em boxes de uma linha e duas colunas, espaço 1, Arial 10, que foram numerados para facilitar a análise:

nº	"A greve dos juizes é antidemocrática e inconstitucional. Um Poder não faz greve, não tem legitimidade, principalmente o Judiciário, que é o Poder dos Poderes", disse o presidente do PT, José Genoíno, em seminário do partido sobre a reforma, em São Paulo. (FOL 26/07/2003)
----	---

Provavelmente não conseguiríamos realizar o trabalho sem os recursos computacionais.

1.4 Procedimentos de análise

No capítulo que trata da organização da notícia (o segundo), buscamos identificar o “invólucro” através do qual as representações do Judiciário circulariam. Revisamos as seguintes técnicas redacionais:

- pirâmide invertida
- pirâmide normal
- pirâmide deitada
- diamante da notícia
- organização orbital

As particularidades de cada um dos modelos organizacionais foram examinadas nas notícias *online* de 2003. Como as técnicas redacionais do meio digital sofreram adaptação às novas realidades, foi necessário pesquisar algumas notícias mais antigas, provenientes do meio impresso, para identificar, principalmente, a pirâmide invertida.

Para compreender o conceito de agendamento de notícias, escolhemos aleatoriamente um dia do ano de 2003 e levantamos diferentes notícias que foram consideradas importantes naquele dia. Destacamos, também, no capítulo, a importância do título para a notícia, listando, com o auxílio do *Concord*, construções significativas.

No capítulo que trata das contribuições da linguística sistêmico-funcional à notícia (o terceiro), as ferramentas *Concord* e *WordList* foram usadas especialmente para esquadrihar exemplos dos conceitos de transitividade e complexo oracional. Utilizamos a ferramenta *WordList* no levantamento da

frequência dos verbos *dicendi* (de dizer). Com a ferramenta *Concord*, pesquisamos as orações projetadas pelos processos verbais que estavam presentes em todos os textos do *corpus*.

O uso da ferramenta ajudou a mostrar a alta incidência das estratégias de inserção de vozes, como citação (*X disse*), relato (*X disse que*), citação integrada (*híbrida*) e citação inserida (*segundo X*) na circulação das representações.

Essa constatação nos levou a identificar um tipo particular de notícia, que é totalmente perpassado de vozes. Neste ponto, apresentamos uma contribuição para materializar uma das teses de Halliday & Matthiessen:

Diferentes tipos de textos (registros) favorecem diferentes tipos de expansão e também diferentes tipos de manifestações gramaticais (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004, p. 594).

No último capítulo, voltado às questões da representação propriamente dita, estabelecemos conexões entre os seguintes atores: Judiciário, Mídia, Presidência, Igreja e outros grupos sociais.

O Judiciário, como principal objeto de representação, estava previamente definido na delimitação do tema. Os demais agentes de representação emergiram da observação das vozes presentes nas notícias, nos levantamentos preliminares.

O mapeamento dessas conexões, por meio das notícias, permitiu que verificássemos como sua materialidade textual contribui para formar e alterar as representações.

Por serem tanto os textos do *corpus* como o próprio texto da tese perpassados de vozes, de diálogo, de interação, acrescentamos, também,

durante a apresentação da teoria e da análise, a voz do Presidente da República, conforme pronunciamentos coletados por Kamel, em 2009.

Com esses procedimentos, integramos a análise textual e contextual, pois a delimitação dos episódios, envolvendo os referidos atores sociais, foi sempre o pano de fundo para a pesquisa do modo de organização e das formas linguísticas que compõem a notícia. Assim, verificamos a interdependência entre o contexto de situação (que inclui o modo de organização) e a sintaxe.

1.5 O traçado de mapas

Era típico do trabalho da professora Nina, nessa época ainda minha orientadora “de fato e de direito”, montar um mapa, em papel almaço, com lápis nº 2, de anilina, e uma indefectível borrachinha acoplada a ele, com os detalhes da pesquisa que seus orientandos deveriam fazer. No decorrer de 3 anos, durante as orientações, vários mapas foram traçados e deixados de lado. Pretendíamos, inicialmente, trabalhar com grupos de notícias assinadas e não assinadas, para verificar as diferentes técnicas de contração dialógica ou expansão dialógica usadas pelo jornalista.

Gráficos foram feitos para mostrar a diferença no uso de processos verbais em textos assinados e não assinados. Mas essa distinção não se mostrou produtiva, pois os textos não se distinguiam suficientemente quanto à assinatura. O mapa teve de ser abandonado. E assim vários *insights* foram testados e deixados de lado, sem piedade.

Abordagens diversas foram testadas para sustentar a circulação das representações por meio de um gênero midiático. Foram elaborados novos mapas com escritas e reescritas, setas em diferentes direções, preocupantes conexões de áreas teóricas conflitantes.

Um diagrama, que fazia parte do mapa completo, reproduz aqui a parte central das preocupações orientacionais: a circulação das vozes.

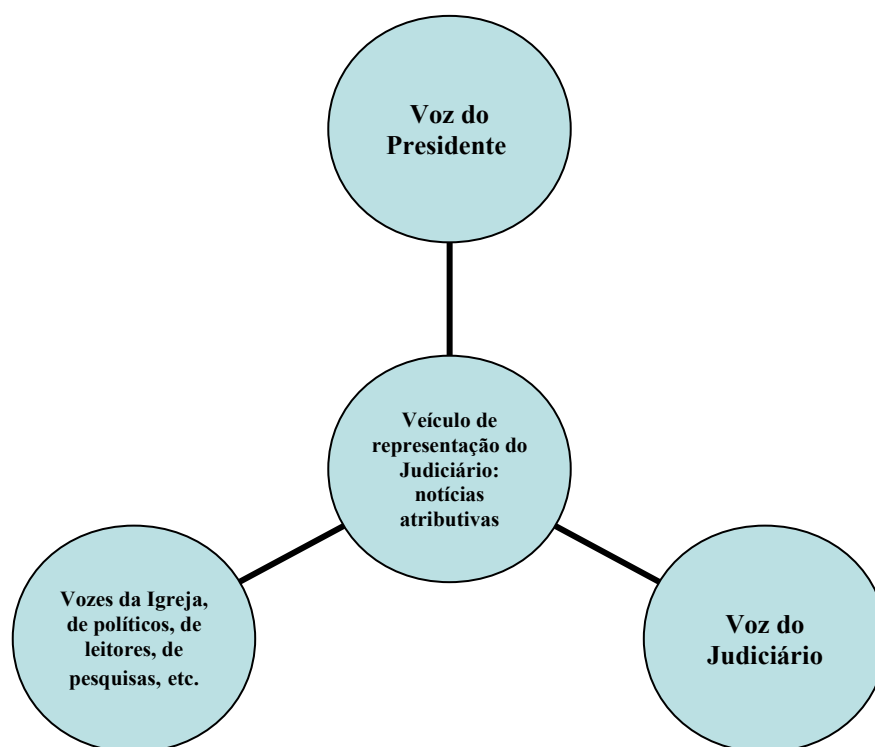


Figura 3: Circulação de vozes

A Figura 3 pretende mostrar as relações entre o objeto de representação e seus agentes. Existe um objeto de representação – o Judiciário e existem agentes dessa representação: o próprio Judiciário, o Presidente, representante da Igreja, políticos, leitores, pesquisas, entre outros. A mídia, especificamente por meio de notícias atributivas, é o lugar de circulação dessas representações manifestadas pelos agentes.

CAPÍTULO 2 – ORGANIZAÇÃO DA NOTÍCIA

Este capítulo reúne contribuições de áreas que falam da notícia. Apresentamos, inicialmente, dados que tratam da sua história; fazemos, a seguir, menção à teoria do agendamento e sua importância. Acrescentamos, então, considerações sobre gênero, partindo de Bakhtin, até chegar a diferentes técnicas redacionais de notícias impressas e *online*.

2.1 Breve percurso histórico da notícia

Segundo Lage (2006, p. 8-16), na Idade Média a informação provinha dos dois maiores poderes, nobreza e clero, e chegava à população por meio de decretos, proclamações e sermões, ainda que se formassem circuitos paralelos de versões e boatos. A imensa quantidade de tempo necessário para que uma notícia cruzasse o mundo conhecido de então começou a diminuir com a expansão do comércio que uniu Oriente e Europa e trouxe, junto com mercadorias, técnicas e informações. Não só a atividade artesanal, mas a alfabetização se ampliou e as informações, os *avvisi*, agora de comerciantes e banqueiros (não mais dos duques ou dos bispos), deixaram de ser dados pela voz dos letrados e passaram a ser afixados nos muros.

A invenção da imprensa deu um impulso à comunicação. A grande prosperidade fruto da colonização da América, a acumulação das riquezas vindas das colônias, dos saques e da exploração da mão-de-obra escrava, impulsionou a conquista de poder. As cidades mercantis cresciam e prosperavam, as línguas nacionais ganhavam importância a partir dos novos centros de poder e o latim era a língua culta. Esse era o contexto do surgimento da imprensa periódica; o primeiro jornal passou a circular em Bremen o segundo em Estrasburgo, ambos em 1609 e em uma década havia jornais em diferentes países da Europa. Londres iniciou em 1621, com *Current of General News*, e Paris lançou a *Gazette* em 1721.

As notícias dos primeiros jornais, que apareciam como indicações de interesse econômico, foram utilizadas, depois, pela burguesia capitalista para lutar contra a Igreja e o Estado. A aristocracia chegou a lançar seus periódicos, sustentando a luta política durante vários anos. Imprimir um jornal não exigia muito investimento e, sob essa ótica, qualquer um podia imprimir o seu, se contasse com amigos, correligionários ou mesmo com aqueles temerosos de críticas caso não se aliassem à empreitada. Por conta disso, a censura era aceita até mesmo pelos burgueses, que apoiavam politicamente a liberdade de imprensa. Surgiram, então, mecanismos de controle, dos mais acintosos, como decisões judiciais impostas pelos tribunais, aos mais sutis, como impostos e taxas.

A classe agora dominante espoliava brutalmente os trabalhadores, as idéias socialistas floresceram, e, na última metade do século XIX, a Revolução Industrial acabou derrubando a censura na maior parte da Europa Ocidental.

Começa a surgir um consistente mercado para os jornais. Os trabalhadores urbanos, já alfabetizados, se transformaram num público importante, pois “tendo ascendido ao poder simbólico da palavra impressa, tornaram-se formadores de opinião entre seus pares ainda iletrados”. A par disso, a mecanização deu escala empresarial ao jornalismo e a publicidade custeava a maior parte do empreendimento já que o público, por diferentes estratégias, deveria ser levado a consumir. Aparece, após a solidificação do mercado, o jornal-empresa, que deve remunerar o capital investido e tirar sua renda da “veiculação de bens materiais e ideológicos produzidos por entidades de característica semelhante”. Lutar pelo aumento da tiragem, que indicava a eficácia publicitária, fez os jornais diversificarem seu conteúdo, incluindo folhetins, horóscopo e quadrinhos.

O desenvolvimento histórico não foi o mesmo em todos os lugares, pois nos Estados Unidos a imprensa jamais sofreu censura de Estado, ainda que tenha sido, e ainda seja, pressionada por grupos econômicos, religiosos e pela chamada sociedade organizada. Confrontando um dos tantos mitos americanos – total liberdade de imprensa fruto de garantia constitucional - as origens históricas mostram que depois da independência não havia forças internas opostas ao regime federativo. Índios e escravos, que poderiam contestar, não possuíam voz por não terem acesso à escrita. Somente depois da guerra civil, as contradições

de classe aflorariam junto com um grande desenvolvimento, mas a imprensa já estava enquadrada no modelo capitalista liberal.

Nos Estados Unidos, o jornal-empresa chegou à maturidade, tendo a notícia como a mais importante matéria-prima, com padrão industrial por meio de técnicas de produção, regulação do código linguístico e de uma estrutura relativamente estável, além da divisão do trabalho nas redações que deu aos editores, orientados “ora por leis de mercado, ora por conveniências que traduzem o jogo de grupos de pressão ou entidades abstratas”, o poder de decisão sobre o que vai ou não ser publicado. Essas características espalharam-se por todos os órgãos de imprensa nos sistemas democráticos e permanecem, com especificidades, até hoje.

No Brasil, segundo Bahia (1999), a história do jornalismo pode ser dividida em três fases: desde 1808, com a transferência do poder real, que marca a inauguração da imprensa, passando à segunda fase, em 1880, com a mecanização, que lhe imprimiu características empresariais, até a terceira fase, iniciada com o Estado Novo e que chega à atualidade.

Em maio de 1808, funda-se a Impressão Régia e em setembro é criada a Gazeta do Rio de Janeiro, apesar de desde julho, em Londres, estar sendo editado o Correio Brasiliense, por Hipólito da Costa, que se tornou o patrono da imprensa brasileira. Segundo o autor, esse jornal apresenta crítica e dinamismo, forte opinião e informação, e apesar das pressões do Reino, alcança circulação surpreendente para a época. Na Bahia, surgem os primeiros jornais e revistas não oficiais e As Variedades ou Ensaio de Literatura é a primeira revista impressa no Brasil. A Gazeta circulou até dezembro de 1821, colocando-se como um veículo oficial, suas notícias rivalizavam com as informações publicadas no Correio Brasiliense que circulou até o ano seguinte, pois Hipólito da Costa fecha o Correio, acreditando que com a independência, encerrava-se sua missão de promover e assegurar a existência de instituições livres ao lado de costumes políticos civilizados.

Desde a fundação da Impressão Régia até próximo da independência havia censura prévia, época em que a Junta Diretora examinava tudo o que fosse mandado publicar. Em 1821 o príncipe-regente decreta o fim da censura prévia, liberando a imprensa no Brasil, fato que estimula a criação de novos jornais.

Minas recebe seu primeiro jornal em 1823 e, no mesmo ano, em Pernambuco, surge o Diário de Pernambuco que, por existir até hoje, torna-se o jornal mais antigo em circulação no Brasil e na América Latina; quatro anos depois, no Rio de Janeiro, é fundado o Jornal do Commercio. Quando os serviços dos correios começam a entregar correspondência a domicílio, a circulação de jornais é estimulada e o jornal Atualidade mobiliza entregadores negros e mulatos para venda avulsa nas ruas do Rio de Janeiro. As ruas centrais do Rio e de São Paulo começam a receber quiosques que vendem jornais e revistas, aproximando as notícias de seus consumidores.

A segunda fase da imprensa brasileira, iniciada em 1880, caracteriza-se pelo surgimento do jornal-empresa, com grandes investimentos, equipamentos de qualidade e mão de obra assalariada, mais técnica, o que transforma os jornais em estabelecimentos economicamente rentáveis, tendo a publicidade como uma das principais fontes de lucro. A introdução dos anúncios publicitários fez com que os jornais se assumissem como empresas, nas quais a organização pode influenciar os rumos editoriais do veículo, e a notícia passa a ser vista como um produto.

O jornalismo literário ou político da fase anterior não atende aos interesses de um país agora republicano, e a imprensa passa a voltar-se às demandas de uma sociedade em transformação. O Jornal do Brasil, de 1891, com tendência liberal, inclinação conservadora, mas sem vínculos partidários é visto como livre e independente. Rui Barbosa assume sua direção e o estilo do jornal muda, com preferência às notícias sobre política, utilizando linguagem dura e direta. Na primeira década do século XX os maiores jornais brasileiros instalam seus correspondentes em vários países da Europa e das Américas. A notícia passa a ser prioridade e a informação diária rotineira. Os anos 20 trazem ao público dois grandes jornais, até hoje em circulação: O Globo e a Folha de São Paulo.

O início da terceira fase da imprensa brasileira é marcado pela repressão do Estado Novo, com o advento da censura e a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Com o fim da ditadura Vargas, caem os mecanismos oficiais da censura e em 1953 o governo edita a Lei de Imprensa. Com o golpe militar de 64, o AI 2 permite ao presidente da república violar a liberdade de imprensa e com o AI 5 reinstala-se a censura prévia em todos os

meios de comunicação, sendo editada, em 1967, a nova Lei de Imprensa e jornais que desafiam os militares são invadidos e depredados.

Apenas na década de 80, com a redemocratização, as notícias sobre os anos de autoritarismo passam a circular livremente. Na atualidade, o que determina as pautas não é mais a censura, mas os interesses comerciais dos grandes conglomerados da comunicação. Em maio de 2009 a Lei de Imprensa, vigorando desde 1967, foi revogada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A história do jornal Folha de S.Paulo, fonte do nosso *corpus*, será mencionada no quarto capítulo.

Após esse breve relato histórico, que pretendeu facilitar a compreensão das condições de produção dos textos a serem analisados, buscamos abordar o agendamento da notícia na próxima seção.

2.2 O agendamento de notícias

Há duas teorias que investigam a influência que a mídia exerce na opinião pública: *agenda-setting* (agendamento) e espiral do silêncio. Ao selecionar determinados temas a serem veiculados, a mídia apaga os demais temas que não entraram na pauta de informação daquele dia. Um assunto noticiado com determinada força silencia outros assuntos não veiculados, mesmo que sejam de grande importância para a sociedade (REBOUÇAS, 2009).

Segundo McCombs e Shaw (1972), o modelo de *agenda-setting* mostra a relação direta e causal entre o conteúdo da agenda dos meios de comunicação e a percepção coletiva de quais serão os temas importantes do dia. A pesquisa partiu da constatação do poder que exercem os meios de comunicação, por sua capacidade simbólica, de influenciar e determinar o grau de atenção do público para determinados temas. O agendamento é um processo dinâmico pelo qual as mudanças, na cobertura dos meios de comunicação, causam alterações na consciência do público sobre os temas. A determinação dos temas pela mídia realiza-se por meio da seleção, disposição, elaboração e incidência das notícias.

O agendamento é o poder dos meios de comunicação de massa de formatar as prioridades políticas gerais do público, conduzindo-o a reconhecer

certos temas como mais importantes. Mesmo não existindo um acordo explícito entre os veículos, o crescimento dos serviços das agências de notícias e a comunicação entre eles condicionam a ocorrência de conteúdos comuns dos temas divulgados. Também a relevância de determinada figura pública nas notícias faz com que um número cada vez maior de pessoas forme opinião sobre esse indivíduo, conforme McCombs (2004, p. 136).

Como afirma Wolf (2001, p. 144), o agendamento parte da hipótese de que os meios de comunicação, descrevendo e precisando a realidade exterior, apresentam ao público uma lista daquilo sobre que é necessário ter uma opinião e discutir. O pressuposto maior é que a compreensão das pessoas acerca de grande parte da realidade social é dada a elas, por empréstimo, pela mídia.

Wolf (2001, p. 130) entende que o agendamento toma como postulado um impacto direto, mesmo que não imediato, sobre os destinatários. Esse impacto se configura segundo dois níveis: o primeiro é “a ordem do dia” dos temas dos assuntos e problemas presentes na agenda dos meios de massa; o segundo é a hierarquia de importância e de prioridade segundo a qual esses elementos estão dispostos na “ordem do dia”.

Podemos tomar como exemplo de “ordem do dia” o primeiro dia útil do governo Lula, 2 de janeiro de 2003. Nessa data, publicadas na Folha Online, há 10 notícias que trazem no título, no parágrafo introdutório (lide) ou no seu corpo, referências à reforma da Previdência. As notícias foram publicadas às 07h09, 08h14, 08h33, 08h46, 12h57, 13h57, 14h36, 14h57, 16h39 e 20h09. Em (1), é reproduzido o discurso de posse do presidente. No título, já há referência implícita às reformas:

1	Lula prega mudança 'com coragem e cuidado' No discurso de posse, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva trocou a ênfase na estabilidade da economia pela volta à retórica da mudança, mas deixando claro que elas não virão de "um arroubo voluntarista", mas com "paciência e perseverança", com "coragem e cuidado". (FOL, 02/01/2003 -07h09)
---	---

Em (2), a notícia traz a voz da oposição, concordando em negociar a reforma da Previdência.

2	Oposição faz ironia, mas negocia apoio a reformas
---	---

	<p>A oposição, sobretudo PSDB e PFL, reagiu com ironia ao discurso de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que considerou moderado no tom, mas exagerado nas promessas. Lula terá o apoio que pediu no pronunciamento de posse para votar as reformas estruturais, como a da Previdência, mas terá de negociar caso a caso.</p> <p>(FOL, 02/01/2003 -08h14)</p>
--	---

Em (3), temos um exemplo de notícia que passa a tratar do tema em si mesmo:

3	<p>Berzoini quer aprovar reforma da Previdência de FHC</p> <p>Um dos primeiros passos na reforma previdenciária do governo Luiz Inácio Lula da Silva será tentar aprovar no Congresso, a partir de fevereiro, o projeto de lei complementar enviado por Fernando Henrique Cardoso que impõe às aposentadorias do setor público o mesmo teto dos benefícios do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) -hoje R\$ 1.561.</p> <p>(FOL, 02/01/2003 -08h33)</p>
---	---

Em (4), a notícia trata das relações entre o governo e o mercado, mas há inclusão de comentário sobre a reforma da Previdência:

4	<p>Para mercado, 2003 deve começar bem</p> <p>O bom relacionamento do governo com os mercados pode acabar se o presidente Lula não agir rápido_ para alguns analistas o prazo é de no máximo 180 dias_ e tentar aprovar, por exemplo, a reforma da Previdência.</p> <p>(FOL, 02/01/2003 -08h46)</p>
---	---

Em (5) a notícia apresenta a posição do ministro da Fazenda:

5	<p>Governo gasta muito e beneficia a poucos, diz Palocci</p> <p>O ministro Antonio Palocci (Fazenda) afirmou hoje que o Estado brasileiro vive um paradoxo por gastar muito e a poucos beneficiar. Segundo ele, cada vez mais aumentam-se os gastos públicos sem que a parcela da população que realmente precisa dos recursos públicos tenha acesso a eles. Ele defendeu a reforma da Previdência como uma forma de melhorar a distribuição de renda e disse que 15% da população brasileira vive com uma renda que não é suficiente para suas necessidades básicas.</p> <p>(FOL, 02/01/2003 - 12h57)</p>
---	--

Em (6), a notícia traz declaração do Ministro da Previdência sobre a reforma:

6	<p>Berzoini quer ouvir sociedade para fazer reforma "atraente"</p> <p>O ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, disse que a escolha da reforma da Previdência como uma das primeiras metas do governo de Luiz Inácio Lula da Silva não o assusta. Pelo contrário, é um desafio que o incentiva a fazer um trabalho bem feito. "Se fizer bem feito [a reforma da Previdência], a tarefa será o marco de sucesso para o novo governo."</p> <p>(FOL, 02/01/2003 - 13h57)</p>
---	---

Em (7) o título da notícia traz a posição do líder do partido do governo sobre a reforma:

7	<p>Líder do PT na Câmara está otimista sobre reforma da Previdência</p> <p>O atual líder do PT na Câmara e candidato do partido à presidência da Casa, João Paulo Cunha (SP), disse hoje que está otimista com a aprovação da reforma da Previdência que será proposta pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo Cunha, o fato de o Congresso estar em recesso não impede que o executivo já comece a conversar com os setores envolvidos na reforma.</p> <p>(FOL, 02/01/2003 - 14h36)</p>
---	--

Em (8), postada logo após o início da cerimônia de transmissão do cargo, a notícia traz manifestação do ministro da Previdência sobre a reforma:

8	<p>Berzoini e Wagner recebem cargos em conjunto</p> <p>A transmissão de cargo dos ministérios da Previdência e do Trabalho acontece em conjunto no hall do Ministério da Previdência, em Brasília (DF). A cerimônia começou às 14h30 de hoje. Berzoini disse para a Folha Online que terá um grande desafio pela frente, já que a reforma da Previdência será a primeira grande mudança a ser feita pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva.</p> <p>(FOL, 02/01/2003 - 14h57)</p>
---	--

Em (9), a notícia traz o discurso do Ministro Palocci em que ele considera a reforma da Previdência uma das prioridades do governo.

9	<p>Veja a íntegra do discurso do ministro Antonio Palocci</p> <p>[...] Temos um percurso longo e difícil a ser percorrido. Os atuais desequilíbrios das contas públicas têm que ser enfrentados com vigor e determinação. É essencial um ajuste programado do orçamento público. Para tanto estamos comprometidos com a reforma da previdência pública como prioridade deste governo.</p> <p>(FOL, 02/01/2003 - 16h39)</p>
---	--

Em (10), na última notícia do dia sobre a reforma da Previdência, há referência à necessidade de criação de um regime complementar:

10	<p>Fundo de pensão de servidores estará atrelado à reforma da Previdência</p> <p>O novo secretário de Previdência Complementar, Adacir Reis, 33 anos, tem um grande desafio pela frente. Está nas suas mãos a criação e regulamentação da previdência complementar do funcionalismo público. A criação do regime complementar dos servidores está vinculada ao sucesso da reforma da Previdência, eleita como a primeira das grandes reformas que serão feitas durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.</p> <p>(FOL, 02/01/2003 - 20h09)</p>
----	--

A hipótese do agendamento, em consequência da ação dos meios de informação, evidencia ou negligencia elementos específicos dos cenários

públicos. As pessoas tendem a incluir ou excluir de seu conhecimento aquilo que os profissionais da mídia incluem ou excluem do seu conteúdo. O público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo incluir uma importância que é consequência direta da ênfase atribuída aos acontecimentos pelos meios de comunicação. A mídia, portanto, exerce o papel de estruturadora de percepções e cognições a respeito dos acontecimentos da realidade social.

2.3 O gênero notícia

Usar o vocábulo “gênero” em uma tese é sempre uma temeridade. “Gênero” se aplica a gênero social, que trata do masculino e o feminino. “Gênero” pode vir acompanhado das qualificações “textual” e “discursivo”. “Gênero” pode vir só com um acompanhante, como “gênero notícia”, ou esse acompanhante pode vir, ainda qualificado: “gênero notícia política”. “Gênero” pode se referir a um modo de organização textual, como “gênero narrativo”, pode conviver com uma atividade social: “gênero de divulgação científica”, e assim por diante.

Resolvemos, então, trazer uma opinião sobre a complexidade do emprego do termo “gênero”. Ao analisar pesquisas que tomam por base teórica as teorias de gênero, Rojo (2005, p. 185) verificou que esses trabalhos poderiam ser divididos em duas vertentes, que chamou de teoria de gênero textual e teoria de gênero discursivo. Tanto a teoria de gêneros discursivos como a teoria de gêneros textuais têm seu ponto de partida em Bakhtin [que, a propósito, sempre falou em “gênero discursivo”]. A abordagem discursiva centra-se no estudo das situações de produção dos enunciados ou textos e em seus aspectos sócio-históricos. A abordagem textual, na descrição da materialidade do texto.

No decorrer desta tese, a abordagem textual prevaleceu, mas, mesmo assim, preferimos utilizar a palavra “gênero” isoladamente ou acompanhada da qualificação “notícia”.

2.3.1 A concepção de gênero em Bakhtin

Partir dos estudos de Bakhtin para chegar à noção de gênero como ação social é um caminho seguro para a análise do gênero notícia. A abordagem sócio-dialógica de Bakhtin permite atingir a dimensão social e cognitiva da emergência dos gêneros, pois, para o pensador russo, a linguagem permeia toda a vida social.

Ao asseverar que “a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial”, Bakhtin (1999, p. 95) reconhece que a linguagem, para ser analisada em toda sua amplitude e complexidade, precisa ser entendida como fenômeno sociológico. Com isso rebate a noção de língua com base no objetivismo abstrato, em que o sistema de formas normativas torna-se a substância da língua, e no subjetivismo idealista, em que há a individualização das formas em enunciações únicas e não repetíveis.

Para Bakhtin, a língua é um processo em constante evolução, que “vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes”. (Id., p. 124). O enunciado, a ação de produção de linguagem em interação, é a unidade de análise dos estudos linguísticos, e o gênero é uma forma de enunciado, com expressividade determinada e não uma forma de língua.

A natureza dialógica da linguagem, a compreensão bakhtiniana do dialogismo como princípio fundador da linguagem, mostra que todo enunciado nasce de um locutor para seu interlocutor e constitui-se a partir de outros enunciados, já que, por não existir a primeira nem a última palavra, o contexto dialógico se estende ao passado e ao futuro, sem limites. O dialogismo é “um procedimento que constrói a imagem do homem num processo de comunicação interativa, no qual eu me vejo e me reconheço através do outro, na imagem que o outro faz de mim”, conforme Bezerra (2005, p. 194).

As atividades humanas relacionam-se ao uso da língua e, portanto, determinam imensa diversidade nessa utilização “em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou outra esfera da atividade humana” (BAKHTIN, 1999, p. 279). Dela decorre uma incalculável variedade de gêneros, que se transformam e evoluem ao longo de sua historicidade, indicando o uso da linguagem em contextos situacionais e culturais determinados e em diferentes esferas sociais da ação linguística.

Os gêneros são vistos como produto do uso da língua em sua realização dialógica, pois “a variedade dos gêneros do discurso pressupõe a variedade dos escopos intencionais daquele que fala ou escreve.” (BAKHTIN, 2000, p. 291). Pelo fenômeno dialógico que se opera na linguagem, a dinamicidade dos gêneros é consequência das necessidades sociais.

Pelo estudo do enunciado, “unidade real da comunicação humana” (Id., p. 287), com fronteiras determinadas pela alternância dos locutores em interações verbais concretas, pode-se perceber como se constituem diferentes processos linguístico-sociais, identificando a construção social dos sentidos como resultado da interação entre locutor e interlocutor. Os enunciados não são indiferentes uns aos outros nem são autossuficientes, pois se conhecem, refletem-se mutuamente, e é essa reciprocidade que os caracteriza.

Cada esfera de utilização da língua elabora “tipos relativamente estáveis de enunciados”, pois os gêneros se modificam, alteram e renovam pela interferência de fenômenos socioculturais. Bakhtin, mostrando a relação de interdependência entre a esfera social e a linguagem, propõe compreender a construção, funcionalidade e dinâmica dos gêneros. Os gêneros são resultado do uso comunicativo da língua em sua realização dialógica, já que a interação comunicativa se dá não com palavras ou orações, mas pela construção composicional de enunciados, utilizando os recursos formais da língua.

Os gêneros refletem as condições particulares de comunicação, pois um gênero nasce da necessidade do objetivo comunicativo. Portanto, objetivos e condições específicas de uma determinada esfera de atividade produzem gêneros determinados, realizados concretamente por meio de enunciados individuais, mas com características temáticas, composicionais e estilísticas de outros enunciados concretos do mesmo gênero. Dito de outro modo, gêneros são enunciados que envolvem tema, estilo e composição estabilizados e tipificados pela interação da qual fazem parte.

Bakhtin (2000, p. 281), dividiu os gêneros em “primários”, os da linguagem cotidiana, familiar, mais simples, e “secundários”, próprios de esferas sociais mais complexas, com uma comunicação cultural mais elaborada, principalmente escrita, como nos textos científicos, no teatro e na política. Os gêneros secundários, apesar de elaborados pela comunicação cultural mais complexa, reproduzem os mesmos mecanismos que orientam o processo de expansão da língua em sua dimensão oral.

É a inter-relação entre os gêneros primários de um lado e o processo histórico de formação dos gêneros secundários de outro, (Id.: 282), o que esclarece a natureza do enunciado e, principalmente, a difícil questão da

correlação entre língua, ideologias e visões de mundo. A partir de suas reflexões, ocorre o alargamento da noção de gênero para além dos artísticos, alcançando todas as práticas de linguagem e a compreensão da constituição sócio-histórica e ideológica dos gêneros.

O gênero, historicizado por meio de um conjunto de características relativamente estáveis, mas em constante evolução, garante a interação comunicativa. “É de acordo com nosso domínio dos gêneros [...] que refletimos, com maior agilidade, a situação irreproduzível da comunicação verbal, que realizamos, com o máximo de perfeição, o intuito discursivo que livremente concebemos” (BAKHTIN, 2000, p. 304).

Bakhtin acredita que os gêneros, na sua complexidade e variedade, devem ser compreendidos como fenômeno sociológico e apreendidos dialogicamente no fluxo da história. “Se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível (Id., p. 302). Uma das características dos gêneros é sua heterogeneidade, fruto da diversificação da atividade humana. Os gêneros são, portanto, maleáveis, dinâmicos e plásticos, e para sua determinação ocorre sempre o predomínio da função em relação à forma.

2.3.2 Gênero como ação social

Assim como o pensamento bakhtiniano defende uma estreita relação entre os diferentes processos de formação dos gêneros e as ações humanas, teóricos e pesquisadores dedicados aos estudos da escrita e da retórica construíram uma teoria cuja nova acepção de gênero coloca a regularidade textual numa dimensão sociolinguística. Bazerman (2005, 2006, 2007), Miller (1984, 1994) e outros estudiosos veem o gênero como ação social e entendem a escrita como instância que busca atingir determinado propósito, em situações sociais determinadas, reforçando a natureza social do discurso e enfatizando a compreensão dos gêneros como reguladores e legitimadores de ações sociais mediadas pela linguagem.

A evolução da compreensão do gênero parte da visão inicial de “tipos de texto convencionais”, reduzido a um mero artefato linguístico, para o

reconhecimento do seu caráter interacional e social, entendido como sinalizador de diferenças multidimensionais de situação, interação e significado. Os interacionistas trabalham com as razões pelas quais os gêneros ocupam papel central na sociedade, a partir de situações retóricas em condições específicas da dinâmica social.

A abordagem retórica de gênero continua centrada nos traços textuais, mas os vê como integrantes de uma situação sócio-retórica, com propósitos socialmente elaborados e exigências contextuais, e mostra a linguagem falada ou escrita tendo como objetivo o alcance de determinado propósito em determinada situação social. Miller (1984, p.155) entende que considerar como gêneros potenciais os que nominamos e utilizamos nas atividades cotidianas, não significa tornar trivial seu estudo, mas empreendê-lo com a percepção séria das situações retóricas nas quais nos inserimos.

Buscar no gênero notícia, por exemplo, respostas a determinada situação retórica, permite reconhecer os motivos em que está instituída e a situação de produção discursiva em que se insere, pois os discursos são interpretáveis em situações e contextos apenas quando considerados seus motivos.

Uma apropriada definição retórica de gênero, para a autora, deve centrar-se na ação utilizada para sua concretização mais do que na forma do discurso. É pela ação que os sujeitos produzem e reproduzem os sentidos sociais e criam as estruturas tipificadas em gêneros textuais. Produto de ações sociais recorrentes, os gêneros representam ações retóricas tipificadas, e sua noção vai muito além de uma entidade formal, pois eles são um ponto de conexão entre intenção e resultado.

A noção de recorrência refere-se a um fenômeno social intersubjetivo que, sob determinadas condições de produção e inserção tipificada em um gênero textual, se repete materialmente, nunca sendo repetível sob o ponto de vista enunciativo. Ação retórica baseada em situações recorrentes, as marcas identitárias do gênero textual é que se mantêm regularmente tipificadas, possuindo a forma como indicador que orienta a compreensão.

Com o termo “tipificação” Bazerman (2005, p. 316) designa “o processo em direção a formas de enunciados padronizados, que reconhecidamente realizam certas ações em determinadas circunstâncias, e a uma compreensão

padronizada de determinadas situações”. As tipificações dão forma aos eventos e podem transformar a atividade retórica numa tarefa altamente estruturada. Gêneros, portanto, podem tipificar as atividades de determinados grupos sociais ao integrarem processos sócio-interativos, como ocorre na atividade jornalística com a elaboração e veiculação de notícias.

No caso do gênero notícia, podemos considerá-lo um texto tipificado, pois apresenta características dependentes de seu contexto gerador, é produzido sob determinadas condições, circula num meio específico e pretende atingir um público determinado, provocando determinada compreensão do fato noticiado.

Em diferentes grupos sociais, há incontáveis formas especializadas de comunicação em práticas, crenças, conhecimentos e posições determinadas. Os gêneros servem de modeladores de práticas sociais comunicativas, sendo a produção de gêneros textuais, acima de tudo, produção de fatos sociais, consistindo os textos em ações sociais significativas que se realizam pela linguagem. Os gêneros são um recurso multidimensional para a localização das ações discursivas e a realização visível de um complexo de dinâmicas sociais que a Figura 4 pretende demonstrar:

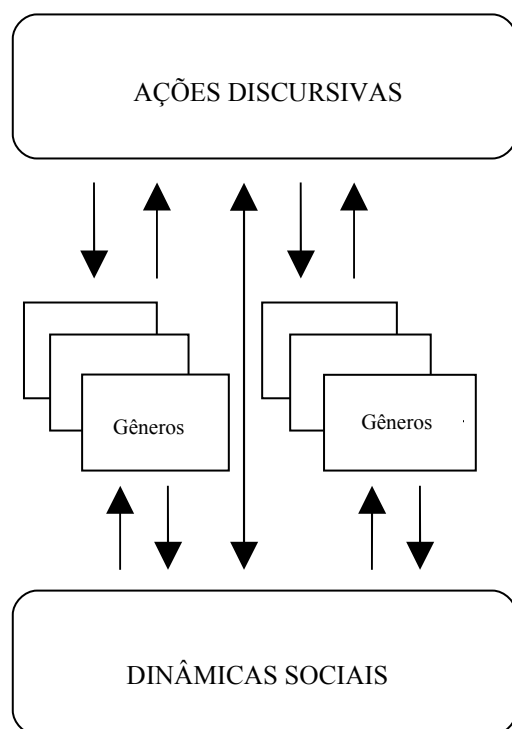


Figura 4 – Gêneros como recurso de práticas sociais comunicativas

Gêneros reconhecíveis possibilitam ao grupo social elaborar um repertório de formas, ações e motivos. “Essas formas são maneiras de ver quais atos são disponíveis e apropriados ao momento como você o percebe – aquilo que você pode fazer, aquilo que você pode querer fazer.” (BAZERMAN, 2007, p. 22). A teoria de gênero como ação social salienta a “força positiva” do enunciado realizado na forma genérica mais do que suas limitações, regras ou traços textuais, e enfatiza a agência estratégica do usuário do gênero, quando, por uma das formas de resposta apropriadas, atende a seu propósito comunicativo.

Ao divulgar um fato relativo ao Judiciário, como a morosidade de sua atuação, por exemplo, a notícia busca promover a interlocução com o público leitor, dando voz a suas demandas e reforçando o papel da mídia na construção de uma determinada representação desse poder, o que ocorre em (11):

11	Presidente do TSE vê “crise inédita” [...] “A credibilidade não resiste à exacerbação da justa insatisfação popular com a ineficiência, o custo e a lentidão do funcionamento do serviço da Justiça”, disse Pertence, na cerimônia de formatura de alunos de direito do Centro Universitário de Brasília. (FOL, 18/08/2003 -08h14)
----	--

Já no título, as aspas buscam sinalizar que a autoria da expressão “crise inédita” não é de responsabilidade do autor da notícia. O fato do presidente de um dos tribunais superiores reconhecer publicamente a crise do Judiciário, concede a qualquer cidadão as condições para criar ou reforçar sua falta de credibilidade nesse poder. No corpo da notícia, novamente aspas, para identificar a voz do ministro Sepúlveda Pertence ao referir-se às mazelas da Justiça.

Como ação social, o gênero é transformado em uma ferramenta de agência (BAZERMAN, 2006, p. 19). Gêneros, portanto, são ações tipificadas pelas quais tornamos inteligíveis nossos sentidos e damos forma a nossas ações e intenções. Formas interacionais tipificadas, mas dinâmicas e com caráter agentivo, os gêneros expõem diferentes aspectos da vida letrada, da sociedade, da cultura, e tornam real nossa participação no mundo material.

Os sujeitos sociais agem por meio dos gêneros textuais e por determinadas comunidades retóricas que reproduzem ações linguísticas. Esta recorrência ajuda os sujeitos não só a atingirem seus propósitos, como os ajudam

a reproduzirem e reconstruírem a si próprios, refletindo suas experiências. Na materialidade textual estão características contextuais, respostas a exigências situacionais e está a motivação, o propósito dos participantes (MILLER, 1984), caracterizando uma situação retórica.

Pela agência humana documentos deixam as páginas e se inserem no social, formando, com sua materialização, as relações com o mundo concreto, pois “formam um ambiente simbólico construído que molda nossa compreensão e nossa abordagem de quase todos os aspectos da vida cotidiana no mundo letrado contemporâneo” (BAZERMAN, 2007, p. 39) e auxiliam na construção do ambiente material. Na verdade, os gêneros são mediadores de interações socioculturais complexas, onde a socialização e a participação discursiva ocupam papel central.

A atividade humana é uma prática social. Nela, as ações estão inseridas em contextos histórico-culturais, construídos e organizados em conjuntos de gêneros. O surgimento de diferentes gêneros, como resposta a necessidades de grupos sociais especializados, cria formas complexas de interação letrada. “Contingência, exigência e criatividade” fazem emergir sistemas letrados dinâmicos e criam documentos representativos de significados que passam a coordenar relações e atividades.

Atividades humanas envolvendo mais de um indivíduo têm, em sua maioria, um forte elemento comunicativo. Quanto maior a relevância das ações comunicativas em uma dada atividade, mais influente será a organização comunicativa, tanto sobre a atividade em si como sobre as relações sociais nela desenvolvidas. A observação dos espaços discursivos (BAZERMAN, 2005, p.144-145) organizados através dos gêneros permite olhar os mecanismos que organizam os textos, investigar os tipos de significados e formações simbólicas realizadas naqueles espaços.

Dentro de complexos e poderosos sistemas discursivos são desempenhados diferentes papéis. Aqueles que, por atenderem a determinadas condições ou possuírem determinada formação ocupam uma posição “discursivamente poderosa” em um sistema, dificilmente terão papel central em outro, mesmo que esses papéis não sejam apenas uma questão de formação ou poder social, mas de interesse. Assim, “a participação nesses sistemas

complexos permite a interseção e a cooperação de muitas pessoas de diferentes interesses e contextos em projetos comuns” (BAZERMAN, 2007, p. 74-75), nos quais determinadas formas de linguagem apresentam-se como as mais adequadas para desempenhar com propriedade diferentes papéis e atividades.

Ao reconhecer as notícias como gênero, nelas identificamos uma gama de especificidades da situação social e institucional, percebemos as atividades propostas, os papéis disponíveis, os motivos, a carga ideológica e o lugar onde podem caber em nossa vida, pois os gêneros nos auxiliam a transitar pelo universo da comunicação escrita e da atividade simbólica. Na verdade, Bazerman (2005, p. 31) vê os gêneros como emergentes de “processos sociais” para a compreensão comunicativa, que permitem “coordenar atividades e compartilhar significados” visando atender a determinados propósitos.

O gênero notícia, a partir de Miller (1984, p.159), pode ser visto como uma “ação retórica tipificada baseada em situações recorrentes”, pois os usuários, na atividade jornalística, percebem a eficácia de determinados tipos de enunciado em circunstâncias determinadas, tendendo a utilizá-los em circunstâncias semelhantes.

Segundo essa perspectiva, é fundamental o reconhecimento de situações recorrentes e ações tipificadas de elaboração e veiculação da notícia, pois o surgimento de um gênero reconhecível serve como resposta a ações e situações também reconhecíveis.

Gêneros são os lugares de construção do sentido, porque “moldam os pensamentos que formam as comunicações por meio das quais as pessoas interagem umas com as outras, são os “lugares familiares” para onde as pessoas se dirigem criando interações comunicativas (BAZERMAN, 2006, p. 23), ao construírem maneiras de “agir de modo típico, modos facilmente reconhecíveis, como realizadores de determinados atos em determinadas circunstâncias” (Id., p. 29).

Os gêneros devem ser vistos como elemento constituinte da sociedade, um importante aspecto de sua estrutura comunicativa. Mais do que estrutura comunicativa, o gênero notícia encerra estruturas de poder que as instituições controlam como aspecto da comunicação situada capaz de reprodução, e se manifestam concretamente em diferentes situações espaço-temporais.

Com efeito, podemos inserir a atividade jornalística de produção e veiculação de notícias nessa estrutura de poder, na medida em que um acontecimento, ao receber a condição de fato noticioso, passa a integrar uma verdadeira engrenagem de forças sociais, buscando sua manutenção, ora a superação, mas sempre numa relação de interdependência. Pode-se observar esse processo em (12):

12	Juízes fazem queixas em despachos. Dois juízes da grande São Paulo reclamam de falta de pessoal de apoio e de recursos em despachos anexados aos processos. (FOL, 09/11/2003- 12h30)
----	--

O título da notícia conduz o leitor a perceber que algum problema acontece no Judiciário, a ponto de levar mais de um juiz a queixar-se de algo não revelado. O lide explica as razões desse descontentamento. Para o cidadão comum, consumidor da notícia, ao ler o núcleo (título e lide), é reforçada a imagem de uma instituição ineficiente por carecer de recursos materiais e humanos. Por outro lado, esse mesmo leitor pode repudiar as reclamações de juízes, detentores de tantos privilégios, enquanto ele, sem reclamar, sob pena de perder o emprego, tem de trabalhar em condições precárias.

Os gêneros determinam escolhas sobre a organização, desde as partes, o arranjo, os estilos apropriados ao texto, até a padronização de frases, que podem estar inseridas em determinados tipos, ocorrendo em momentos textuais previsíveis. Para Bazerman, (2007, p. 57) “as características textuais dos gêneros servem como soluções conhecidas para problemas retóricos conhecidos, que surgem em situações retóricas conhecidas, e são reconhecidas como tal por ambos, escritor e leitor”, como é o caso da configuração textual da notícia.

Para a produção de uma notícia concorrem diferentes especificidades que determinam suas coerções genéricas, transitando desde os interesses comerciais do veículo midiático até suas convicções ideológicas, passando pela individualidade do jornalista que produz o texto, sempre atravessado por outras vozes. Na verdade, os gêneros que integram a comunicação mediada, em especial as notícias, criam realidades e fatos, ações sociais significativas que a linguagem realiza num determinado contexto histórico, cultural e interativo. Surgem dentro de instituições e atividades já existentes, estabelecem condições a

serem assumidas por atividades posteriores e, numa relação dialética, não apenas originam práticas sociais e discursivas como são criados e recriados por elas.

Podemos compreender os gêneros, portanto, como “categoria sociopsicológica”, que usamos para reconhecer e construir ações tipificadas pelas quais tornamos inteligíveis nossas intenções e sentidos em determinadas situações. O gênero, então, materializa um complexo de dinâmicas sociais e psicológicas, pois, uma vez compreendidas suas especificidades, temos acesso a uma gama de escolhas.

A utilização dos gêneros, por meio de processos interativos tipificados, num sistema de atividades em que ações discursivas são encadeadas, organiza nosso cotidiano, cria fatos e significações sociais. Os gêneros tornam-se significativos na interação, eles são rotinas sociais, fazem parte do nosso dia-a-dia. Cada texto bem sucedido cria para seus leitores um fato social (BAZERMAN, 2006, p. 22). Portanto, com a materialização dos gêneros, emergem diferentes formas de comunicação discursiva, na busca de significações da realidade, pois gêneros, mais do que fatos linguísticos, são fatos sociais.

Por todo o exposto, gênero, neste trabalho, está entendido, a partir de Bazerman (2005, 2006, 2007) e Miller (1984, 2009), como produto de ação social tipificada e recorrente que serve de modelador de práticas sociais comunicativas, permitindo a elaboração de um repertório de ações, motivos e formas de quase todos os aspectos da vida cotidiana.

Nas próximas seções, levantamos diferentes particularidades do gênero notícia, por meio de contribuições da área da comunicação social (Lage), da linguística de texto (Charaudeau) e da teoria da avaliatividade (White).

2.3.3 Convenções associadas às notícias

Bhatia (1993, p.11) entende que o conceito de gênero assumiu grande importância nos estudos linguísticos e devemos levar em conta aspectos sócio-culturais da construção e interpretação de textos, para responder à questão: "Por que determinados gêneros são utilizados de uma determinada maneira por comunidades de especialistas?" Para ele (2000, p. 147), seja qual for a maneira como os gêneros são vistos, é necessário haver uma compreensão e um conhecimento prévio das convenções sociais nas quais se enquadram, permitindo que os integrantes de uma comunidade profissional possam utilizá-los com relativo sucesso.

A atividade jornalística caracteriza-se, na atualidade, por um conjunto mais ou menos estável de regras que objetivam cumprir determinados padrões na seleção, elaboração e divulgação da notícia, regendo-se pela factualidade e atualidade, condições determinantes na consecução das pautas no jornalismo impresso ou eletrônico.

Diferentes esferas de atividades produzem gêneros discursivos heterogêneos, determinados e tipificados, tornando-se elementos constituintes de práticas sociais específicas. A noção de gênero como realização de práticas retóricas permite enquadrar a notícia e perceber nela as características de tipificação e recorrência, com uma reiterada utilização de categorias convencionais do discurso na comunicação mediada, sempre vinculadas à interação.

Segundo Sodré (1986, p.17), à notícia cabe a função de "tornar público um fato por meio de uma informação". Noticiar, então, seria o ato de anunciar determinado fato e promover sua circulação. Uma das principais características de um fato, para se tornar fato jornalístico, é a possibilidade de gerar repercussão, pelo interesse que desperta em determinado indivíduo ou grupo social, sem que necessariamente se refira ou diga respeito a eles.

O fato jornalístico, portanto, é um conjunto de enunciados sobre acontecimentos do mundo real. Esse interesse não é atributo do fato em si, mas existe para quem o observa. Um fato, para se tornar jornalístico, precisa ser

primeiro observado por um sujeito, despertando-lhe interesse. Rabaça e Barbosa, em seu Dicionário de Comunicação (1987), definem fato jornalístico como o "relato de fatos ou acontecimentos atuais, de interesse e importância para a comunidade, capaz de ser compreendido pelo público".

Para Charaudeau (2007, p. 132,), notícia é "um conjunto de informações que se relaciona a um mesmo espaço temático, tendo um caráter de novidade, proveniente de uma determinada fonte e podendo ser diversamente tratado."

Conforme Franceschini (2004, p. 148), "dentre todos os gêneros jornalísticos, a notícia é o que mais usufrui da aura de imparcialidade que leva o leitor a aceitar, *a priori*, aquele relato dos fatos como verdadeiro e isento". O mito da objetividade, responsável pelo potencial de convencimento do jornalismo foi construído, principalmente, em torno da notícia.

Refere o autor que a mídia estabeleceu um verdadeiro acordo com o indivíduo e com a sociedade para usufruir de uma "aura de objetividade", e que esse acordo ainda hoje sustenta, em grande parte, a aceitação do jornalismo. O compromisso do jornalismo "é produzir notícias sem distorções ou mentiras em relação aos fatos concretos". É essa a causa do público leitor poder comprovar, até mesmo por comparação com outros veículos, a veracidade de eventos, nomes e datas veiculados na notícia em um determinado jornal, pois todos trazem mais ou menos as mesmas informações.

Podemos considerar que a expressiva quantidade de diferentes formas de citação e relato das notícias *online* são formas de sustentar essa "aura de objetividade". Em lugar da declaração, por exemplo, de que o governo se encaminha para a repressão, a notícia pode conter o ponto de vista bastante polêmico de um ator da vida pública, como ocorre em (13):

13	Renzo Leonardi, presidente da Associação Paulista da Magistratura, fez menção ao nazismo e ao regime militar. "Numa ditadura de direita, Hitler inicialmente emasculou o Poder Judiciário da Alemanha." (FOL, 17/06/2003 - 07h10)
----	--

Traquina (2005, p.135-139) afirma que o conceito de objetividade não nasceu como "negação da subjetividade, mas como reconhecimento de sua inevitabilidade", consistindo num conjunto de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa fazem uso com o fim de assegurar uma credibilidade

“como parte não interessada e se protegerem contra eventuais críticas ao seu trabalho”. Na verdade, com essa ideologia da objetividade, os profissionais do jornalismo foram levados a adotar uma fidelidade a regras e a procedimentos, quase maior que aos fatos.

No Brasil, os manuais de redação da chamada grande imprensa, em que pese a necessária relativização de suas informações, preocupam-se com as especificidades da produção jornalística. Em 2001, a *Folha de S.Paulo* editou o *Novo Manual de Redação*, em substituição ao *Manual Geral de Redação*, de 1984, e flexibilizou regras anteriores, abandonando uma padronização considerada intransigente. A Introdução do novo manual da Folha afirma que suas normas “apostam na iniciativa e no discernimento individuais, na inventividade das soluções de cada caso e na disposição para manter o jornalismo em aperfeiçoamento constante”.

Como refere Rossi (2002, p. 10-11) é inviável exigir dos jornalistas que se comportem, diante da notícia, “como a objetiva de uma máquina fotográfica”, pois, ao relatar os fatos, os profissionais não podem apenas registrar o que aconteceu, sem colocar suas impressões pessoais. “Nesta busca impossível, introduziu-se a lei de ouvir os dois lados, partindo do pressuposto de que, frequentemente, há dois lados opostos na mesma história”, o que pode ser visto em (14):

14	<p>Gushikem ataca Justiça por impedir campanha O ministro da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência, Luiz Gushiken, disse ontem que o Judiciário limitou a ação do governo federal em defesa da reforma da Previdência Social ao proibir a veiculação de anúncios sobre a proposta que tramita na Câmara. [...] O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Cláudio Baldino Maciel, discordou do Ministro: “Há sindicatos que são contra a reforma e outros que a apóiam, e o governo usa verba pública em sua campanha. Segundo o magistrado, a associação estuda a possibilidade de veicular anúncios contra a proposta que está na Câmara. “Estamos cogitando, mas ainda não há nada definido”, afirmou. (FOL, 02/07/2003 - 09h08)</p>
----	---

No núcleo da notícia, há referências à manifestação de um ministro de Estado, Gushiken, a respeito de limitações impostas pelo Judiciário à ação do governo Federal. No corpo da notícia, está uma declaração do presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Baldino Maciel, discordando do ministro. No fecho, a notícia traz a possibilidade do confronto, pela ameaça velada de utilização, por parte da AMB, do mesmo mecanismo que o Judiciário

proibiu o Executivo de utilizar: a veiculação de anúncios. Contra a reforma, obviamente.

Mesmo preconizando total imparcialidade e objetividade ao se redigir uma notícia, informa o Novo Manual (2001, p. 45) que “não existe objetividade em jornalismo”, pois o jornalista, ao redigir e editar um texto, “toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções”, o que não o exime “da obrigação de ser o mais objetivo possível”. Ainda que admita a inexistência da objetividade total na atividade jornalística, porque o profissional carrega uma bagagem cultural, política e ideológica, o Manual coloca a obrigação do profissional de perseguir a objetividade.

Os jornais, portanto, exercem uma função política, já que utilizam mecanismos sutis, como apresentar fatos positivos ou negativos a respeito de ideias, instituições ou indivíduos em tom aparentemente imparcial (BENITES, 2002, p. 12). Pode ocorrer a supressão ou mesmo a inserção truncada de uma matéria, a ordenação das notícias por uma determinada hierarquia, a escolha do fragmento de um discurso e a forma como esse relato será apresentado. Sobre esses mecanismos, Lage (2006, p. 22) afirma que os eventos estarão ordenados, não por sua sequência temporal, mas pelo interesse ou importância decrescente. Essa hierarquia ocorre na perspectiva de quem conta e, sobretudo, “na suposta perspectiva de quem lê”.

Por ser o jornalismo contextualizado, na elaboração da notícia seus profissionais captam e apresentam a realidade em versão parcial, e não em toda sua complexidade, funcionando como elemento de mediação. A estruturação da informação, em linguagem caracterizada por uma alegada objetividade e com a redução de variáveis formais, permite ao jornalismo processar informações em escala industrial e para consumo imediato.

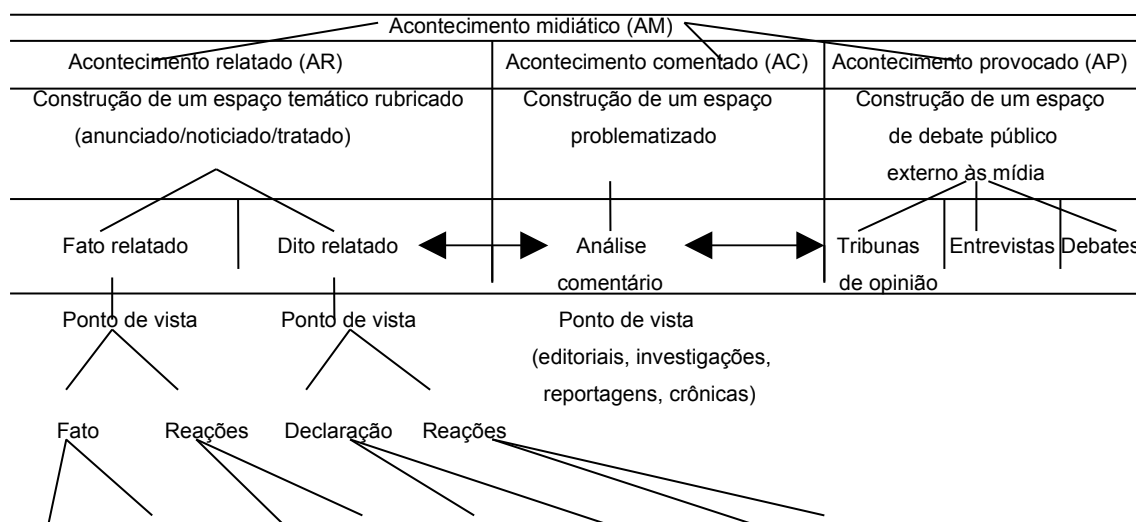
2.3.4 O acontecimento midiático

O acontecimento midiático é construído segundo três tipos de critérios: o de atualidade, “pois a informação mediada deve dar conta do que ocorre numa temporalidade co-extensiva à do sujeito informador-informado”; o de expectativa, “pois a informação midiática deve captar o interesse do sujeito alvo”; o de

socialidade, “pois a informação midiática deve tratar daquilo que surge no espaço público” (CHARAUDEAU, 2007, p.150).

No caso da situação de comunicação midiática, há categorias particulares, que Charaudeau chama de “modos discursivos”. A primeira é relatar o que acontece ou aconteceu no espaço público, o “acontecimento relatado”. Este é constituído por fatos ou ações, o “fato relatado”, mas também de “palavras com declarações e de demais reações verbais dos atores da vida pública, que é o dito relatado”.

A segunda é comentar “o porquê e o como do acontecimento relatado por análises e pontos de vista diversos mais ou menos especializados e justificar eventualmente seus próprios posicionamentos”, que ele chama de “acontecimento comentado”. A terceira é provocar “o confronto de idéias, com o auxílio de diferentes dispositivos, tais como as tribunas de opinião, as entrevistas ou debates”, que ele chama de “acontecimento provocado” (Ibid., p. 151). Os modos discursivos do acontecimento midiático foram resumidos pelo autor na Figura 5:



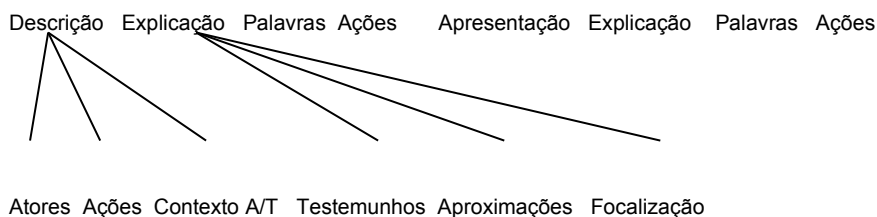


Figura 5 – Modos discursivos do acontecimento midiático (CHARAUDEAU, 2007, p.151)

Levando em consideração as categorias particulares de Charaudeau, um fragmento de notícia de 21/07/2003 permite exemplificar como podem ser indistintas as relações entre fato relatado, dito relatado e ponto de vista de um ator da vida pública:

15	Greve de juiz não tem sentido, diz Genoino (FOL, 21/07/2003 - 17h13)
----	--

No título da notícia (15), o fato foi relatado por meio de um dito. De acordo com a ordem dos elementos informativos, o espaço temático pode ser assim processado: existe uma greve, a greve é de juízes, e a greve carece de fundamento, mas essa avaliação é feita por um ator da vida pública, não propriamente pelo jornal.

O lide esclarece o papel que o ator desempenha no espaço público, e o início do corpo da notícia igualmente destaca, em primeira posição, o ator-fonte que declara ser a greve ilegítima. A citação é usada para explicar as razões da ilegitimidade do movimento social, em (16):

16	<p>O presidente do PT, José Genoino, voltou a criticar hoje o Judiciário, que ameaça aderir à greve do funcionalismo público em protesto à reforma da Previdência.</p> <p>Segundo Genoino, os juízes não têm legitimidade para promover uma paralisação. "Greve de juiz não tem sentido. Fere o sistema democrático, pois quem deveria julgar a greve, vai estar fazendo a greve", disse. (...)</p> <p>(FOL, 21/07/2003 – 17h13)</p>
----	---

Entende Charaudeau (2007, p. 131) que “não há realidade empírica que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular, o qual constrói um objeto particular que é dado como um fragmento do real”. A utilização da linguagem

como um construto simbólico para traduzir a materialidade factual na notícia, portanto, faz dela uma interpretação da realidade. Interpretação mais do que sua descrição, e não podemos analisar uma notícia a partir de suas marcas estruturantes, praticamente imutáveis, nem compreendermos sua linguagem como objetiva e transparente.

O autor (2007, p. 151) ressalta que o universo da informação midiática é efetivamente um universo construído. Não é o reflexo do que acontece no espaço público, mas sim o resultado de uma construção. A “instância midiática impõe ao cidadão uma visão de mundo previamente articulada”, e tal visão é apresentada como se fosse a visão natural do mundo. O jornalismo cria um suporte do real e procura legitimar-se como divulgador dessa realidade, já naturalizada. A notícia, então, é fruto de processo de escolhas que se realiza com a utilização do universo da linguagem, obedecendo a padrões discursivos próprios, para atender ao propósito de fazer circular uma informação.

A materialidade textual da notícia, além de ser perpassada pela subjetividade do jornalista, sofre diferentes condicionamentos implícitos e explícitos no seu contexto de produção, desde os interesses mercadológicos do veículo midiático, até as ingerências de poder, institucional e individual, dentro das editorias.

Nas seções a seguir, levantamos características de algumas das técnicas de redação da notícia.

2. 4 A notícia impressa: a pirâmide invertida

A “pirâmide invertida” é uma técnica fundamental de redação da notícia, dominante no jornalismo há mais de um século. Consiste na hierarquização das informações do mais para o menos importante. A base larga da pirâmide contém a informação mais relevante; o corpo da pirâmide, os complementos e pormenores. Assim, o leitor recebe as informações de acordo com o roteiro definido pelo jornalista. Essa técnica de redação foi nomeada por Edwin Shuman, na obra *Practical Journalism*, conforme Salaverria (2005, p. 109).

A técnica da pirâmide invertida surgiu em decorrência do trabalho dos jornalistas durante a Guerra da Secessão (FONTCUBERTA, 1999, p. 58-59).

Com a invenção do telégrafo, as notícias da guerra podiam ser enviadas diariamente. Ocorre que, além da fragilidade técnica da telegrafia, os postes eram derrubados durante os combates, deixando o sistema fora de operação com muita frequência. Foi instituída, então, uma rotina de trabalho para jornalistas e operadores do telégrafo, com o intuito de diminuir os prejuízos na transmissão dos relatos da guerra: os jornalistas organizavam-se numa fila, e cada um ditava o primeiro parágrafo de seu texto; depois de verificadas as condições do sistema, todos deveriam enviar o segundo parágrafo, até o término do texto.

Como consequência da prática estabelecida, os jornalistas tiveram de alterar a técnica de redação utilizada, substituindo o relato cronológico dos acontecimentos pela organização dos fatos, a partir do seu valor como notícia. Era imperioso, portanto, colocar os fatos mais relevantes no início do texto, para garantir a chegada de informações essenciais às redações dos jornais. Estava criada a técnica da pirâmide invertida, utilizada até os dias de hoje. A pirâmide invertida pode ser visualizada pela Figura 6:

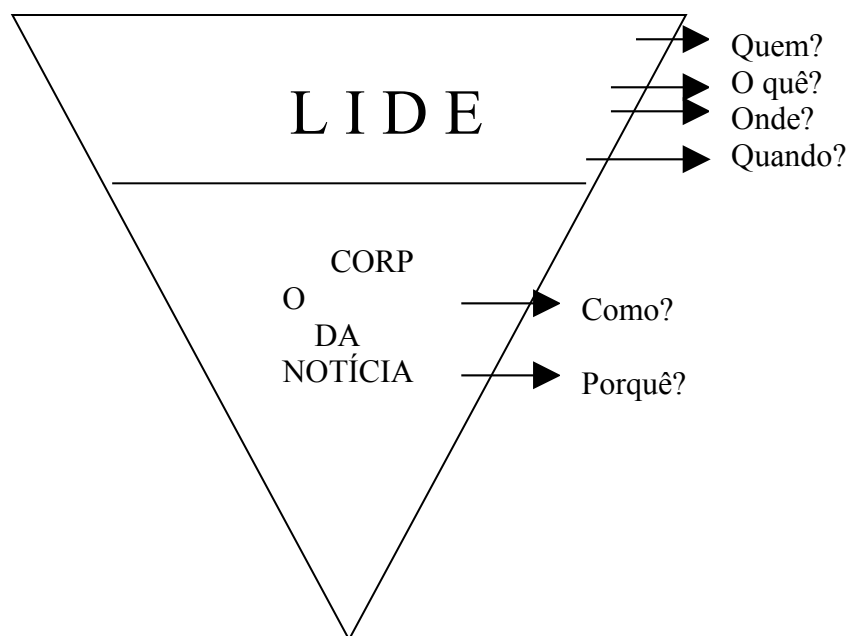


Figura 6: Pirâmide invertida

De acordo com a pirâmide invertida, a notícia estrutura-se em lide e corpo. O lide é o primeiro parágrafo do jornalismo impresso, o relato do fato principal e

precisa informar quem fez o que a quem, quando, onde. O corpo é o complemento do lide e pode se estender por um ou mais parágrafos, acrescentando informações adicionais à informação inicial.

O lide “é uma proposição completa no sentido aristotélico”, pois contém o sujeito, “um sintagma nominal que pode conter um substantivo, acompanhado ou não de artigo, adjetivo, locução adjetiva ou ainda uma oração integrante”; o predicado, um “sintagma verbal acompanhado ou não de seu complemento” e as circunstâncias, “sintagmas circunstanciais de tempo, lugar, modo/instrumento, causa/consequência”, ao passo que a documentação detalha as ações, as circunstâncias e demais componentes da proposição inicial (LAGE, 2006, p. 28).

Mesmo não havendo regras rígidas para que lides e documentações possam ser distribuídos, contingências gráficas fizeram os jornais brasileiros preferirem “uma distribuição peculiar da matéria” (Id., p. 41), com a elaboração de dois parágrafos precedendo o primeiro entretítulo, que é, na maioria dos jornais, um conjunto de palavras previsto para ocupar uma linha de composição. Nessa distribuição, o segundo parágrafo é chamado de sublide e geralmente descreve o segundo evento em importância. No Quadro 1, estão os principais elementos que estruturam a notícia:

Estrutura	Definição	
1. Título	Encontra-se no início, destacado com letras maiores e/ou de cor diferente. Deve ser breve, atrativo e esclarecer sobre o assunto.	
1.1 Entretítulo	Surge depois do título e pormenoriza-o. É facultativo.	
2. Lide	Corresponde ao 1º parágrafo da notícia e deve corresponder às seguintes questões:	Quem?
		O quê?
		Quando?
		Onde?
2.1 Sublide	O sublide corresponde ao segundo parágrafo e descreve o segundo evento em importância	
3. Corpo da notícia	É o resto do texto que desenvolve o assunto. Tenta responder às seguintes questões:	Como?
		Por quê?
		Consequências?
		Fontes da notícia?

Quadro 1 – Estrutura da notícia

Segundo Lage (2006, p. 22), há três fases do processo de produção de uma notícia: inicia com a seleção dos eventos, quando o jornalista faz a escolha do que é mais relevante para a descrição do fato; passa pela ordenação dos eventos até chegar à nomeação, em que há “compromissos e sutileza” na atribuição de nomes às coisas, utilizando vocábulos específicos para caracterizar o contexto desejado e transformar um fato em acontecimento noticioso.

A intenção é sempre promover uma comunicação eficiente e aceitável, pela utilização de determinados recursos linguísticos, impondo “o uso de vocabulário tão coloquial quanto possível nos limites do que se considera socialmente correto e adequado ao público a que se destina a informação” (LAGE, Id., p.24). O profissional que produz a notícia normalmente não é conhecido do seu consumidor e tem apenas conhecimento de dados estatísticos de seu público, o que determina suas escolhas, em especial no constante esforço pelo detalhamento.

Uma notícia (17) publicada pela *Folha de S. Paulo*, em 1990, exemplifica a técnica da pirâmide invertida. O primeiro parágrafo responde às questões principais: O que aconteceu? Quem participou? Quando? Onde? No corpo da notícia, estão as especificações Como e Porquê e as avaliações proferidas pelo diretor de redação.

17	<p style="text-align: center;">POLÍCIA FEDERAL INVADE A FOLHA</p> <p>A Polícia Federal invadiu ontem à tarde, por volta de 15h30, o prédio da empresa Folha da Manhã S/A, que edita a Folha. Acompanhados de fiscais da Receita Federal, os policiais, que estavam armados, realizaram duas horas e meia de truculenta inspeção e depois levaram para prestar depoimento na sede da Polícia Federal em São Paulo os diretores da empresa Renato Castanhari e Pedro Pinciroli Jr. e a secretária da diretoria, Vera Lia Roberto. Os três foram liberados à noite.</p> <p>O diretor de Redação da Folha, Otavio Frias Filho, considerou a invasão "um ato estúpido e ilegal. Por trás dos esbirros policiais, está Collor de Mello, a quem não reconheço como presidente da República, mas como usurpador vulgar da Constituição".</p> <p>O pretexto utilizado pela polícia para invasão da sede do jornal foi uma suposta irregularidade cometida pela empresa na troca de faturas emitidas em cruzados novos por faturas emitidas em cruzeiros. A operação, entretanto, está expressamente autorizada pela cartilha que foi distribuída pelo Ministério da Economia para explicar o funcionamento e os procedimentos a serem adotados na aplicação do plano econômico elaborado pelo novo governo.</p> <p>(Folha de S.Paulo, 24-03-1990)</p>
----	--

Na notícia não cabem conceitos subjetivos como “o que alguém *pensou, imaginou, concebeu, sonhou*, mas o que alguém *disse, propôs, relatou* ou *confessou*”. Na notícia, a ideia de verdade está restrita ao conceito clássico de adequação do enunciado aos fatos; ela é axiomática, já que se afirma como verdadeira, pois “não argumenta, não constrói silogismos, não conclui nem sustenta hipóteses. O que não é verdade numa notícia, é fraude ou erro”. As notícias, como produto da técnica, não são avaliadas por seu conteúdo moral, ético ou político, mas pela factualidade, pois importa é “se de fato aconteceu aquilo” (LAGE, 2006, p. 26-27).

A prática jornalística impõe, na elaboração da notícia, a criação de um texto informativo, claro e objetivo, inteligível para o maior número de pessoas que integram o público alvo do veículo midiático, obedecendo a determinadas coerções composicionais. As coerções podem ocorrer quanto ao registro de linguagem, tentando conciliar os registros coloquial e formal. Na verdade, a imposição de um vocabulário tão coloquial quanto possível resulta da pragmática da relação entre o jornalista e o público e limita o código linguístico, pela redução de itens lexicais e operadores gramaticais de um “produto industrial como a notícia” (LAGE, 2006, p. 24), para facilitar sua circulação.

O verbo central do lide, que indica a transformação ocorrida no mundo objetivo, raramente será utilizado no presente, pois deve estar no pretérito perfeito para noticiar um fato acontecido e no futuro próximo se a notícia busca informar sobre fato previsto, como podemos observar em (18):

18	Depois de subteto salarial, juízes pedem mais Lideranças do Judiciário reunidas ontem num seminário no Rio deixaram claro que a aprovação do subteto salarial na votação da reforma previdenciária não apaziguou os juízes brasileiros. (FOL, 09/08/2003- 04h39)
----	--

O título da notícia foi elaborado utilizando uma expressão de linguagem coloquial: “pedem mais”, para traduzir as imposições dos juízes no tocante ao atendimento às suas reivindicações. No lide, o verbo central está flexionado no pretérito perfeito.

Devem ser excluídos da condição de verbo central os que “indicam ação continuada ou frequentativa, como *continuar, permanecer, persistir* etc. “O que

continua ou persiste não mudou e, portanto, não é notícia” (Id., p. 31, grifos no original). É igualmente indicado pela boa técnica, segundo o autor, que não se inicie o lide pelo verbo, mas pelo sintagma nominal ou circunstancial mais importante, utilizando-se a ordem direta para destacar o sujeito ou a ação em si, se estes forem o mais interessante para a elaboração da notícia, como observamos em (19):

19	Entenda a polêmica do subteto nos Estados A polêmica em torno da fixação de um subteto para o Judiciário nos Estados veio com a redução do valor-base dos salários dos desembargadores de 95% para 75% do salário de um ministro do STF proposto no texto da reforma da Previdência[...] (FOL, 30/07/2003 -15h57)
----	--

O público leitor de jornal, em regra, é bastante heterogêneo, e os fatos sociais, econômicos ou políticos devem ser abordados mais em seus aspectos gerais, ainda que o jornalista deva afastar-se das imprecisões e se apegar ao detalhamento. Por isso, segundo Lage (Id., p. 27), não se escreve “alguns manifestantes”, mas, sempre que possível, “10, 12 ou 15 manifestantes”; não se diz que a vila está “perto” de uma cidade, mas sua distância em quilômetros ou o tempo de viagem, pois a placa do carro, a hora exata do desastre, o número de desabrigados pela enchente cumprem, no veículo de massa, um “efeito de realidade”. Essas condicionantes determinam a composição da textualidade da notícia, como em (20):

20	Juízes mantêm greve antes da visita de Lula ao Acre A dois dias da primeira visita de Luiz Inácio Lula da Silva ao Acre na condição de presidente, os 45 juízes do Estado decidiram hoje manter a greve da categoria por tempo indeterminado. (FOL, 06/05/2003 20h02)
----	--

Está mencionada a circunstância de tempo, no título e no lide, indicando, com precisão, os dias que antecedem a visita do presidente, e também que esta é a primeira que ele faz ao estado. Também ocorre a indicação do número de juízes, que a elaboração do texto demonstra ser a totalidade dos magistrados acreanos mantendo a greve, e que o fazem sem data para encerrar o movimento grevista.

Quando o lide for elaborado para noticiar declarações, podem ser utilizados tanto a citação como o relato. A declaração pode ser transcrita literalmente, entre aspas, ou ser transposta, sem a utilização das aspas, para uma linguagem menos técnica ou mais coloquial. Para atender ao compromisso de transmitir ao público, com fidelidade, uma declaração de difícil compreensão, esta pode ser traduzida em linguagem jornalística no lide e transcrita como documentação nos parágrafos seguintes, com indicação clara da fonte.

Na notícia, “de acordo com a técnica predominante na grande imprensa, só quem opina é a fonte e o texto precisa deixar bem claro de quem é a opinião” refere Franceschini (2004, p. 149). Como podemos ver em (21):

21	Autor da reforma diz que projeto foi desfigurado O autor da reforma do Judiciário em tramitação no Senado, o ex-deputado Hélio Bicudo (PT-SP), atual vice-prefeito de São Paulo, classifica de políticas as discussões da cúpula da Justiça com o governo e afirma que sua proposta original foi “completamente desfigurada”. (FOL, 05/11/2003 14h04)
----	---

A menção à fonte, tanto no título como no lide, busca atender à necessidade de mostrar ao leitor que aquele juízo de valor não é uma interferência indevida do profissional ou do veículo.

As fontes são classificadas, nos manuais de jornalismo, em oficiais, oficiosas e independentes. No *Manual da Folha de S.Paulo* (2001, p. 37), há critérios numéricos para classificar as fontes de acordo com um limite de confiabilidade. A preferência pelas fontes oficiais representa uma estratégia dos profissionais para obter dados fidedignos de personalidades conhecidas, respaldadas pelo exercício de uma função pública (MACHADO, 2003, p. 25), como em (22) e (23):

22	O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Nilson Naves, liberou anteontem a veiculação da campanha publicitária do governo sobre a reforma da Previdência. (FOL, 12/07/2003 07h04)
----	--

23	O presidente do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mello, e o ministro da Previdência Ricardo Berzoini concordaram, em reunião realizada hoje, que não há espaço para diferenças de regras no sistema previdenciário. (FOL, 05/02/2003 14h19)
----	---

As notícias sobre assuntos relativos ao Poder Judiciário recebem cobertura detalhada, com referências precisas às fontes. A referência à fonte pode ser dispensada no caso de informações não polêmicas e prestadas por entidade oficial, mas torna-se obrigatória quando a proposição referir-se a tema controverso, for polêmica, opinativa ou interpretativa.

Ao serem transportadas para o meio digital, as técnicas redacionais das notícias têm de sofrer um processo de adaptação. Por essa razão, tecemos algumas considerações sobre a notícia *online*, na próxima seção.

2.5 A notícia *online*: alternativas à pirâmide invertida

Para caracterizar a notícia *online*, é preciso considerar as transformações que a tecnologia provocou no jornalismo, em especial pela internet, determinante de um novo conceito de mídia, da formação de novas comunidades e da criação de novos gêneros. Segundo Trosborg (2000, p. ix), por serem construtos dinâmicos, os gêneros se alteram com as mudanças sociais, e novos gêneros emergem como produto de uma nova tecnologia. Na verdade, conforme Bhatia (2000, p. 148), ainda que os gêneros estejam atrelados a convenções linguísticas, eles estão sujeitos a enquadramento e manipulação por determinadas comunidades profissionais, podendo materializar diferentes funções comunicativas.

Nos últimos duzentos anos, o paradigma dominante, em termos de organização social, foi o da sociedade industrial. No entanto, a partir da segunda metade do século XX, emergiu um fenômeno capaz de se constituir em um novo paradigma: a tecnologia da informação. Ao contrário das revoluções anteriores, em que a informação agia sobre a tecnologia, agora “as tecnologias agem sobre a informação”, e os efeitos das novas tecnologias permeiam todas as atividades humanas (OLIVO, 2004, p. 77-78).

Nessa nova forma de comunicação, importa menos quem escreve e lê e mais a maneira como ocorre a interação entre eles. Seus usuários podem criar a própria programação, pois a rede, desde sua criação, em 1990, permitiu “compartilhar a informação e, em situações especiais, também recursos

computacionais” (PINHO, 2003, p.41), com capacidade para difusão instantânea e massiva de conteúdos.

O jornalismo na rede é híbrido, mistura concepções do impresso e agrega novas possibilidades, como a colaboração (jornalismo de fonte aberta e blogues, por exemplo) e a interação, criando caminhos para uma leitura não linear (BALDESSAR, 2008, p. 301).

Segundo Pavlick (2001, p.13-16), há três estágios na evolução do jornalismo digital: no primeiro, ocorre a mera transposição do material impresso para a internet; no segundo, já existe a produção de alguns textos e, no terceiro, iniciado nos anos 2000, a produção dos conteúdos é exclusiva para a internet. O espaço privilegiado da internet oferece aos profissionais do jornalismo *online* novas capacidades, pois não existem as limitações técnicas do jornal impresso, e as notícias podem ser veiculadas de maneira interativa e personalizada, colocando-as num contexto histórico, político e cultural muito mais rico.

A essência da prática jornalística não sofreu grandes transformações, mas o jornalista digital precisou adquirir novas habilidades, como pensar sempre levando em conta o grande espectro de possibilidades que o meio eletrônico oferece, e buscar constante atualização, para aplicar todas as ferramentas disponíveis à qualificação de seu texto.

Os jornais foram os primeiros meios de comunicação a migrar para a internet, criando versões *online*, o que permitiu expressivo avanço, possibilitando a veiculação de notícias em tempo real e sua alteração a qualquer momento. O chamado jornalismo digital, existente há pouco mais de três décadas, evoluiu muito rapidamente, também em nosso país.

Para Santaella (2001, p. 47), a linguagem hipermidiática possui quatro características. A primeira é a hibridização, numa aglutinação de diferentes elementos, não existindo apenas o texto, o som ou a imagem, mas uma convergência de meios. A segunda é o armazenamento de informações que, com a interação do usuário colocado em posição de coautor, pode “transmutar-se em incontáveis versões virtuais”. A terceira é a utilização de conexões que permitem ao usuário navegar sem a preocupação de procurar a notícia que lhe interessa numa determinada página. A quarta característica é a interatividade, que permite ao usuário decidir qual direção vai seguir na busca da informação desejada.

Para Manovich (2001 p.61), o usuário decide quais caminhos seguirá, quais elementos informativos serão exibidos, podendo movimentar-se para uma nova página ou escolher uma nova imagem em busca da informação desejada. Nielsen (1996) ressalta que os usuários, frequentemente, são levados a ler apenas o título ou o lide, a parte principal de uma notícia.

Os usuários podem ir aonde quiserem, coletando informações. Eles podem, “a partir de um bloco de informações, acessar um arquivo de áudio, um banco de dados, um gráfico, um resumo, um vídeo e desaparecer, indo para outro site” (WARD, 2006, p.125).

Além de o texto ser elaborado com material noticioso de diferentes formatos, o usuário pode buscar temas de seu interesse, com a inserção de *links*, expressões sublinhadas ou grafadas em cor distinta, que permitem o acesso imediato a outra parte do texto ou mesmo a outro texto. O hipertexto permite ao usuário movimentar-se mediante estruturas de informação do site sem precisar adequar-se a uma sequência predeterminada. A hipertextualidade, portanto, é a qualidade de um texto “móvel, caleidoscópico, que apresenta facetas, gira, dobra-se e desdobra-se à vontade frente ao leitor”, o que permite uma forma muito própria de leitura, distinta da leitura linear que a notícia impressa condiciona (LÉVY, 1999, p. 56).

Como afirmam Neubert e Shreve (1999, p. 117), os textos fazem parte de uma verdadeira rede de comunicação, em que um texto pode fazer referência a um anterior ou pode ser referido em outro, posterior, sendo possível, também, um texto ligar-se a outro texto e até mesmo a outro contexto.

Como consequência da intertextualidade, no jornalismo digital pode ocorrer uma alteração nas noções de fonte, já referidas na seção anterior. Machado (2003, p. 25), entende que “a estrutura descentralizada do ciberespaço complica o trabalho de apuração dos jornalistas nas redes devido à multiplicação das fontes sem tradição especializada no tratamento das notícias”, que agora estão distribuídas em escala mundial.

A tecnologia digital permite o estabelecimento de uma relação direta com diferentes fontes, que “não circunscreve mais as relações dos jornalistas com as fontes oficiais ou com fontes institucionalizadas”. A facilidade de obtenção de dados armazenados nas páginas individuais, nos bancos de dados públicos e nas

redes de circulação das notícias “aumenta a chance de ocorrer um deslocamento do lugar das fontes da esfera do oficial ou do oficioso para o domínio público” (Id., p. 28).

Outra marca do jornalismo *online* é a instantaneidade. Conforme Pinho (2003, p. 51), na mídia *online*, “a instantaneidade da informação modificou até mesmo o sentido do furo de reportagem”, pois ocorre cobertura imediata dos acontecimentos em qualquer lugar do mundo, com a chamada informação em tempo real.

O jornalismo digital, portanto, representou verdadeira revolução no modelo de produção e distribuição das notícias, com a informação passando a ser praticamente instantânea. Entende Franciscatto (2004, p. 34) que “a produção de notícias em tempo real sob um ritmo de articulação contínua é um dilema particular para os jornalistas”. Isso se deve ao modelo imposto às novas redações jornalísticas, nas quais a produção “se baseia na disponibilidade de um maior número de notícias para dar idéia de continuidade de fluxo”. Como consequência desse novo modelo, “compete ao jornalista multiplicar sua produção, mesmo que ao custo de fragmentar a notícia em diversos relatos sucessivos”.

Os veículos de comunicação também tiveram de se adaptar às demandas de um novo leitor, em constante interação, o que determinou a busca por profissionais que atendessem a novas exigências técnicas, sem se afastar das regras básicas de elaboração das notícias impressas, como precisão e concisão. Na verdade, “a dimensão digital tem impacto em cada etapa do processo jornalístico”, pois permite que jornalista e leitor “façam o que faziam antes (por exemplo, acessar informações), mas de forma mais ampla e mais rápida” (WARD, 2006, p.18).

O autor indica (Id., p.132) como relevantes as três regras oferecidas por Jakob Nielsen, para redação *online*. A primeira delas é: “Seja sucinto: não use mais de 50% do texto que escreveria para a mesma notícia em um jornal impresso.” A segunda regra é: “Escreva para passar os olhos: use parágrafos curtos, subtítulos, em vez de grandes blocos de texto”. A terceira é: “Use hipertexto para dividir longos blocos de informação em múltiplas páginas”.

Por existirem diferentes padrões de leitura da notícia *online*, surgiram discussões a respeito da melhor técnica de redação desse gênero. Em torno da

pirâmide invertida, dominante na redação das notícias impressas, posicionaram-se defensores e detratores. A discussão chegou a nossos dias.

Zamith (2005, p. 179) refere-se à professora Cantalapiedra, que defendeu obstinadamente a pirâmide invertida como técnica de organização da cibernotícia, por temer que seus alunos se desconcentrem do essencial: contar em um parágrafo o que se passa. É a regra da pirâmide invertida: começar pelo essencial para depois continuar com o acessório.

Se compararmos a distribuição de informação da notícia de 1990, apresentada na seção anterior, com uma notícia *online* do corpus coletado, já observaremos sensíveis diferenças em sua organização. Reproduzimos aqui o cabeçalho e primeiro parágrafo de uma notícia de 2003 (24):

24	FHC também trocou farpas com magistrados Fernando Henrique Cardoso também trocou farpas com o Poder Judiciário ao longo de seus dois mandatos. (FOL, 24/04/2003 – 08h18)
----	---

Tomando o primeiro parágrafo como lide, o leitor tem de preencher uma série de lacunas para processar a notícia. A data no cabeçalho identifica o governo do presidente Lula. Então, o “também” mostra que os problemas *presidente x magistrados* não iniciaram em 2003, mas se estenderam por dois mandatos de FHC.

O corpo da notícia especifica informações complementares relacionadas a *quem? quando? onde? por quê? como?* Reproduzimos em (25) o segundo parágrafo da mesma notícia:

25	Em fevereiro de 97, o STF estendeu um aumento concedido aos militares a 11 servidores civis. FHC teria dito que os ministros do tribunal "não pensam no Brasil". Em resposta, juízes fizeram a "Carta de Macapá", criticando a concentração de poderes do Executivo.
----	--

Nesse segundo parágrafo, a data está em posição inicial, sinalizando ao leitor claramente um *quando* que exemplifica as “farpas” trocadas entre FHC e os magistrados. A ação praticada pelo STF desencadeia uma crítica do presidente aos magistrados: estes só pensam em si mesmos. Mas a crítica, embora esteja entre aspas, apontando para citação literal, é precedida de expressão verbal

hipotética: “teria dito”. Isto é, não se sabe com certeza se a afirmação realmente ocorreu. A ação dos juízes, seguida de sua avaliação altamente negativa da presidência, sinaliza que o presidente não “teria dito”, mas “disse”.

Essas considerações a respeito da distribuição das informações levam a pensar nas recomendações da professora Cantalapiedra: o jornalista responsável pela notícia de 24/04/2003 contou em um parágrafo o que se passa? A técnica da pirâmide invertida de começar pelo essencial e depois passar para o acessório foi rigorosamente seguida?

Alternativa à ideia de organização piramidal invertida da cibernotícia foi apresentada por Ward. Ele considera que se deva colocar a pirâmide na sua posição natural, a fim de simbolizar o essencial da cibernotícia: o mais importante e o mais breve primeiro (Zamith, 2005, p. 183). A notícia de 24/04/2003 da *Folha de S. Paulo* se enquadra mais adequadamente no modelo da pirâmide natural, pois o lide é extremamente sucinto, e as informações acessórias se distribuem no decorrer dos parágrafos seguintes.

Entretanto, logo apareceram opositores à utilização da técnica da pirâmide invertida, por considerá-la inadequada às especificidades próprias de um meio hipertextual e interativo.

Para Canavilhas (2007, p. 7), a técnica da pirâmide invertida está intimamente ligada a um jornalismo limitado ao suporte que utiliza – o papel, e deixa de fazer sentido às características do webjornal. Utilizá-la na web é cercear o webjornalismo de uma arquitetura noticiosa aberta e de livre navegação.

Ao contrário do jornal impresso, o tamanho do webjornal é infinito. Isso afasta o condicionamento dos jornalistas de número de linhas da notícia, com o objetivo de evitar os cortes feitos pelo editor para poder encaixá-la em determinado espaço do jornal impresso. As prioridades do jornalista na imprensa em papel são diferentes das prioridades do webjornalista, que deve centrar a sua atenção na estrutura da notícia com espaço ilimitado.

Canavilhas defende, dentro do princípio da hipertextualidade, a técnica da *pirâmide deitada*. Por meio dessa técnica, “embora estejam claramente definidos os níveis de informação, não há uma organização dos textos em função da sua importância informativa, mas uma tentativa de assinalar pistas de leitura”. Assim como na pirâmide invertida, o usuário pode abandonar a leitura a qualquer

momento. Porém, nesse modelo, o leitor pode seguir apenas um dos eixos de leitura ou navegar livremente dentro da notícia (CANAVILHAS, 2007, p. 14).

A pirâmide deitada tem quatro níveis de leitura. O primeiro é a *unidade base*, que corresponde ao lide e responde ao essencial – o quê, quando, quem, onde. O segundo é o *nível da explicação*, que completa a informação essencial sobre o acontecimento – porquê, como. O terceiro é o *nível da contextualização*, que oferece mais informação em formato textual, vídeo, som ou infografia animada. O quarto é o *nível da exploração*, que liga a notícia ao arquivo da publicação ou a arquivos externos (CANAVILHAS, 2007, p. 15). A estruturação da pirâmide deitada pode ser visualizada na Figura 7:

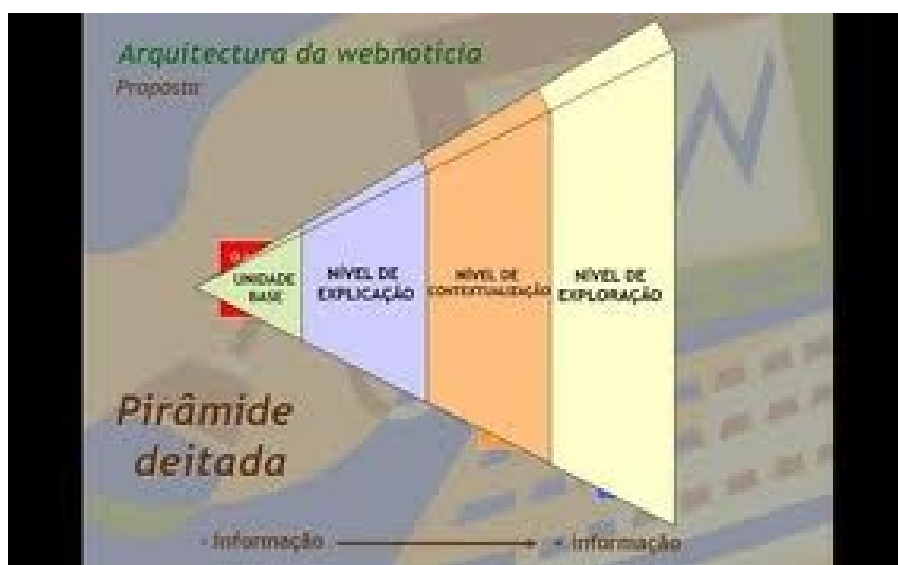


Figura 7: Pirâmide deitada (Canavilhas, 2007, p. 17)

A pirâmide deitada “é uma técnica libertadora para utilizadores, mas também para jornalistas”. Se o usuário pode navegar na notícia, fazendo sua própria leitura, o jornalista dispõe de um conjunto de recursos estilísticos que, aliados aos novos conteúdos multimídia, “permitem inventar o webjornalismo em cada nova notícia” (Id., p. 16).

Outra técnica de redação de notícia proposta em substituição à pirâmide invertida é o chamado *diamante da notícia*, apresentada por Paul Bradshaw (2007). Para o autor, a exigência dos novos meios de comunicação é essencialmente dupla e contraditória: tem de apresentar velocidade e

profundidade. As novas tecnologias da comunicação são capazes de publicar notícias muito mais rapidamente que a televisão e o rádio. O espaço e o tempo ilimitados da web e suas características, como a hipertextualidade e a rápida conexão, fazem-na potencialmente mais profunda e mais ampla que os antigos reis da contextualização e da análise: os jornais e as revistas. A Figura 8 apresenta o modelo do diamante da notícia, concebido por Bradshaw:



Figura 8: O diamante da notícia (Bradshaw, 2007)

De acordo com o diamante, os procedimentos jornalísticos do futuro seguirão sete passos: 1º) Alerta – ao chegar à redação, a notícia é rapidamente enviada aos serviços informativos online e telemóveis; 2º) Rascunho – início da pesquisa e abertura da discussão na rede; 3º) Artigo – texto mais aprofundado; 4º) Contextualização – inserção de novos links com transcrições, sons e vídeos; 5º) Análise – feitas por autores de blogues, investigadores, debates transmitidos em podcast; 6º) Interatividade – atualização do assunto, visitas e novos comentários; 7º) Customização ou personalização – a partir da criação de uma

tag (etiqueta, termo associado com uma informação), gera-se um Rich Site Summary (RSS), amplamente utilizado pela comunidade dos [blogues](#) para compartilhar as suas últimas novidades ou textos completos e até mesmo [arquivos multimídia](#), que pode ser assinado por qualquer interessado.

Bradshaw (2007) afirma que o modelo diamante da notícia foi criado para desafiar o domínio da pirâmide invertida, indicando suas deficiências. Reitera, ainda, que essa evolução faz parte de um processo “inacabado” e que nenhum dos modelos é definitivo.

2.5.1 A estrutura orbital da notícia

A concepção de uma estrutura redacional que complemente a técnica da pirâmide invertida pode ser encontrada em White (1998). Pesquisador das relações entre linguística e mídia, White, no quinto capítulo de sua tese de doutoramento, apresenta uma análise da estrutura da notícia, no jornalismo impresso, que ele chamou de estrutura orbital.

Conforme White (1998, p. 172), as características da textualidade da notícia nos levam a olhar para alternativas aos modelos lineares de organização textual. Considera necessária uma abordagem que compreenda a operação simultânea de um princípio orbital de organização textual, tanto quanto do modelo linear tradicional. Um núcleo dominante do texto estabelece relativa dependência com um conjunto de subcomponentes textuais, e é no contexto dessa relação, entre o lide e o restante do texto, que emerge o princípio orbital de organização textual.

No jargão jornalístico, as *hard news* são a pura notícia. Elas são as notícias “quentes”, que queimam a mão do jornalista, exigindo publicação. A expressão, de origem inglesa, designa uma linha editorial especializada em notícias e coberturas complexas e densas, como as de fatos políticos, bem como sua contextualização, análise e projeções.

Para White (1998, p. 194), nas *hard news*, o corpo, a parte do texto que vem depois do núcleo formado pelo título/lide, atua para pormenorizar os significados presentes nesse núcleo por meio de elaboração, contextualização, explanação e avaliação. Isso significa que o corpo da notícia não desenvolve

novos assuntos, mas, ao contrário, serve para fazer referências ao lide, por meio de diversas especificações, como mostra a Figura 9:

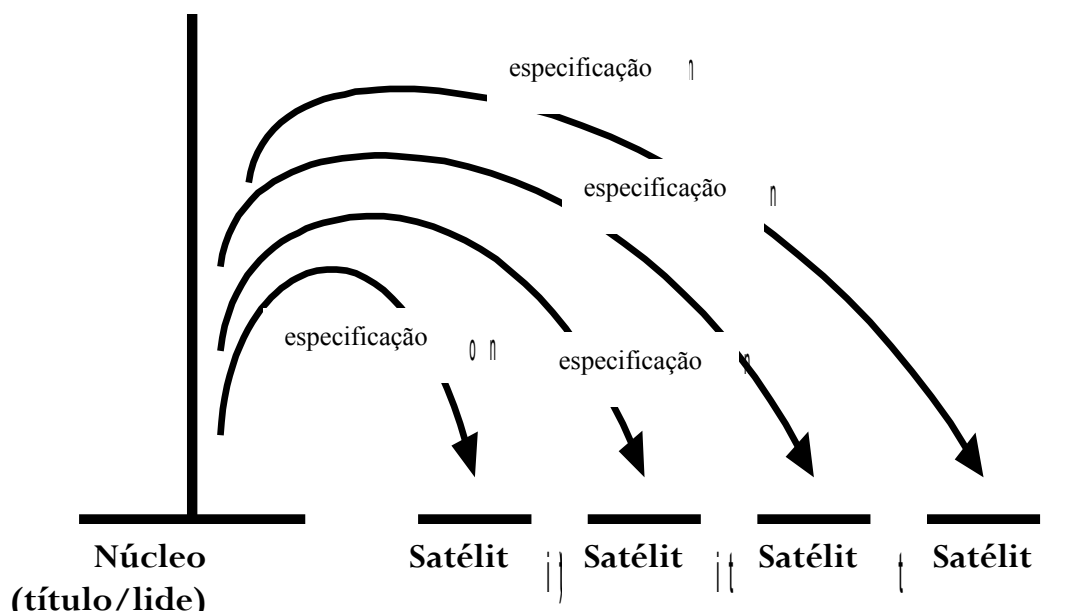


Figura 9: Relação entre núcleo e satélites (White, 1998, p.197, traduzida)

O corpo da notícia pode ser dividido de acordo com a natureza da relação ou relações de especificação que os subcomponentes, satélites, mantêm com o núcleo. White analisou um grande número de notícias relatando acontecimentos, entre elas, a que está no Quadro 2:

Explosão de fúria
 Desordeiros varrem o Taiti
 Desordeiros, ontem, abriram um caminho de destruição através da paradisíaca ilha do Taiti, em uma onda de fúria provocada pelos testes nucleares franceses.
 O aeroporto de Taiti ficou em destroços e tomado pela fumaça, depois de mais de 1000 manifestantes atacarem a polícia, dirigirem uma escavadeira através do terminal e destruírem o edifício.
 A França enviou tropas da legião Estrangeira, pois os motins espalharam-se para os arredores da capital, Papete.
 Os manifestantes saquearam o comércio, atearam fogo em uma loja de perfumes, apedrejaram um edifício de escritórios e o Edifício da Assembléia Territorial.
 A oposição aos testes nucleares varreu o mundo apenas um dia depois da França ter explodido a primeira das oito bombas no atol de Mururoa, na Polinésia Francesa.
 No Chile, as manifestações incluíram mais de 10.000 pessoas.
 O Ministro das Relações Exteriores, Gareth Evans, disse ontem: “A França realmente colheu o que plantou”.
 Telegraph Mirror, 08/09/95

Quadro 2: Exemplo de notícia (White, 1998, p. 195, adaptada)

A análise desenvolvida sinalizou para a ocorrência de quatro modos ou relações de especificação: elaboração, causa e efeito, contextualização e avaliação, que podem se repetir, ou se somar, como exemplifica a Figura 10.

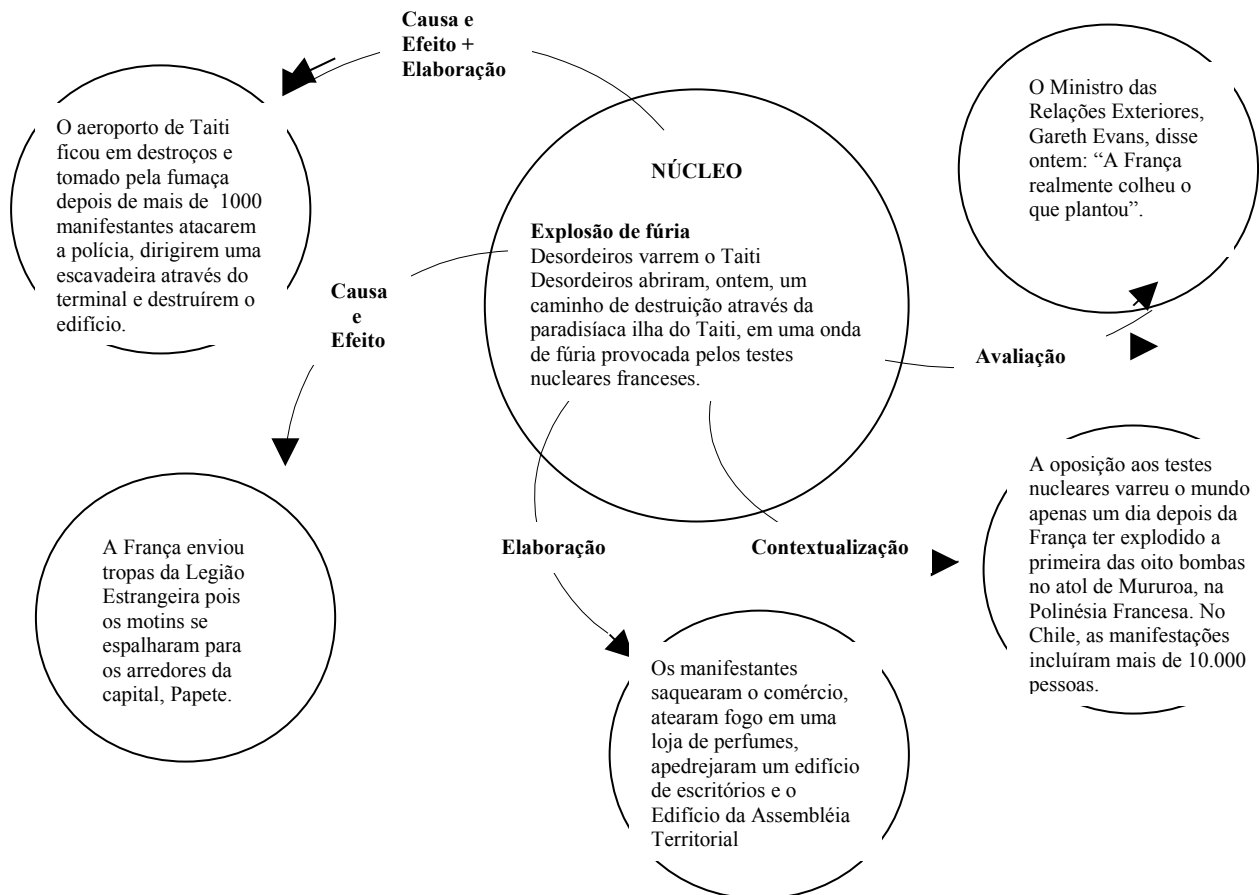


Figura 10: Organização orbital da notícia (White, 1998, p. 197, traduzida)

Na elaboração, uma frase ou um conjunto de frases fornece descrição ou exemplificação detalhada da informação apresentada no título/lide, ou atua para reafirmar ou descrever o assunto do título/lide em outros termos.

Na relação de causa e efeito, uma ou mais frases descrevem as causas, as razões, as consequências ou o propósito do “ponto de crise” apresentado no título/lide.

Na contextualização, uma ou mais frases colocam fatos ou declarações do título/lide num contexto temporal, espacial ou social. A localização geográfica será

descrita em alguns detalhes, ou o “ponto de crise” será colocado no contexto de eventos precedentes, simultâneos ou subsequentes. Com o propósito de comparação, podem ser descritos eventos anteriores sobre o mesmo assunto.

Na avaliação, os elementos do núcleo da notícia são normalmente avaliados por alguma fonte especializada externa a ela, em termos de impacto emocional, ou com referência a um sistema de juízos de valor.

Para o autor, portanto, a textualidade da notícia se estrutura operando-se uma relação entre um núcleo central, formado pelo fato considerado mais importante, e seus satélites, que gravitam em torno desse núcleo (1998, p. 199). Nessa relação, o núcleo central, o lide, domina o texto e determina seu foco. Seus satélites gravitam em torno dele e atuam apenas para elaboração, explicação ou comentário do material apresentado na abertura.

Nas notícias do *corpus*, observamos que essas categorias podem se superpor em um só parágrafo do texto. Um exemplo de notícia organizada orbitalmente pode ser observado a seguir (26).

O núcleo (título e lide) gira em torno da opinião dos internautas sobre a reforma:

26	Internautas dizem que reforma não vai diminuir corrupção no Judiciário A maioria dos leitores da Folha Online acredita que a reforma do Judiciário não vai diminuir a corrupção na Justiça, como os casos de venda de sentenças denunciadas pela Operação Anaconda. (FOL, 26/11/2003 - 18h35)
----	---

Em torno do núcleo (26), que situa o tema e seleciona os atores, gravitam os satélites. No primeiro deles (27), ocorrem: elaboração – mais detalhes sobre as informações do núcleo; contextualização – porcentagem dos internautas, espaço de tempo de acesso ao site; avaliação – ponto de vista dos internautas sobre a punição aos juízes.

27	É o que pensam 54% dos internautas que acessaram o site entre os dias 20 e 26 de novembro, e responderam uma enquete sobre o tema. Segundo eles, também seria preciso instituir penas mais severas para juízes condenados por corrupção.
----	--

O terceiro parágrafo (28) se organiza principalmente por elaboração – acréscimo de informações ao núcleo da notícia e à avaliação dos internautas.

28	A reforma do Judiciário em andamento no Congresso, proposta há cerca de 12 anos pelo então deputado do PT de São Paulo Hélio Bicudo, propõe modificações na estrutura dos tribunais, mas não prevê mudanças no sistema processual nem imposição de penas mais graves a juízes condenados por corrupção.
----	---

Segue-se um procedimento bastante comum em notícias *online*: remeter o leitor a informações complementares ao texto. Na continuação do corpo do texto da notícia, há um chamado ao leitor: “Entenda a Operação Anaconda”. Se o internauta já sabe detalhes da Operação Anaconda, encerra a sua leitura. Se quiser saber mais, continua no texto.

2.5.2 O cabeçalho das notícias da *Folha Online*

Nas notícias de *Folha Online*, o cabeçalho é formado pela indicação da data e hora de sua publicação, seguidas do título, do local de publicação, que pode ser a editoria central do jornal impresso, do jornal *online* ou das sucursais de ambos. Normalmente as notícias dos jornais não vêm assinadas. É o que exemplifica a Figura 11:

30/07/2003 - 07h40
Para Berzoini, subteto de 75% não é "ofensa"
da **Folha de S.Paulo**, em Brasília

Os ministros José Dirceu (Casa Civil) e Ricardo Berzoini (Previdência) deram sinais ontem de que o governo vai jogar duro na defesa do relatório que foi aprovado na comissão especial da reforma da Previdência. Berzoini chegou a afirmar que o subteto para o Judiciário nos Estados equivalente a 75% do salário de ministro do Supremo Tribunal Federal não é "uma ofensa".

Figura 11 – Cabeçalho de notícia sem autoria indicada

No entanto, os textos noticiosos podem aparecer com assinatura, como exemplifica a Figura 12:

21/07/2003 - 19h07

Juízes decidem entrar em greve em agosto

FELIPE FREIRE
da **Folha Online**, em Brasília

Por 206 votos a 74, os juízes estaduais e do Trabalho decidiram hoje, em Brasília, entrar em greve entre os dias 5 e 12 de agosto. Eles também decidiram que no 13 de agosto haverá uma nova reunião para avaliar a paralisação, que será a primeira greve nacional dos magistrados.

Figura 12 – Cabeçalho de notícia com indicação de autoria

Das 87 notícias selecionadas para estudo, 43 tinham assinatura e 44 não apresentavam autor. Após analisarmos os dois grupos de textos com *Wordlist* e *Concord*, decidimos não levar em consideração a assinatura, pois os dois grupos não apresentavam significativas modificações quanto à sua técnica de redação e procedimentos de citação e relato.

Entre os itens do cabeçalho, vamos dar maior atenção à organização do título. Entre outros motivos, essa preocupação decorre da seguinte afirmação:

A maioria dos leitores de um jornal lê apenas o título da maior parte dos textos editados. Por isso, ele é de alta importância. Ou o título é tudo que o leitor vai ler sobre o assunto ou é o fator que vai motivá-lo ou não a enfrentar o texto. (Novo Manual da Redação, 1992, p. 168)

A esse respeito, Ward (2006, p.133) refere-se à orientação dada por Alysson Troffer para a edição de conteúdo não sequencial na revista eletrônica *Contentious*: “Lembre-se, quando os leitores estão passando os olhos em uma de suas páginas, todos eles realmente verão primeiro o título”, reforçando a importância de sua redação para captar a atenção do usuário.

De acordo com Faria (2001), as funções das manchetes e títulos são: a) atrair o olhar do leitor; b) permitir-lhe decidir o que ler, estimulando-o a prosseguir a leitura; c) dar ao leitor crítico uma imagem da identidade do jornal ou de sua linha de informações (p. 196). A escolha das palavras pode tornar um título mais agressivo, ou, ao contrário, amenizar o teor da notícia e até mesmo revelar certos aspectos e encobrir outros (p. 197).

Para demonstrar as estratégias de agressão ou abrandamento na redação do título, em seu artigo, a autora apresentou a comparação de uma manchete nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* sobre a licitação para o SIVAM

(Serviço de Informação da Amazônia), ocorrida em 1995. A *Folha de S. Paulo*, que vinha fazendo oposição ao então governo FHC, atacou: “FHC sufoca reação ao SIVAM”. A responsabilidade pela licitação (talvez viciada) foi personalizada na figura do presidente. A escolha da forma “sufocar” reforça a representação do autoritarismo do governo.

Já *O Estado de S. Paulo* utilizou uma estratégia de abrandamento na redação do título: “Licitação do Sivam deve ser cancelada”. O governo não é explicitado, não há agente da voz passiva (não se sabe quem cancelou). Assim, é evitado, na informação, o comprometimento claro do governo FHC tanto quanto à licitação, como à determinação de alterá-la.

O *Manual da Redação da Folha de S.Paulo* (2001, p. 101) recomenda que, em textos noticiosos, o título deve, em geral: a) conter verbo, de preferência na voz ativa; b) estar no tempo presente, salvo em referências a fatos distantes no futuro ou no passado; c) empregar siglas com comedimento.

Na Figura 12, a recomendação do uso do presente no título é seguida: “Juízes *decidem* entrar em greve em agosto”. Já na primeira oração do lide, o tempo passa para o pretérito: “Por 206 votos a 74, os juízes estaduais e do Trabalho *decidiram* hoje, em Brasília, entrar em greve entre os dias 5 e 12 de agosto”.

Autores referidos anteriormente e manuais de redação sinalizam para características linguísticas que devem orientar a redação da notícia. Mas são informações aleatórias, não sistematizadas, incapazes de sustentar uma análise textual e contextual.

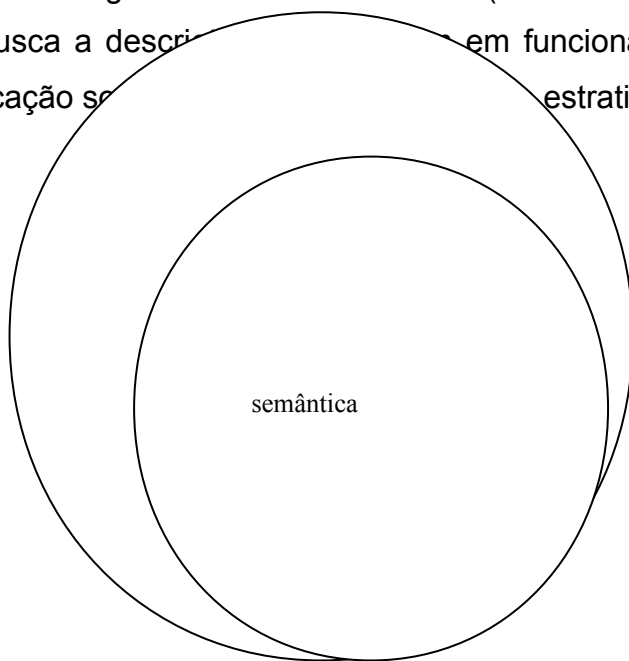
Consideramos que a linguística sistêmico-funcional fornece meios para fazer essa sustentação. Por essa razão, no próximo capítulo, selecionamos categorias que contribuem para a estruturação das notícias que veiculam as representações: texto e contexto, transitividade e complexo oracional.

CAPÍTULO 3 – CONTRIBUIÇÕES DA LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL À ORGANIZAÇÃO DA NOTÍCIA

O modelo de descrição e análise linguística desenvolvido desde a década de 50 do século XX por Halliday, em sua perspectiva mais ampla, procura explicar como os indivíduos usam a linguagem e como a linguagem é estruturada em seus diferentes usos. A linguística sistêmico-funcional (LSF) é uma teoria da linguagem e um método de análise de textos e seus contextos de uso (EGGINS, 2004).

Halliday e seus seguidores desenvolveram pesquisas baseadas na compreensão da linguagem como redes de sistemas promotores de interação social, com funções utilizadas para produzir significados. Esses estudos foram desenvolvidos em *Introduction to Functional Grammar* (HALLIDAY, 1985, 1994; HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004).

A funcionalidade é inerente à língua, que é maleável, molda-se para atender às demandas dos usuários, evolui para satisfazer as necessidades humanas e se organiza de maneira não arbitrária, respeitando essas necessidades. Toda vez que falam ou escrevem, as pessoas produzem textos. Para Halliday, o termo “texto” refere-se a qualquer instância de linguagem que faça sentido a alguém que conheça a língua; o texto é um fenômeno multifacetado que pode ser explorado por diferentes ângulos, sendo a unidade de análise da LSF. A LSF objetiva a descrição dos meios pelos quais a língua se relaciona com os textos, e sua utilização dá forma ao sistema linguístico. É uma estrutura da organização do pensamento, representada por redes de sistemas provenientes das escolhas dos usuários em diferentes situações de comunicação. A LSF vê na língua um sistema semiótico (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004, p. 24) e busca a descrição de seu funcionamento como instrumento de comunicação social e sua estratificação da língua.



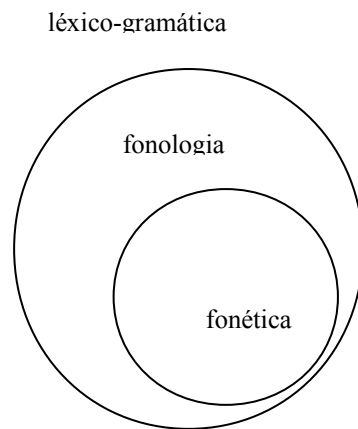


Figura 13: Processo de estratificação (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004, p.25, adaptada)

Na visão funcionalista, portanto, a linguagem é vista como instrumento de interação social, e a estrutura dos enunciados é determinada pelo uso no contexto comunicativo. Na verdade, como observa Meurer (2004, p.151), para a LSF é relevante o estabelecimento de relações claras entre linguagem e contexto.

A linguagem é um fenômeno sociosemiótico e, como tal, dinâmico, criado pelo uso, sujeito a transformações e adaptações, não sendo um conjunto prescritivo, mas um sistema de construção de significados (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004, p. 23). A teoria estuda a linguagem escrita e a falada, dá relevo aos aspectos semânticos e pragmáticos, possibilitando analisar a funcionalidade da construção de significados.

Para a LSF, existe uma relação dialética entre texto e contexto, pois o texto cria o contexto, e o contexto cria o texto (HALLIDAY, 1989, p. 47), fenômeno que abordaremos na próxima seção.

3.1 Texto e contexto

Na perspectiva hallidayana de linguagem, encontramos o contexto de cultura e o contexto de situação, termos utilizados a partir de conceitos elaborados por Malinowski em seus estudos antropológicos e considerados fundamentais para a compreensão de qualquer texto. Ao contexto de cultura integram-se as práticas ligadas a diferentes lugares e etnias e também aquelas institucionalizadas nos grupos sociais, como igreja, família, Judiciário, escola, etc.

Qualquer texto produzido em uma situação concreta vem sempre precedido de seu contexto. Ao contexto de situação, portanto, pertencem as atividades que as pessoas desenvolvem, a natureza da interação social e o canal em que se dá a comunicação.

O contexto de cultura engloba a história sociocultural dos participantes da interação, é o resultado da união da totalidade de significados compartilhados. “O estudo do contexto de cultura envolve a observação de como a língua é estruturada para o uso” (VIAN JR. e LIMA-LOPES, 2005, p. 31). Tal contexto se refere a diferentes práticas sociais e permite que a linguagem seja utilizada em um contexto determinado, o de situação, que é o contexto imediato no qual os textos estão se movimentando, como podemos observar na Figura 14:

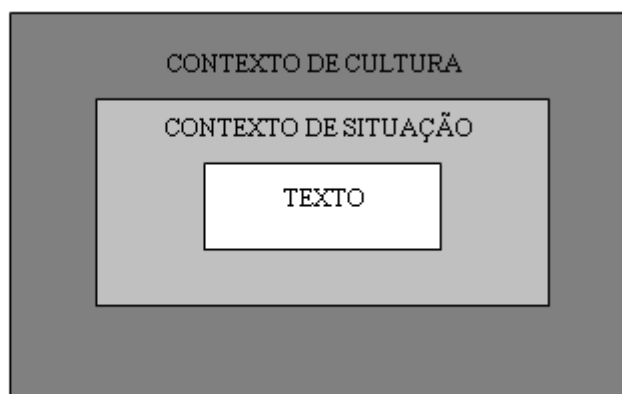


Figura 14: Contexto de cultura, contexto de situação e texto (HALLIDAY, 1989, p. 49 – adaptado)

Num ambiente em que os significados estão sendo negociados, emergem essas características extralinguísticas dos textos, de que os usuários lançam mão para construir, identificar e classificar os registros textuais, que são as variáveis

do contexto situacional *campo*, *relações* e *modo*. Essas três variáveis se realizam por meio das três metafunções da linguagem: a ideacional, a interpessoal e a textual (HALLIDAY, 1989).

A variável situacional *campo* refere-se à atividade social e ao assunto tratado pelo texto. A variável situacional *relações* envolve dimensões de interação, contato e afeto. Já o *modo* refere-se à organização simbólica do texto.

Fuzer (2008, p.72) resume entendimento a respeito de variáveis situacionais, a partir de Halliday (1989), dizendo que “a variável contextual *campo* refere-se ao marco institucional em que se inclui a atividade do agente; corresponde ao conteúdo de que trata o falante/escritor e seus objetivos”. A variável contextual *relações* refere-se aos participantes da interação, suas posições e seus papéis, e o “*modo* refere-se à função que a língua desempenha no momento da interação, à organização simbólica do texto, [...] ao modo retórico, incluindo categorias como persuasivo, expositivo, didático, entre outros” (Id., p. 76-78). As três variáveis contextuais são organizadas pelas metafunções que possuem, cada uma delas, um sistema que viabiliza a realização de seus significados.

As características contextuais, em especial as variáveis definidoras do contexto situacional, distinguem um texto de outro, podem determinar as escolhas linguísticas dos usuários, refletindo diferente metafunções. Essas três variáveis, portanto, realizam-se por meio das três metafunções da linguagem: a ideacional, a interpessoal e a textual e são abordadas na léxico-gramática pelo sistema de transitividade, pelo modo/modalidade e pelo estudo de tema/rema, respectivamente.

A relação entre as variáveis do contexto e do texto pode ser visualizada no Quadro 3:

CONTEXTO SITUACIONAL	SEMÂNTICA	LÉXICO-GRAMÁTICA
Traço do contexto estruturas semióticas da situação	Função da linguagem <i>Componentes funcionais da semântica</i>	Nível da oração escolhas léxico-gramaticais
Campo do discurso (o que está acontecendo)	Significados ideacionais	Estruturas de Transitividade

a atividade social	<i>Conteúdo da experiência</i>	oração como representação
Relações interpessoais (quem participa) A relação entre os participantes envolvidos	Significados interpessoais <i>interação pessoal</i>	Estrutura de modo Oração como troca de Experiência
Modo do discurso (o papel da linguagem) Canal simbólico ou retórico	Significados textuais <i>estrutura textual</i>	Estruturas temáticas Oração como mensagem

Quadro 3 – Contexto de situação, semântica e léxico-gramática (Heberle, 2000, p. 297, com base em Halliday, 1973, 1978; Ventola, 1998; Halliday & Hassan, 1989)

A cada evento comunicativo, então, a linguagem é utilizada realizando, simultaneamente, três tipos de significados: ideacional, interpessoal e textual, como explicam Motta-Roth; Heberle (2005, p. 15):

Metafunção ideacional, que expressa o conteúdo do texto, possibilitando, assim, ao sujeito observador tirar partido da capacidade da linguagem de representar as experiências do mundo interior e exterior;

Metafunção interpessoal, que expressa as interações sociais das quais o sujeito participa, possibilitando-lhe, assim, representar ações sobre os outros centro da realidade social e desencadear novas ações;

Metafunção textual, que expressa a estrutura e o formato do texto, possibilitando, assim, ao sujeito estruturar a experiência em textos coesos e coerentes a partir do sistema da língua.

O significado ideacional, vinculado à variável situacional *campo*, possibilita a representação do mundo, das experiências, dos conhecimentos e das convicções individuais. O interpessoal, vinculado à variável situacional *relações*, diz respeito à interação entre os participantes de uma determinada situação, e o textual, vinculado à variável situacional *modo*, organiza a linguagem como mensagem, representando a estrutura formal, a coerência e a coesão do texto.

Com o propósito de trabalhar textos em contextos de situação bem definidos, escolhemos dois contextos situacionais específicos, a reforma da Previdência e as prerrogativas do Judiciário, referentes a um contexto cultural mais amplo, as relações de poder que caracterizam os agrupamentos sociais.

3.1.1 Contextos selecionados

3.1.1.1 A reforma da Previdência

No Brasil, a Previdência Social nasceu da mesma maneira que em grande parte do mundo: com caráter privativo e voluntário, pela formação dos primeiros planos de assistência, segundo Ibrahim (2008, p. 39).

A evolução histórica da Previdência Social brasileira caracteriza-se por uma contínua modificação na estrutura de custeio, organização e administração dos bens previdenciários, com o repasse gradual de responsabilidades do setor privado para o Estado. Não obstante a ocorrência desse repasse, permanecem dois regimes de aposentadoria: o público, que engloba integrantes dos três poderes de Estado, civis e militares, além dos contribuintes não servidores públicos, e o privado, que pode abarcar qualquer interessado, seja empregado, autônomo, empregador da iniciativa privada e mesmo servidor público que a ele quiser aderir.

Até o início do século XX, não havia sistema previdenciário no Brasil. Somente no governo Getúlio Vargas, com o processo de industrialização, é que uma política previdenciária e de saúde começou a se desenhar, pela criação de mecanismos legais e institucionais para sua implementação.

Em 1960, foi instituída a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), que unificou a legislação referente aos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). Em 1963 foi criado o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL).

Em 1966, foi criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que é o atual Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Mesmo com um padrão mais universal dos serviços prestados, uma grande parcela dos trabalhadores brasileiros estava excluída do INPS, conforme Braga e Paula (1986). Durante os anos 70, foram incluídos no INPS os autônomos, empregados domésticos e empregadores rurais, conforme Martins, (2004, p. 158).

A universalização da cobertura previdenciária evoluiu junto com a ampliação do acesso aos serviços de saúde. Em 1987, foi criado o Programa de Desenvolvimento de Sistemas Unificados e Descentralizados de Saúde (SUDS), que originou o Sistema Único de Saúde (SUS). Essa universalização foi acompanhada pela queda da qualidade dos serviços.

Seguindo os princípios da constituição de 1988 de organização democrática e social, foi ampliado o tratamento constitucional à Previdência, sendo referida, pela primeira vez, a expressão Seguridade Social. Pela Carta de 88, Seguridade Social é o conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à assistência e à previdência social.

O modo de organização da previdência varia de acordo com a espécie de regime, conforme o tipo de trabalhador a que se destine, se do serviço público ou da iniciativa privada. A Lei 9.717, de novembro de 1998, instaurou o Regime Próprio dos Servidores dos Poderes Públicos. Já o Regime de Previdência Privada está estruturado com base nas Leis Complementares 108 e 109 de maio de 2001. A Previdência Privada no Brasil está organizada de forma contratual e negocial entre o trabalhador, empregado ou empregador, e a instituição administradora dos recursos arrecadados, sem nenhuma ligação com órgãos governamentais.

O atual sistema previdenciário brasileiro, então, é resultado de um processo de reformas que teve início antes da Constituição de 1988. Segundo Coelho (1999), havia forte disputa dentro do próprio Executivo, entre a chamada grande burocracia, formada pelos que detinham poder e pelos que detinham conhecimento técnico, com um papel de destaque dos técnicos e suas associações, na definição do sistema previdenciário na nova constituição. As discussões e debates da década de 80 resultaram nas propostas de reforma do início da década de 90. Podemos perceber, então, que as reformas da Previdência, tanto do governo de Fernando Henrique Cardoso, quanto do governo Lula, seguiram os caminhos permitidos pela conjuntura político-social.

A proposta de reforma feita por Fernando Henrique Cardoso, em 1995, sofreu dura oposição. Mesmo aprovada no primeiro mandato de FHC, significou uma derrota para o governo, pois não conseguiu aprovar a maioria das alterações pretendidas, apesar de ter conseguido alterar as regras da aposentadoria proporcional, que é a aposentadoria requerida antes de se completar o tempo exigido pelo INSS, de ter extinguido a aposentadoria especial dos professores universitários, mantendo a aposentadoria especial para os demais professores, e de ter alterado a forma de cálculo dos benefícios.

Segundo os argumentos de seus opositores, o projeto era muito amplo, prevendo alterações nos regimes de aposentadorias públicas e privadas. Abrucio e Ferreira Costa (1998, p. 70) destacam: “É importante notar que a junção das duas reformas – da Previdência Geral com a do setor público – aumentou o número de interesses atingidos e, por conseguinte, tornou mais difícil o processo decisório”. Para os autores, isso provocou não só uma tramitação mais lenta com negociações mais custosas, como uma corrida à aposentadoria nos dois sistemas, “o que não teria ocorrido se a Previdência do setor público fosse a única atingida pela reforma” (idem, p.71).

Foi muito difícil formar uma coalizão de apoio às reformas, o que provocou grandes derrotas nas votações na Câmara e no Senado, como ocorreu com a tentativa de alteração na integralidade das aposentadorias e na contribuição dos inativos. Mesmo sem alterar o tipo de regime previdenciário, a reforma de FHC permitiu a adoção de regras mais restritivas para a redução de desigualdades entre o sistema público, com maiores benefícios e mais garantias, e os sistemas privados de previdência, com escolha e adoção exclusivamente dos interessados.

As articulações políticas, no propósito de organizar uma grande coalizão com vistas às reformas tributária e previdenciária, começaram junto com o governo Lula. Mesmo assim, desde os primeiros dias, após ser divulgado o esboço da reforma da Previdência, os militares e os juízes manifestaram-se frontalmente contra sua inclusão no regime previdenciário comum, o que foi amplamente divulgado pela mídia nacional.

O presidente, pretendendo construir a coalizão política e social que sustentasse as reformas, convocou o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini e o do Trabalho, Jaques Wagner, para que assumissem o debate com diferentes organizações e sindicatos, representantes de setores públicos e privados.

3.1.1.2 A abertura da “caixa-preta” do Judiciário

Lula foi eleito com um discurso de mudança. Em 2002, para muitos, sua candidatura estava associada ao caos. Não era raro ocorrerem comentários, na mídia nacional e fora dela, que o Brasil, caso Lula fosse eleito, seria transformado numa nova Colômbia. Em diferentes camadas da sociedade brasileira, era

difundido o discurso encampado pela oposição, afirmando que um provável calote à dívida externa causaria o desgoverno do país. O PT, partido do candidato, respondia às críticas com a ideia de mudança associada à esperança. Quando da vitória de Lula, foi divulgado o *slogan* do partido vitorioso: “A esperança derrotou o medo”.

Desde o início do governo, havia certa distância entre Lula e a grande imprensa. Logo depois da posse, o presidente concedeu entrevista a uma única empresa brasileira de comunicação, a rede Globo. Na mídia internacional, falou ao jornal *Washington Post* e à revista *Time*. Sem entrevistas, a mídia brasileira passou a questionar as falas do presidente, dando destaque à postura paternalista, aos deslizes gramaticais, à reiterada utilização de metáforas, enfatizando seus tropeços na oralidade.

Recebeu atenção da mídia nacional, também, o início da implementação de determinados pontos do programa do então candidato, como a reforma da Previdência, que causava contrariedade a alguns setores da sociedade brasileira desde a época da campanha eleitoral. O surgimento de conflito entre os poderes Executivo e Judiciário, ainda sem se completar o primeiro mês do novo governo, foi acirrado pelo episódio da “caixa-preta”.

Em 22 de abril de 2003, manifestação do presidente Lula sobre a necessidade de o Judiciário abrir sua “caixa-preta” foi amplamente divulgada pela mídia. Em Vitória, durante solenidade de adesão do governo do Espírito Santo ao Plano Nacional de Segurança Pública, que serviu para assinatura de um protocolo de repasse de verbas, Lula citou diversas vezes o poder Judiciário. Em sua fala de 33 minutos, de improviso, transmitida ao vivo por emissoras de rádio e televisão do estado, o presidente referiu-se à corrupção, parcialidade e privilégios existentes, segundo ele, nesse poder.

Seguem-se trechos transcritos a partir vídeo postado no *Youtube*:

(...) Muitas vezes, a justiça não é feita. A justiça não faz o que manda a constituição, que diz que todos são iguais perante a lei. Muitas vezes, algumas pessoas são mais iguais que as outras. E isso é chamado justiça de classe, uma justiça que favorece uma classe (...) A sociedade brasileira tem consciência de que hoje não estamos enfrentando mais o ladrão de galinha. Aquele cidadão que roubava uma galinha era preso e solto. E no dia seguinte, ele roubava outra galinha, o galo e até os ovos. Mas não era uma figura tão violenta, tão bruta com a sociedade. Hoje não. Hoje nós enfrentamos uma indústria, que eu diria até multinacional,

do crime organizado. Ele tem seu braço na política, tem o seu braço na polícia, tem o seu braço no poder Judiciário, tem o seu braço nos empresários, tem o seu braço internacional (...)

Virando-se para o Ministro da Justiça, Márcio Thomas Bastos, Lula disse:

E é por isso que nós brigamos há muito tempo, Dr. Márcio, pelo controle externo do poder Judiciário. Não é interferir na decisão de um juiz, mas é pelo menos saber como funciona a caixa-preta do poder Judiciário, que muitas vezes parece intocável (...)

Tendo como ponto de partida esses dois contextos de situação, seguem-se pressupostos teóricos a respeito de transitividade, processo de projeção oracional e engajamento, que norteiam as análises a serem empreendidas neste trabalho.

3.2 Transitividade

A metafunção ideacional permite expressar conteúdos e experiências ocorridas no mundo e se subdivide em experiencial e lógica. Em sua função experiencial, a linguagem materializa a representação das experiências humanas e se realiza por meio do sistema da transitividade, cuja unidade básica de análise é a oração, ao passo que, em sua função lógica, a linguagem atinge o nível acima da oração, o chamado complexo oracional.

A metafunção ideacional experiencial é um dos componentes principais do significado no sistema linguístico. Constitui-se numa construção do mundo da experiência, o uso da língua para representar o mundo exterior, como acontecimentos, coisas, qualidades e o nosso mundo interior, como pensamentos, crenças, sentimentos, sendo realizada por meio do sistema de transitividade.

Percebemos nossas experiências, segundo Halliday & Matthiessen (2004, p.170), como um fluxo de acontecimentos divididos e representados por meio dos principais papéis da transitividade: processos, participantes e circunstâncias, formando o que os autores entendem por “figura”, no nível da gramática. No nível da semântica, as orações trazem todas as figuras constituídas por processos que se desenrolam no tempo, por participantes de alguma forma neles envolvidos,

além de circunstâncias de causa, lugar, modo, assunto, entre outras, que podem caracterizar as ações e/ou os participantes, indicando quem faz o que, a quem e em que circunstâncias.

No nível oracional, o sistema de transitividade expressa as experiências do mundo exterior, físico, social e interior, mental, sensorial, por meio de diferentes processos, que determinam diferentes tipos de oração. Os processos materiais e mentais representam e distinguem essas experiências; os relacionais estabelecem conexões entre entidades, identificando-as ou as classificando.

Nos limites entre os materiais e os mentais, estão os processos comportamentais, responsáveis pela construção de comportamentos humanos, que são em parte ação e em parte sentir, e representam atividades fisiológicas, psicológicas e verbais. Já os processos verbais situam-se entre os relacionais e os mentais, configurando relações simbólicas, construídas na mente e expressas em forma de linguagem. Por fim, os processos existenciais colocam-se entre os relacionais e os materiais, que se constroem com apenas um participante e representam algo que existe ou acontece.

Participantes são os elementos, humanos ou não, que se envolvem diretamente com os processos. Ao contrário desses, inerentes aos processos, já que toda oração experiencial tem pelo menos um participante, as circunstâncias são elementos opcionais, informações adicionais, que nem sempre ocorrem, pois nem toda oração apresenta ampliação circunstancial. Processos, participantes e circunstâncias, portanto, são categorias semânticas, construídas no sistema de transitividade, e mostram a representação dos fenômenos do mundo concreto. Por conta disso, nas orações configuradas pelos processos, os participantes recebem denominações específicas.

As orações em que ocorrem processos materiais são identificadas como orações de “fazer e acontecer” (Id., p.179), pois determinam um tanto de mudança no fluxo dos acontecimentos, mudança que ocorre porque o Ator, participante inerente a esse processo, é fonte da energia nele investida, provoca o desdobramento do processo e leva a um resultado diferente de sua fase inicial. Outro participante, a Meta, pode ocorrer nos processos materiais e será diretamente afetado pela ação.

Essas ações de mudanças externas, perceptíveis, desenvolvem-se através do tempo, mas o modo como se expandem varia de processo para processo, com verbos criativos, em que o Ator ou a Meta são criados, e com verbos transformativos, em que o Ator ou a Meta são transformados.

Como a listagem de processos materiais criativos e transformativos elaborada por Halliday & Matthiessen é muito abrangente, selecionamos para esta tese somente alguns dos processos que interferem em nossas análises. O Quadro 4, portanto, representa somente um recorte dos processos.

CRIATIVOS		aparecer, emergir; ocorrer, acontecer, desenvolver, formar, crescer, produzir, criar, fazer, preparar
		edificar, construir; compor, projetar, planejar, traçar, forjar, pintar, esboçar, escrever; assar, fermentar, cozer; tricotar, costurar, tecer; cavar, furar; fundar, estabelecer; abrir, iniciar
T R A N S F O R M A T I V O S	composição/ acabamento	explodir, quebrar, despedaçar, estilhaçar, ruir, desmoronar, explodir, rachar, rasgar; remendar, curar estourar, esmagar, demolir, destruir, estragar, amassar, aniquilar retalhar, cortar, podar, fatiar, aparar, esfaquear, furar, aguilhoar, apunhalar
	Som	retumbar, ressoar, troar, trovejar, ressoar, repicar badalar, tocar, soar, retinir
	contato	golpear, atingir, bater, colidir, espancar, chicotear, chutar, atirar
	abertura	abrir, fechar, tapar
	operação	correr, operar, trabalhar; cavalgar, dirigir; capitanear, comandar, mandar, governar; trazer, cuidar, assistir, criar
	possessão	dar, oferecer; gratificar, emprestar, legar, doar, contribuir, conferir, premiar, recompensar; expedir, entregar, emprestar, fornecer; negar, comprar, vender, alimentar, servir, suprir, prover, apresentar, fornecer, privar, despojar, enganar, adquirir, obter, tomar, pegar, aceitar, roubar, furtar
	acompanha- mento	juntar, encontrar, reunir, acumular, coletar, amontoar, aglomerar, arrebanhar; separar, desunir, debandar, dispersar, esparramar, distribuir

Quadro 4: Processos materiais criativos e transformativos (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004:187-189 – tradução, adaptação e redução da tabela)

No texto que noticia os protestos contra a reforma da Previdência, é possível verificar a diferença entre processos criativos e transformativos. Em (29), o Ator (Amarn) cria a Meta (ato):

29	No Rio Grande do Norte, a Amarn (Associação dos Magistrados do Rio Grande do Norte) organizou ato no auditório do TJ. (FOL ,16/06/2003)
----	--

Já em (30), o Ator (Associação dos Magistrados do Estado) não cria a Meta (cerca de 200 pessoas), mas apenas transforma a sua extensão:

30	Em Alagoas, a Associação dos Magistrados do Estado reuniu cerca de 200 pessoas no auditório do Fórum de Maceió. (FOL ,16/06/2003)
----	--

As orações mentais, por sua vez, lidam com as experiências do mundo interior, como crenças, valores, sentimentos, expressando o que é pensado, numa projeção de significados. Nas orações mentais existe sempre um participante dotado de consciência, que pode pensar, perceber, sentir, querer, denominado Experienciador. Mesmo um coletivo humano, uma instituição, um animal doméstico, pode desempenhar o papel de Experienciador. Há outro participante das orações mentais que expressa o que é pensado, sentido, percebido, pelo Experienciador, e é denominado Fenômeno. No Quadro 5, estão os processos mentais e suas subdivisões:

Perceptivos	perceber, sentir; ver, notar, vislumbrar; ouvir, entreouvir; provar; cheirar
Cognitivos	pensar, acreditar, supor, esperar, considerar, saber; entender, compreender, valorizar; imaginar, sonhar, fingir; achar, adivinhar, considerar, conjecturar; questionar, duvidar; lembrar, esquecer impressionar, ocorrer, convencer, persuadir, lembrar, escapar; confundir, intrigar, surpreender
Desiderativos	querer, desejar, esperar, almejar, ansiar, pretender, planejar; decidir, resolver, determinar, concordar, acatar, recusar
Emotivos	gostar, curtir, amar, adorar, detestar, desprezar, odiar, exultar; lamentar, deplorar; lastimar, temer, recear; apreciar, admirar; fascinar, atrair, agradar, desagradar, ofender, desgostar, repelir, revoltar; alegrar, deleitar, gratificar, entristecer, deprimir, magoar, alarmar, assustar, amedrontar, espantar, horrorizar, chocar, confortar, tranquilizar, encorajar; divertir, entreter, distrair, entediar, cansar, preocupar

Quadro 5: Processos mentais (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004: 210 – traduzido e adaptado)

Ao falar sobre alianças, o presidente Lula demonstrou conhecimento na distinção entre processos materiais e mentais. Em discurso na Abertura do 32º Congresso Brasileiro de Agências de Viagens, em 21/10/03, no Rio de Janeiro, assim se manifestou:

Mas eu precisava ampliar a minha base de alianças no Congresso Nacional. Eu percebi, rapidamente, a diferença entre “eu acho” e “eu faço”. Quando a gente está teorizando, a gente pode achar tudo, quando a gente está governando, a gente tem que fazer, então precisa deixar de “achar”. (KAMEL, 2009, p. 116)

Uma declaração do presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça) contém processos mentais desiderativos e perceptivos:

31	" <i>Espero</i> que os congressistas tenham o bom senso e <i>percebam</i> que a magistratura é uma carreira de Estado. Somos agentes políticos. Se desequilibrarmos a magistratura, vamos também desequilibrar o Estado democrático de Direito. <i>Sentiremos</i> em seguida os efeitos disso." (FOL, 16/07/2003)
----	--

A declaração (31) apresenta igualmente processos relacionais. As orações relacionais estabelecem conexão entre entidades, identificando-as ou classificando-as. Os processos relacionais podem ser atributivos ou identificadores. Elaboramos o Quadro 6 com processos relacionais, operando uma redução e adaptação da tabela de Halliday & Matthiessen:

Neutro	ser
Tempo	virar, tornar-se, manter, ficar, permanecer, transformar-se
Aparência	parecer
Medida	pesar, custar, medir
Papel	representar, agir como, funcionar como, servir como
Signo	significar, indicar, sugerir, implicar, revelar, sinalizar, refletir
Equação	equivaler, somar, perfazer
Tipo/parte	compreender, representar, incluir
Significação	representar, constituir, formar
Exemplo	exemplificar, ilustrar
Símbolo	expressar, significar, realizar, soletrar, representar

Quadro 6: Processos relacionais (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004: 238, quadro reduzido e adaptado)

Como é possível verificar, Halliday & Matthiessen colocam entre os relacionais verbos diferentes dos tradicionais de ligação: ser, estar, parecer, permanecer, ficar, andar, continuar. Além disso, coloca entre eles o verbo "ter" que estabelece uma relação de posse entre duas entidades.

Nas orações com processo relacional atributivo, o participante chamado de Atributo é uma qualidade dada ao participante chamado de Portador. Já naquelas com processo relacional Identificador, ocorre a definição ou identificação de uma entidade por meio de outra. A entidade definida é o Identificado, e o termo definidor ou identificador é o Identificador.

Em “a magistratura é uma carreira de Estado” e “Somos agentes políticos”, ocorrem processos de identificação. A magistratura e os magistrados (nós) são definidos por meio de outras entidades.

O processo relacional atributivo apresenta-se na declaração (32), que caracteriza, que qualifica a greve do Judiciário:

32	"Greve no Judiciário? Mas isso é inconstitucional." (FOL, 01/08/2003 – 07h11)
----	--

Nas orações com processos comportamentais, que se situam entre os processos relacionais e os mentais, ocorre a construção de comportamentos tipicamente humanos, que incluem atividades fisiológicas, psicológicas ou verbais. Eles são em parte ação e em parte sentir. Há o Comportante, participante obrigatório e o Comportamento, participante opcional, que estende o processo.

No corpus pesquisado, é previsível a baixa ocorrência de processos comportamentais fisiológicos (tossir, bocejar) ou relacionados à diversão (cantar, dançar). Dos comportamentais que manifestam estados de consciência, ocorreu o processo “concordar” em (33):

33	Poucos integrantes do Judiciário <i>concordam</i> com Mello. (FOL, 16/06/2003 – 06h15)
----	---

Nas orações com processos existenciais, esses representam algo que existe ou acontece e se constroem com apenas um participante, o Existente. Ele é introduzido ou criado no texto e se realiza pelos verbos *haver* e *existir* (34):

34	E <i>há</i> um confronto da Presidência da República com o Judiciário. (FOL, 10/11/2003 – 09h03)
----	---

Já as orações verbais constituem-se num recurso importante em diferentes tipos de discursos, pois, ao possibilitar as passagens dialógicas, contribuem para a criação da narrativa. Nas notícias, por exemplo, as orações verbais possibilitam que o jornalista atribua informação a fontes, como autoridades, especialistas ou testemunhas. O uso dos verbos que realizam processos verbais possibilita a inserção de outras vozes, que pode ser feita por colagem de citações e

organização de relatos. No Quadro 7, são apresentados os principais processos verbais.

As orações verbais, além do falante, o Dizente, podem incluir o Receptor, participante a quem é dirigida uma mensagem, o Alvo, função que constrói a entidade atingida pelo processo de dizer e a Verbiagem, função que corresponde ao que é dito.

TIPO		VERBOS
Atividade	Atingir	elogiar, insultar, abusar, caluniar, adular, culpar, criticar, repreender
	Falar	Falar, conversar
Semiose	Citação neutra	Dizer
	Indicar	dizer (a alguém que), relatar, anunciar, notificar, expor, discutir, convencer (que), persuadir (alguém que), prometer (que)
		perguntar (a alguém se), questionar, inquirir (se)
Ordenar	dizer (a alguém que faça), pedir (a alguém que faça), ordenar, comandar, requerer, prometer, ameaçar, persuadir (alguém a fazer), convencer (alguém a fazer), rogar, implorar, suplicar	

Quadro 7 - Processos verbais (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004, p. 255 – adaptado)

Nos textos analisados, houve predomínio da ocorrência do verbo “dizer”, mas os outros processos verbais relacionados a atividades e semiose (produção de significados) também se manifestaram:

35	Ela <i>elogia</i> a Operação Anaconda, que reflete uma atuação louvável do Ministério Público Federal, longe dos refletores, ao contrário das investigações sobre o Fórum Trabalhista de São Paulo. (FOL, 10/11/2003)
----	--

Em (35), o Dizente “ela” [Maria Tereza Sadek, professora de pós-graduação em Ciência Política da USP] se refere positivamente ao Alvo (Operação Anaconda).

A referência ao Alvo pode também ser negativa (36):

36	Corrêa também <i>criticou</i> a redução do subteto. (FOL, 17/07/2003 – 20h57)
----	--

A categoria léxico-gramatical da transitividade, portanto, pode ser entendida como a sustentação sociosemiótica da experiência humana e é característica de toda oração, sua unidade básica.

Abordamos, até aqui, a função experiencial. Passaremos, agora, a tratar da outra subdivisão da metafunção ideacional: a lógica, que se materializa em complexos oracionais.

3.3 Complexo oracional

A metafunção ideacional, no seu modo lógico, trata do complexo oracional. No complexo oracional, uma oração se relaciona a outra por meio de dois sistemas básicos: o grau de interdependência ou *taxe* e a relação lógico-semântica, sistemas que se entrecruzam na sua descrição e que podem ser observados, de forma resumida, na Figura 15.

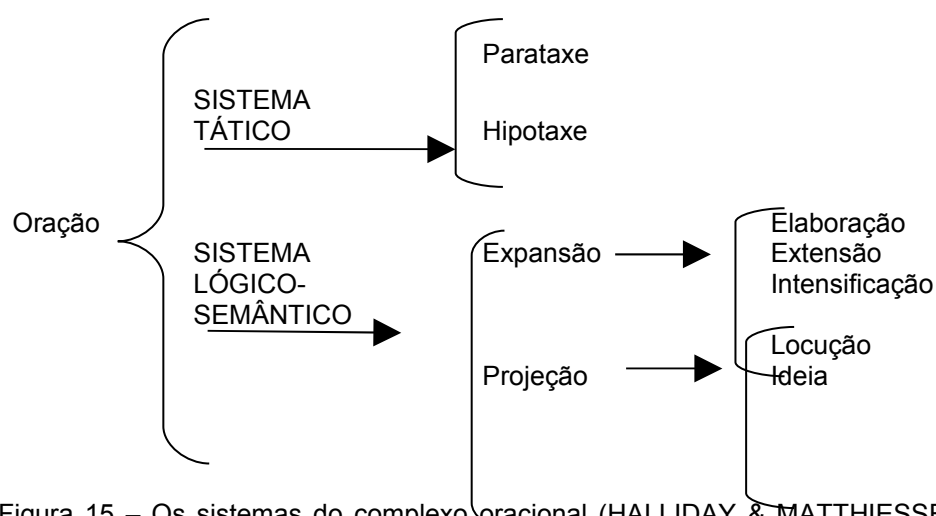


Figura 15 – Os sistemas do complexo oracional (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004, p. 373 – adaptada)

Há dois tipos de estrutura no que se refere ao sistema tático, ao grau de interdependência oracional: *parataxe* (coordenação), quando duas orações relacionam-se em status igual e *hipotaxe* (subordinação), quando o status das duas orações é desigual.

Em (37), cada uma das orações está sintaticamente completa. No caso, somam-se duas orações de igual condição que informam a respeito dos atos de protesto:

37	Os atos foram discretos e tiveram caráter de reuniões públicas. (FOL, 16/06/2003 - 21h47)
----	--

Em (38), ocorre a relação entre um elemento dominante e um dependente. O conteúdo da segunda oração depende da informação prestada na primeira, ou seja, a segunda oração não subsiste independentemente, como no caso da parataxe.

38	O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Maurício Corrêa, hoje é contrário ao controle externo, <i>embora</i> o tenha defendido como senador, durante o Congresso constituinte. (FOL, 09/11/2003 – 12h25)
----	--

No sistema lógico-semântico, expansão e projeção são processos que ligam orações para formar complexos oracionais. Na expansão, a segunda oração expande a primeira por elaboração, extensão ou intensificação.

Pelo processo de elaboração, uma oração expande outra ao organizar um conteúdo em outras palavras, especificando-o em maiores detalhes, comentando-o ou exemplificando-o, como ocorre em (39):

39	Hoje, o subteto é de 95% em cascata, ou seja, o salário dos ministros dos tribunais superiores (STJ, TSE e TST) é de 95% de um ministro do Supremo. (FOL, 30/07/2003 -)
----	---

Pela extensão, uma oração expande outra ao adicionar-lhe algum elemento novo, apresentando uma exceção ou oferecendo uma alternativa (40):

40	Os demais não divulgaram informações <i>ou</i> o fizeram de forma incompleta. (FOL, 09/11/2003)
----	--

Pela intensificação, uma oração expande outra ao qualificá-la por meio de uma característica circunstancial de tempo, lugar, modo, causa ou condição. Em (41), apresenta-se, em primeiro lugar, em posição temática, a condição que impede a greve da magistratura:

41	Se a Constituição deu a ele os predicados, deu também uma posição especial no país. Eles não podem fazer greve. (FOL, 01/08/2003)
----	--

Neste trabalho, focalizamos especialmente o processo de projeção de locuções – citação e relato em notícias *online*. Por essa razão, revisamos, além da concepção de Halliday & Matthiessen, outros pontos de vista relacionados a esse tema, como as abordagens de Authier-Revuz (1990), de Maingueneau (2008) e de Calsamiglia e López Ferrero (2003). Nas referências a essas abordagens, reproduzimos os termos adotados por elas, mas, na análise textual empreendida, utilizamos *citação* e *relato*, tradução de *quote* e *report*, respectivamente, de Halliday & Matthiessen, com base na lista oficial da GSF.

Antes de nos referirmos aos estudos de Authier-Revuz e Maingueneau, indicaremos a clássica definição de Benveniste (1985, p. 82) para “enunciação”: “o colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”, que indica a subjetividade inerente à língua.

Após a apresentação das contribuições dos diferentes autores, reunimos a terminologia empregada nas análises dos textos deste trabalho, com exemplos correspondentes.

3.3.1 Processo de projeção: citação e relato

Por meio da relação lógico-semântica de projeção, a oração passa a funcionar não como uma representação direta de uma experiência não linguística, mas como uma representação da representação linguística.

A projeção se realiza com orações verbais e mentais. O nível de projeção determina se ocorre uma representação do que é pensado, numa projeção de significados, ou do que é dito, numa projeção de enunciados. Quando a projeção representa o conteúdo de uma oração verbal, a segunda oração é projetada por meio da primeira, numa representação do que é dito, denominada *locução* (42):

42	O presidente disse ainda: "Neste país quem tiver 30 contos de réis não vai para a cadeia". (FOL, 02/05/2003)
----	---

Quando essa projeção representa o conteúdo de uma oração mental, daquilo que é pensado, ela é denominada *ideia*. No capítulo anterior, destacamos que, para Lage (2006, p. 26-27), na notícia não cabem conceitos subjetivos como

“o que alguém *pensou, imaginou, concebeu, sonhou*, mas o que alguém *disse, propôs, relatou* ou *confessou*”. Foram, realmente, encontradas poucas projeções com orações mentais nas notícias selecionadas para análise. Uma delas (43) ocorreu com processo mental cognitivo:

43	O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Cláudio Maciel, <i>crê</i> que, antes de discutir um teto único de aposentadoria, o governo deveria promover uma rigorosa auditoria nas contas da Previdência. (FOL, 15/01/2003)
----	---

O modo de projeção determina se a oração é projetada parataticamente, representada por uma citação, ou se a oração é projetada hipotaticamente, representada por um relato. Na citação, a oração projetante é uma oração de processo verbal de dizer, e a projetada representa o que é dito. A relação táctica, isto é, o tipo de dependência, é a parataxe, pois as duas partes possuem o mesmo status, e a oração projetada guarda todas as características interativas da oração, como ocorre em (44).

44	“O juiz é o Estado”, declarou. (FOL, 11/08/2003)
----	---

No relato, a relação táctica é a hipotaxe; as duas partes não possuem o mesmo status, pois a oração projetada depende da projetante, e as características interativas do que foi dito sofrem, normalmente, um processo de adaptação. Por exemplo, se o complexo (45) fosse organizado em forma de citação, o verbo *ser* estaria no presente (*Lula disse: é preciso abrir a caixa-preta do Judiciário*). Como está em forma de relato, o verbo passou para o pretérito imperfeito.

45	Na ocasião, Lula disse que era preciso abrir a "caixa-preta" do Judiciário. (FOL, 02/05/2003)
----	--

São inumeráveis os usos da citação, desde depoimentos de testemunhas oculares em notícias, até citações no discurso científico. Na verdade, a principal função das orações projetadas é simplesmente mostrar que alguém disse algo.

Citação e relato não podem ser vistos como simples variantes formais, pois diferem no seu significado, já que, de acordo com o contexto de projeção, essa diferença resulta da distinção semântica entre parataxe e hipotaxe. A citação é utilizada para noticiar ditos e pensamentos, tanto de primeira como de terceira pessoa e, nela, o elemento projetado é independente, ao passo que no relato ele é dependente.

Há diferentes registros nos quais citação e relato são usados em conjunto para alcançar a projeção, o que explica sua complementaridade. Um exemplo está nas notícias, em que o relato precede a citação com bastante frequência (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004, p. 462). Nelas, o relato se associa a um Dizente geral e a citação a um Dizente particular: depois de uma referência geral ao fato ocorrido, são citados detalhes e opiniões emitidos por pessoas importantes, porta-vozes ou testemunhas oculares, existindo um *continuum* entre a voz do jornalista via vozes reportadas a vozes citadas. O material citado está mais próximo da fonte jornalística, enquanto o material relatado está, pelo menos potencialmente, a certa distância do que efetivamente foi dito.

3.3.1.1 Citação e relato: informações complementares

Authier-Revuz (1990) elaborou o conceito de “heterogeneidade enunciativa”, entendendo que, por ser a linguagem heterogênea na sua constituição, o discurso também o é, estando constitutivamente marcado por outros discursos. Para a autora o conceito de heterogeneidade está dividido em “heterogeneidade constitutiva” e “heterogeneidade mostrada”. A primeira, da ordem do discurso, é “não localizável e não representável” (Id., p. 32), pois não está na organização linear do discurso, não podendo ser recuperada. Já a heterogeneidade mostrada é da ordem da enunciação, se expressa por todas as formas que mostram a presença do outro no discurso que podem ser recuperadas de maneira explícita ou implícita, sendo visíveis na materialidade textual.

Afirma a autora ser uma visão parcial a descrição da representação no discurso de um discurso outro, pelas três categorias tradicionais, consagradas nas gramáticas: discurso direto (DD), indireto (DI) e discurso indireto livre (DIL), como uma espécie de progressão. É uma descrição parcial porque, “de um lado

existem outras formas, como o discurso direto livre (DDL) e, de outro, o conjunto importante da modalização do discurso em discurso segundo” (1998, p.133-135), sinalizando a insuficiência dessas três formas para apresentar, com a necessária abrangência, o complexo relacionamento entre dois eventos enunciativos.

Existem enunciados que apresentam um traço comum: “em um ponto de seu desenrolar o dizer representa-se como não falando por si, o signo, em vez de preenchê-lo, [...] interpõe-se como real”, e a enunciação desse signo “desdobra-se como um comentário de si mesma”, que ela chama de “modalização autonímica” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 14). Propondo uma estruturação do campo teórico, a autora apresenta o que designa como “três oposições fundamentais”.

Na primeira, “Discurso relatado no sentido estrito *versus* modalização em discurso segundo”, percebemos que, assim como ocorre uma enunciação referente a outro ato enunciativo, ocorrem, igualmente, as enunciações em discurso segundo, que se apóiam em outro discurso por meio de elementos modalizadores, cuja incidência pode se dar sobre o conteúdo do ato de enunciação relator ou sobre o emprego de uma palavra “tida como emprestada de um exterior” (Id., p. 135-136).

Na segunda oposição, “Signo-padrão *versus* signo autônomo”, existe a possibilidade de usar os signos para designar uma determinada coisa, ou para remeter a eles próprios, a chamada autonímia, opondo-se ao uso corrente, em que as palavras referem-se a realidades externas à linguagem. A modalização autonímica pode apresentar diversas construções ou manifestar-se pela inserção de sinais tipográficos. Um exemplo de modalização autonímica ocorre quando o enunciador faz uma citação e simultaneamente a utiliza, combinando signo padrão e signo autônomo (Id., p.137).

Na terceira oposição, “Explícito *versus* interpretativo”, existem “modos de representação de um discurso outro marcados com a ajuda de formas da língua” (Id., p.143), passíveis de serem encontradas em uma gramática, e de modos nem unívocos nem marcados na língua, mas dependentes de uma interpretação que leva em conta o contexto linear e/ou situacional. Já nas formas puramente interpretativas, como o discurso indireto livre (DIL), ligam-se recursos do DD e do

DI, pois ocorre uma junção de vozes sem marcas determinadas, o que, fora de um contexto específico, dificulta sua identificação.

Para Authier-Revuz (1998, p.142), a forma híbrida designada por ilha textual é extremamente frequente na imprensa, na qual, o enunciador, ao relatar outro ato de enunciação “num modo que é o seu, ou seja, o da reformulação, assinala, localmente, um elemento como fragmento conservado da mensagem de origem”. O texto jornalístico pode trazer a narrativa do jornalista autor, um relato que tem como característica noticiar outro ato de enunciação já reformulado, mas conserva fragmentos do original, a ilha textual, com citações colocadas entre aspas.

Para Maingueneau, (2008, p.138), a inserção de diferentes vozes na notícia, pelo jornalista enunciador, que é a fonte das referências da situação de enunciação, caracteriza o fenômeno da polifonia, noção introduzida por Bakhtin. Essa estratégia permite que o leitor, simultaneamente, tome conhecimento da voz do jornalista, o discurso citante, e de outras vozes, no discurso citado.

Nos acontecimentos transformados em fato noticioso e descritos pela mídia utilizando-se da colagem de citações, o objetivo é produzir um efeito de realidade, já que, ao apresentar declarações textuais, pretende mostrar-se como um testemunho da autenticidade do que está descrito no relato jornalístico. A citação funciona como uma duplicação do real e corrobora o discurso midiático, atestando as informações veiculadas, pois indica as fontes e pretende mostrar o quanto de veracidade está na descrição dos fatos a partir dos discursos daqueles que deles fizeram parte.

Ocorre uma enunciação sobre outra enunciação quando dois acontecimentos enunciativos se relacionam, e a enunciação citada se transforma em objeto da enunciação citante. Reportando-se à modalização em discurso segundo, termo cunhado por Authier-Revuz, Maingueneau (Id., p. 139) o utiliza como “um modo mais simples e discreto para um enunciador indicar que não é o responsável por um enunciado”. Ao empregar elementos modalizadores como “segundo X”, “para X”, o enunciador indica que está apoiado em outro discurso, eximindo-se de qualquer responsabilidade.

Ao escolher a citação, o enunciador pretende apresentar fidelidade ao que foi dito, indicando que as palavras são aquelas realmente proferidas ou deseja

distanciar-se, ou porque não adere ao que é dito, ou porque pretende explicitar “sua adesão respeitosa” (Id., p.142). A citação aparenta reproduzir as falas citadas, separando as situações de enunciação do discurso citante e do discurso citado. Ao reproduzir falas consideradas como realmente proferidas, procura criar um efeito de autenticidade, pretendendo mostrar que são aquelas as palavras exatas, o que se caracteriza por uma verdadeira encenação.

Mesmo que às vezes se apresente como a exata reprodução das palavras do enunciador citado, não existe possibilidade de o discurso direto ser objetivo, pois, por mais que pretenda ser fiel, ele é somente uma pequena parcela do texto, agora reconstruído pelo citante, que lança mão de diferentes estratégias linguísticas para imprimir sua subjetividade (Id., p. 140).

Há duas exigências em relação ao leitor, que o discurso citante deve satisfazer: uma é “indicar que houve um ato de fala” e outra é “marcar a fronteira que o separa do discurso citado”.

A primeira exigência se satisfaz com a utilização de “verbos cujo significado indica que há enunciação”, colocados antes da citação, em orações intercaladas no interior dela ou colocados no final (Id., p 143).

Ressalta o autor que uma das particularidades dos verbos introdutores de discurso é que “muitos deles não designam realmente um ato de fala”, como *acusar*, *esbravejar*, *condenar*, mas o fato de acompanharem a citação os converte, retrospectivamente, em verbos introdutores do discurso citado.

A segunda exigência pode ser satisfeita de várias formas, em especial as tipográficas, como dois pontos, travessões, aspas e itálico, que exercem a função de delimitar a fala citada. Pode haver citação sem aspas, considerada uma “forma problemática” (Id., p.146), que ocorre quando a construção do texto sinaliza a separação entre os dois discursos.

Nos textos do *corpus*, levantamos 84 casos da forma verbal “disse” em citações. Na maioria absoluta dos casos, o verbo *dicendi* está colocado em posição final, como exemplifica declaração do ministro do STF, divulgada por *Folha Online* em 18/08/2003: “É amargo ser juiz honrado no Brasil de hoje”, *disse*.

Encontramos uma só ocorrência do verbo *dicendi* “disse” no meio da citação. Portanto, essa é uma posição praticamente ausente dos textos noticiosos. Reproduzimos aqui o caso, só como curiosidade: “Por intermédio do

conselho, *disse*, poderia ser estabelecida uma política nacional para o Poder Judiciário que determine investimentos e que crie um sistema nacional de informática, cujas informações circulem por todo o país, reforçando a relação com outros setores da sociedade (FOL, 15/11/2003).”

Encontramos dois casos de “disse” antes da citação, em situações bem específicas. O primeiro deles faz parte de notícia de *Folha Online* de 02/05/2003, sobre uma ação contra o presidente Lula, por suas declarações sobre o poder Judiciário. Tem um contexto definido: vem após uma citação com *dicendi* no final (*Muitas vezes, uns são mais iguais do que outros, e é o que eu chamo de “Justiça classista”, afirmou Lula*). Nesse contexto, segue-se: *O presidente disse ainda: “Neste país quem tiver 30 contos de réis não vai para a cadeia (...).*

No segundo caso, em *Folha Online* de 05/08/2003, a forma verbal “disse” em posição inicial vem após um relato elaborado pelo jornalista. É a segunda menção a outras vozes por parte do jornalista (*Então ele disse: “Se meus filhos tiverem de ser julgados por juízes que ganham R\$ 2.400, eu prefiro mudar de país, porque eles estarão sob o julgo do Executivo, eles não são independentes. Sem independência o juiz não é nada, o juiz é um falso”*). Portanto, essas duas ocorrências parecem apontar para o acréscimo de uma segunda citação. Não é, também, uma colocação de forma verbal da preferência dos jornalistas, pelo menos os da *Folha Oline*.

Segundo Maingueneau, no relato, diferentemente da citação, é o sentido do verbo introdutor que insere o discurso do outro, e a escolha de diferentes verbos introdutores confere sentidos distintos a esse outro discurso. Com eles o enunciador indica não ser responsável pelo enunciado, pois está reportando discurso alheio, e ao empregá-lo, faz uso de suas próprias palavras para remeter ao discurso do outro.

Com o relato, o enunciador pode se valer de inúmeras maneiras para traduzir as palavras proferidas, pois não serão exatamente as mesmas, já que o relatado é o “conteúdo do pensamento”. Importa ressaltar que citação e relato são “independentes um do outro”, e “funcionam segundo esquemas enunciativos próprios” (MAINGUENEAU, 2008, p. 149).

A imprensa popular prefere a citação ao relato, pois se o público leitor é “popular, o jornalista privilegia a narração, uma relação mais intensa com o vivido,

as palavras mesma das pessoas, como se o leitor estivesse presente na situação”. Quando escreve “para um leitor instruído”, porém, o produto, “atrás do qual ele se apaga”, precisa falar “à inteligência desse público” (Id., p.150).

Há diferentes estratégias que podem ser utilizadas para a inserção de outras vozes no discurso, entre elas as que apresentam características de citação e de relato. São as formas híbridas, que Maingueneau identifica como ilha textual ou ilha enunciativa, discurso direto com “que” e discurso indireto livre.

A ilha textual é “o procedimento mais freqüente (sic) na imprensa” (Id., p. 151), e pode ser indicada pelas aspas ou itálico ou ambos. É uma estratégia por meio da qual o citante coloca um fragmento que “ao mesmo tempo, ele utiliza e menciona, emprega e cita, perfeitamente integrado à sintaxe, apenas sendo possível identificar que essa parte do texto não é assumida pelo relator, por meio dos recursos tipográficos”.

O exemplo (46) mostra as particularidades da ilha textual: há um relato, que consiste de processo verbal e conjunção (disse + que) e um fragmento com aspas:

46	O presidente do STF disse que os juízes brasileiros "honram o poder Judiciário" e que os defenderá "intransigentemente". (FOL, 15/12/2003)
----	---

O discurso direto com “que”, mencionado por Maingueneau, é o caso de (47). Todo o enunciado que segue o “que” é citação. Se dois-pontos fossem colocados após o verbo, e a conjunção fosse eliminada, teríamos o caso clássico de discurso direto.

47	Naves disse que, "em homenagem ao Estado de direito e para assegurar os direitos dos cidadãos, a magistratura precisa ter um sistema diferenciado". (FOL, 15/01/2003)
----	--

O resumo com citações é outra estratégia de inserção de vozes na notícia, geralmente marcado pela acumulação de itálico e aspas, para indicar que “o ponto de vista considerado é o do enunciador do discurso citado e não do discurso citante” (Id., p. 154).

No *corpus*, encontramos trechos narrativos com inserção de vozes marcadas por aspas (48). Sem as aspas, não seria possível distinguir o texto do jornalista do texto original, pois há integração sintática dos segmentos:

48	O governo recorreu, mas o Tribunal Regional Federal da 4ª Região manteve a liminar. No entender da Justiça, a campanha, veiculada na TV no final de abril, não encontrava respaldo na Constituição, pois não promovia a "informação, educação ou orientação social da comunidade". (FOL, 02/07/2003)
----	---

Outra ocorrência que verificamos no *corpus* foi de citação sem um verbo *dicendi*.

49	Hugo Melo, presidente da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), disse que as novas regras deveriam valer só aos que estivessem ingressando na carreira. Para ele, Berzoini aderiu às teses neoliberais que norteavam o governo FHC. "Juizes e servidores não pretendem defender privilégios. Mas não podemos aceitar a equiparação de situações distintas." (FOL, 15/01/2003)
----	--

O parágrafo (49) inicia com relato (*disse que*), continua com citação integrada (*para ele*) e termina com uma citação sem Dizente e processo verbal explícitos (não há o marcador *disse X*). Recuperamos essas informações no contexto.

Para Calsamiglia e López Ferrero (2003, p. 149), o jornalismo é um domínio específico de escrever, com seus próprios gêneros e convenções, dirigido a um grande e diversificado público. As autoras entendem que a temática da reprodução de discursos deve ir além da abordagem gramatical e incluir o que, na prática jornalística, constitui o *continuum* de referência a outras vozes. Afirmam que, quando se trata da inclusão do discurso do outro em um discurso, não há forma mais explícita para fazê-lo do que a citação (Id., p. 147).

Por essa perspectiva, a citação pode ser considerada como a organização das palavras de outrem para servir aos propósitos do escritor, o que contrasta com outras noções, como as das técnicas jornalísticas, as quais argumentam que a citação, não apenas torna o discurso do escritor mais objetivo e confiável, como o afasta de qualquer responsabilidade.

Ao considerar que estão trabalhando com dados escritos, as autoras (Id., p. 155), distinguem diferentes tipos de discurso: citação direta, citação indireta, citação integrada e citação inserida.

Na citação direta, ocorre uma fratura entre a sintaxe do discurso citante e a do discurso citado, porque isso acarreta a manutenção de dois diferentes centros dêiticos, como resultado de diferentes enunciações relacionadas entre si. Os dois segmentos conectam-se por meio de justaposições e são indicados por sinais gráficos, como os dois pontos.

Na citação indireta há um só discurso, o citante, como apenas um centro dêitico, uma oração subordinada introduzida por conjunção e o correspondente ajuste do tempo verbal. A *citação indireta* corresponde ao que aqui denominamos de *relato*, de acordo com Halliday & Matthiessen (2004).

A citação integrada tem a forma da citação indireta, mas com segmentos de maior ou menor extensão, indicados como sendo citados direta ou literalmente com marcas gráficas ou tipográficas bem claras, em especial as aspas, ou fontes distintas, como negrito ou itálico. Esse tipo de citação permite mesclar características de discurso direto e indireto, um fenômeno rejeitado pelos gramáticos, mas utilizado com frequência pelos jornalistas. A citação integrada corresponde ao já referido procedimento de colocar “ilhas textuais” em relatos, como em (50):

50	No dia 11, ele disse que a "saraivada de críticas" contra o Judiciário "se adensou com alguns episódios que aconteceram isoladamente com alguns poucos magistrados". (FOL, 19/11/2003)
----	---

Na citação inserida, as palavras do falante/escritor do discurso citado são colocadas no discurso citante por meio de marcadores como “segundo x”, ou “para x”, “nas palavras de”, “de acordo com”. Na terminologia de Halliday & Matthiessen (2004, p. 262-263), esses marcadores classificam-se como “circunstância de ângulo” e têm a função de atribuir a declaração a outro enunciador, de forma literal ou não, dependendo do uso de aspas, sem nenhum verbo de ligação.

Em (51), a circunstância de ângulo “segundo” é acompanhada de segmentos com aspas:

51	Segundo o ministro, a proibição favoreceu os adversários da reforma previdenciária, que têm liberdade para fazer campanhas contra o projeto do governo. (FOL, 02/07/2003)
----	--

Já em (52), as aspas acompanharam a circunstância de ângulo:

52	De acordo com os juízes, "o improvisado, disparatado, obscuro, ofensivo, genérico e dúbio" pronunciamento afrontou todos os integrantes do poder Judiciário, "atingindo-os naquilo que têm de mais precioso: a honestidade, a probidade, a imparcialidade e correção de seus julgados".
----	---

Do que foi exposto, selecionamos, para fins de análise, os seguintes conceitos relacionados às vozes identificadas nas notícias:

Citação e relato (Halliday & Matthiessen), que equivalem parcialmente aos tradicionais discurso direto e indireto, respectivamente;

Citação integrada (Calsamiglia e López Ferrero), que é um caso de relato com "ilhas textuais" (Authier-Revuz, Maingueneau);

Citação inserida (Calsamiglia e López Ferrero), que corresponde à inclusão, na notícia, de discursos de terceiros, introduzidos pelas circunstâncias de ângulo "segundo X", "de acordo com X", etc.

Os exemplos selecionados do corpus mostram a impossibilidade de trabalhar apenas com os conceitos de discurso direto e indireto na organização de um texto. São muito mais numerosos os recursos disponíveis para a expressão da voz e do pensamento de terceiros.

A descrição de diferentes formas de citar e relatar a voz de terceiros nos textos noticiosos faz parte de uma abordagem desenvolvida no interior da linguística sistêmico-funcional, a teoria da avaliatividade. Alguns de seus pressupostos, especialmente a categoria do engajamento, são trabalhados na próxima seção.

3.4 Engajamento: expansão dialógica

Martin & White (2005) desenvolveram uma abordagem para analisar a avaliação e a perspectiva em textos, a *appraisal theory*, que recebeu duas traduções em português – teoria da valoração e teoria da avaliatividade. Aqui

adotaremos “teoria da avaliatividade”, seguindo sugestão de Vian Jr. (2009, p. 103), que considera o sentido de *appraisal* muito além do sentido de “valoração”.

A teoria da avaliatividade trata das funções sociais dos recursos de avaliação e perspectiva, não apenas como formas individuais de expressão de posições e sentimentos, mas como meios de adoção de valores sociais, e conseqüente distanciamento ou filiação a determinados contextos comunicacionais. Com ela o falante/escritor pode mostrar sua aprovação ou desaprovação, seu aplauso ou crítica e até mesmo construir a identidade de seu ouvinte/leitor, quando pretende persuadi-lo a aderir a seus valores e crenças (WHITE, 2004).

Martin & White (2005, p. 32), entendem que a teoria da avaliatividade se interessa pelo alcance das avaliações utilizadas por diferentes gêneros para atingir seus objetivos e modifica-se de gênero para gênero. A avaliatividade preocupa-se, em especial, com a organização retórica do texto, analisando de que maneira a avaliação pode interferir na relação que se estabelece entre o texto e o ouvinte/leitor.

Para os autores, é importante investigar os contextos, os objetivos e os meios utilizados pelo falante/escritor para transmitir suas convicções e valores, estabelecendo as relações interpessoais na língua.

A abordagem da avaliatividade permite observar como as atitudes se apresentam e quais seus mecanismos de ativação de posicionamentos avaliativos de ouvintes/leitores. As avaliações atitudinais devem ser observadas não apenas por revelarem sentimentos e valores do falante/escritor, mas por indicarem como a linguagem opera na construção retórica de relações entre falante/escritor e seus interlocutores/leitores atuais ou potenciais.

A avaliatividade abrange três domínios: atitude, engajamento e gradação, com suas subdivisões, o que pode ser observado na Figura 16.



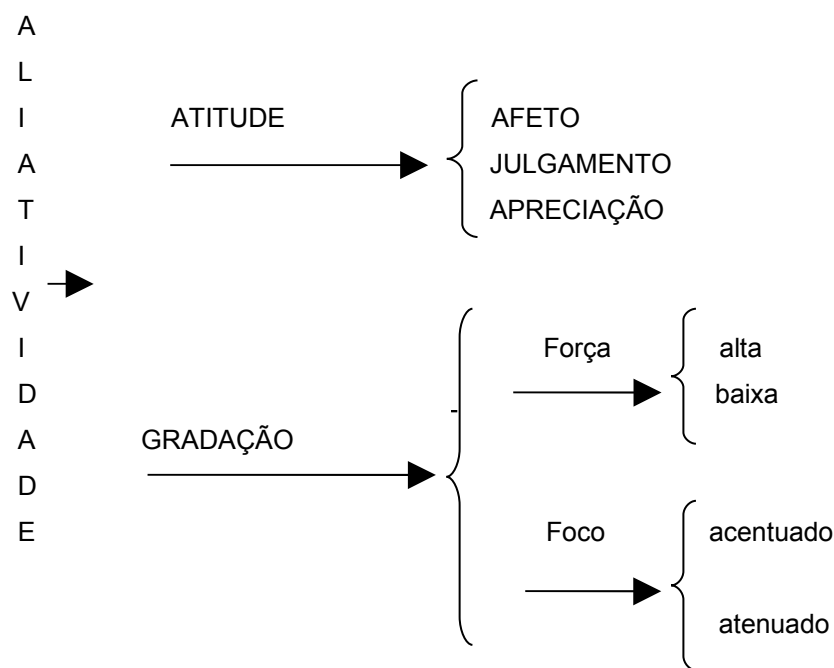


Figura 16: Categorias da Avaliatividade (MARTIN & WHITE 2005, p. 38 – tradução)

A Atitude é um sistema de significados que indica a maneira dos sentimentos se expressarem nos textos. Os significados atitudinais marcam o posicionamento do falante/escritor. A Atitude pode ser entendida como um sistema semântico do discurso e se realiza por meio de diferentes estruturas gramaticais.

O Afeto é utilizado para avaliar significados atitudinais associados à emoção, em que “os textos indicam visões positivas ou negativas através de relatos das respostas emocionais” (WHITE, 2004, p.179), não só do falante/escritor, mas de terceiros.

O Julgamento indica “a visão de aceitabilidade social de comportamentos humanos” (White, 2004, p.181), dentro de normas institucionalizadas no contexto em que ocorre. Isso significa que a comunidade, por suas normas, detém a condição de aceitabilidade ou não dos comportamentos dos sujeitos, que têm seu caráter avaliado, e estão submetidos à aprovação ou condenação social.

A Apreciação avalia, de maneira positiva ou negativa, as “qualidades estéticas de fenômenos semióticos e naturais”, ou seja, objetos seres, processos (WHITE, 2004, p.179). A estética é um dos principais sistemas utilizados para atribuir valor. Os sujeitos humanos também podem ser ‘apreciados’ ao invés de

‘julgados’, afirma o autor (Id., p. 191), mas somente quando o que está sendo discutido são suas qualidades estéticas e não seus comportamentos.

A Gradação é o fenômeno pelo qual os sentimentos são ou ampliados ou minimizados. Em relação à atitude, cujos recursos são inerentemente graduáveis, a Gradação tem a ver com o ajuste do grau de uma avaliação, com o grau de vigor ou fragilidade de um sentimento.

O Engajamento trata dos recursos que posicionam o falante/escritor em relação aos valores defendidos e em relação às respostas potenciais a essas posições de valor – ao citar, reportar, reconhecer uma possibilidade, negar, afirmar e assim por diante (MARTIN & WHITE, 2005, p. 36).

Os recursos de posicionamento subjetivo baseiam-se no pressuposto de que todos os enunciados verbais são, em última análise, dialógicos. A voz textual pode variar os termos de seu engajamento de várias formas. Essas perspectivas na organização do texto dividem-se em duas categorias gerais, de acordo com um amplo eixo de variação em termos de funcionalidade retórica: caracterizam-se como geradoras ou de *contração dialógica* ou de *expansão dialógica*.

A diferença está no grau pelo qual um enunciado age no sentido de desafiar, dispersar ou restringir o escopo dessas posições ou vozes (contração dialógica) ou, ao contrário, levantar posições e vozes dialógicas alternativas (expansão dialógica).

White (2004) fornece uma visão panorâmica dos recursos de Engajamento no Quadro 8.

Contração dialógica:

Refutar:

- * Negar: *É uma crítica que não considera os sentimentos da comunidade chinesa.*
- * Contrapor: *O que é surpreendente é encontrar uma opinião tão ofensiva no the Guardian.*

Declarar:

- * Concordar: *O Primeiro-Ministro, é claro, quer que nós o vejamos como um bom anti-racista.*
- * Afirmar: *Está absolutamente claro para mim que o que Charlotte estava querendo dizer que o Tigre o o Dragão era um filme ruim.*
- * Endossar: *O trabalho do Dr Ruffman mostrou que os pais ou cuidadores que conversam com seus filhos sobre estados mentais – pensamentos, crenças, desejos e sentimentos – acabam criando crianças que conseguem saber, mais cedo do que outras, o que os outros estão pensando.*

Expansão dialógica:

Supor: *Talvez o fato mais revelador da crítica de Charlotte Raven sobre O Tigre e o Dragão não*

esteja na crítica em si, mas no preâmbulo de uma linha que se encontra no site do the Guardian.

Atribuir

* Atribuir/Reconhecer: *O preâmbulo declara: “uma grande chatice, um drama engessado: Charlotte Raven ousa discordar da aclamação unânime recebida pelo filme O Tigre e o Dragão, de Ang Lee”.*

* Atribuir/Distanciar: *e alguém até sugeriu que, ao usar a oração “parecia conter multidões” para descrever a performance do elenco, Charlotte estava fazendo alusão a imagens ocidentais das “massas chinesas”.*

Quadro 8: Categorias de contração e expansão dialógicas (WHITE, 2004, p.200)

Ocorre contração dialógica quando a voz textual rejeita uma posição contrária, ao apresentar a proposição como altamente plausível (válida, crível, aceita por muitos, confiável, etc.). Por outro lado, ocorre expansão quando a voz textual invoca alternativas dialógicas ao apresentar a proposição como apenas uma dentre muitas posições possíveis.

Os processos de atribuição, através dos quais a voz textual ancora a proposição em uma voz externa, apresentando-a, também, como uma dentre várias posições possíveis, é um ponto importante deste trabalho de pesquisa.

Segundo Martin & White (2005, p. 111-117), a atribuição trata das formulações que dissociam a proposição da voz autoral do texto, imputando-a a uma fonte externa. Esse procedimento é mais tipicamente alcançado através da gramática da citação e do relato de palavras e pensamentos. Esse ponto particular da gramática já foi revisado em seções anteriores.

A categoria de atribuição pode incluir processos verbais (*dizer*), processos mentais (*acreditar, suspeitar*), nominalizações desses processos (*asserção, crença*), circunstâncias de ângulo (*segundo X, de acordo com X, no ponto de vista de X*), falta de especificação da fonte (*diz-se que, há rumores que*).

Assim, a teoria da avaliatividade, por meio da categoria do engajamento, tem sua sustentação nas categorias da transitividade e nos processos de projeção oracional que constituem pontos centrais do nível léxico-gramatical da LSF, conforme a Figura 13 apresentada na introdução deste capítulo.

O processo de nominalização de processo verbal pode ser observado no exemplo (53). Em lugar de utilizar *Campos declarou que*, o jornalista fez uso do substantivo “declaração”, derivado do verbo:

53	Segundo a nota, a <i>declaração</i> de Campos de que estaria sendo julgado "por um inimigo, e não por um juiz [Helder Cirão Barreto]", é "infeliz e equivocada, típica de quem não tem argumentos de defesa". (FOL, 02/12/2003)
----	--

Uma citação pode conter a falta de especificação das fontes (“sabe-se”), como é o caso de (54):

54	“Também se <i>sabe</i> que os recursos da Previdência foram usados na construção de obras”, afirmou Maciel. (FOL, 15/01/2003)
----	--

Duas subcategorias fazem parte da atribuição: o *reconhecimento* e o *distanciamento*. Através do reconhecimento, não há indicação clara do ponto de vista da voz autoral em relação à proposição. Este é o domínio de processos verbais e mentais como *dizer, relatar, declarar, afirmar, anunciar, acreditar, pensar*. Poderíamos dizer que, no caso do reconhecimento, a voz autoral “acusa o recebimento” de uma proposição por parte de uma voz externa, como em (55).

55	“Errou, tem que ser punido”, <i>declarou</i> Corrêa. (FOL, 19/11/2003)
----	---

A atribuição por distanciamento inclui formulações em que há uma ausência de envolvimento da voz autoral com o material atribuído. É tipicamente realizada por meio de verbos como *alegar* e alguns usos de aspas (56):

56	Com isso, <i>alegam</i> os magistrados, sobra pouco tempo e estrutura para apurar eventuais representações de denúncias contra o trabalho dos juízes. (FOL, 09/11/2003)
----	--

Há formas indiretas de envolver material atribuído em estratégias de alinhamento. Alta credibilidade pode ser invocada através do uso de fontes que têm alto status na área (recurso à autoridade) ou reunião de multiplicidade de fontes (57) para dar suporte ao material atribuído:

57	De acordo com a <i>maioria dos corregedores</i> , a atual lei orgânica limita a atuação do
----	--

	órgão e restringe sua atuação. (FOL, 09/11/2003)
--	---

Por outro lado (58), uma avaliação de baixa credibilidade pode ser invocada pelo uso de fontes que têm baixo status social ou estão em minoria:

58	De acordo com a sondagem, <i>apenas 7% das pessoas</i> disseram confiar totalmente no Congresso e somente 12% afirmaram ter a mesma opinião sobre o Judiciário. (FOL, 10/11/2003)
----	---

As conclusões de White a respeito dos recursos de engajamento levaram-nos a repensar no processo de redação de uma notícia. Uma leitura das notícias já apontava para a prática constante das formas de atribuição. As vozes perpassavam todos os textos. Buscamos, então, concepções de notícia diferentes da tradicional, que enfatiza a base narrativa.

Encontramos em Cunha (2002, p. 179), as seguintes considerações:

Sabe-se, depois de Bakhtin, que a palavra é habitada pela voz de outrem e carregada de sentidos diferentes, em função dos gêneros e das situações. Vimos que a notícia é uma espécie de relato, constituída de fragmentos de discursos, de modo que, se suprimíssemos as falas alheias, não restaria quase nada. Essa estratégia de tornar presente a fala de outro pode servir para marcar uma posição discursiva ou para tornar a informação mais verdadeira. (CUNHA, 2009, p. 179)

A declaração “se suprimíssemos as falas alheias, não restaria quase nada” se aplica, integralmente, aos textos de nosso corpus. Ficamos em dúvida, então, se todas as notícias seriam assim constituídas. Buscamos, na seção *Cotidiano*, da *Folha Online*, uma notícia sobre crime ocorrido no mesmo período pesquisado para este trabalho. Reproduzimos aqui um texto encontrado no dia 31/03/03 (59):

59	<p>Jovem é morto pelo pai com um tiro no peito em São Paulo do Agora São Paulo</p> <p>O comerciante aposentado Amador Cortellini, 68, matou ontem com um tiro no peito o filho Rodrigo André Cortellini, 26, na zona norte de São Paulo. O crime aconteceu no apartamento da família, em um condomínio de classe média no bairro da Água Fria, após uma discussão em que o rapaz teria xingado o pai. Rodrigo morreu no local. Segundo a família e vizinhos, a vítima tinha problemas com drogas havia dez anos e já havia agredido os pais. O pai, de acordo com a polícia, confessou o crime.</p> <p>(FOL, 31/03/2003 - 09h24)</p>
----	---

Em (59), ocorrem citações inseridas (*segundo a família; de acordo com a polícia*) nas especificações da causa do crime. No entanto, se suprimíssemos essas citações, teríamos dados do crime.

Vimos, assim, que, para falar da concepção de notícia, era preciso levar em consideração a questão das editorias, das seções do jornal. Segundo Lustosa (1996, p. 109), nos anos 1960, os veículos de comunicação departamentalizaram as redações, com a criação de editorias especializadas, que se encarregam da cobertura de atividades ou setores específicos. De acordo com os setores, as notícias podem ser policiais, políticas, econômicas, nacionais, esportivas, municipais, etc.

Com relação à notícia política, Lustosa (1996, p. 125) afirmou:

A maioria, se não a totalidade, das notícias políticas é obtida por meio de pronunciamentos ou entrevistas. Para se produzir uma notícia política, o maior esforço intelectual do redator está limitado em saber usar algumas expressões verbais, tais como: *declarou, disse, enfatizou, ressaltou, observou, comentou, finalizou, etc.*

Aproveitando as indicações de Lustosa, organizamos uma *Wordlist* com os textos do corpus para observar a frequência dos verbos *dicendi*. Organizamos o Quadro 9 com os 15 verbos que tiveram mais de uma ocorrência:

Verbo dicendi	Ocorrência	Porcentagem
Acrescentou	7	1,8%
Acusou	3	0,8%
Afirmou	98	26,2%
Comentou	5	1,3%
Completo	5	1,3%
Criticou	17	4,55%
Declarou	25	6,70%
Disse	192	51,4%
Negou	4	1%
Pediu	2	0,5%
Propôs	2	0,5%
Questionou	4	1%
Reafirmou	4	1%
Ressaltou	2	0,5%
Revelou	3	0,8%
TOTAL	373	

Quadro 9: Frequência dos verbos *dicendi* nas notícias do corpus

As formas verbais “disse” e “afirmou” foram as mais utilizadas pelos jornalistas. Diferentemente do que previu Lustosa, não encontramos “enfatizou”, “observou” e “finalizou”, o que causou certa surpresa, pois supúnhamos que a forma “observou” seria frequente.

Não é objetivo deste trabalho verificar se cada uma das notícias departamentalizadas tem um modo distinto de organização. Deixamos tal trabalho para outra tese. O que queremos salientar é que as notícias do nosso *corpus* (que se encaixariam em *notícias políticas*) têm a atribuição como característica constitutiva e estão de acordo com as constatações de duas fontes:

- Lustosa (1996): “Para se produzir uma notícia política, o maior esforço intelectual do redator está limitado em saber usar algumas expressões verbais, tais como: *declarou, disse, enfatizou, ressaltou, observou, comentou, finalizou, etc.*”
- Cunha (2002): “se suprimíssemos as falas alheias, não restaria quase nada”.

Para classificar esse tipo de notícia, optamos por usar como critério o modo de organizar o texto do ponto de vista de uma das categorias de expansão dialógica, a atribuição. Como ocorre predominância do processo de atribuição de informações a vozes de terceiros, “batizamos” essas notícias de “notícias atributivas” e dedicamos a elas a próxima seção.

3.5 Notícias atributivas

Para apresentar as características da notícia que aqui chamamos de “atributiva”, reproduzimos um texto da *Folha Online* (Quadro 10).

12/11/2003 – 04h41

“A podridão atinge tudo”, diz delegado da Folha de S.Paulo

“**A podridão atinge tudo. [Polícias] civil, militar, federal, Judiciário.**” A definição do suposto esquema de venda de sentenças judiciais e proteção policial a criminosos é dada, **segundo a Procuradoria da República**, por um dos acusados, o delegado da Polícia Federal José Augusto Bellini, preso durante a Operação Anaconda.

Nos trechos das escutas telefônicas, **divulgados ontem pelo “Jornal Nacional”**, o delegado **falaria** com a mulher dele e com outros policiais. Em uma das escutas, **segundo denúncia da Procuradoria da República**, Bellini **conversava** com a mulher sobre uma maneira de chantagear Norma Regina Emílio Cunha, ex-mulher do juiz João Carlos da Rocha Mattos. Ela tinha feito uma representação contra o delegado porque ele **teria ameaçado** seu filho.

A idéia era **dizer que** a Polícia Federal poderia descobrir uma conta em Genebra, que está em nome de Norma Cunha.

Mas em outro trecho, **também divulgado pelo “Jornal Nacional”**, Bellini **teria falado** a outro policial que poderia mandar bater na ex-mulher do juiz. **“Eu não bato boca. Eu simplesmente mando bater. Ela nem vai saber por que apanhou. Quem bateu.”**

Bellini também **teria dito**, em outro grampo, que seria convocado pela CPI da Pirataria por causa do empresário Law Kin Chong.

A Folha não conseguiu contato com o advogado de Bellini. A assessoria da PF de São Paulo **informou que** conversou com os advogados dos presos, incluindo o de Bellini, e que eles **informaram que** não queriam que seus contatos fossem repassados aos repórteres.

Quadro 10: Notícia de 12/11/2003, *Folha Online*, com marcação para análise

Destacamos os processos usados pelo jornalista para apresentar as vozes dos atores que fazem parte das informações veiculadas no dia 12/11/2003. Portanto, é de nossa responsabilidade o uso de negrito para salientar verbos *dicendi*, projeções oracionais, citações sem *dicendi* e circunstâncias de ângulo introdutoras de vozes. Os colchetes foram empregados pelo jornalista.

A dissociação da voz autoral também se manifesta pelo uso do futuro do pretérito composto (*teria ameaçado, teria dito*), que expressa a possibilidade de ocorrência de um fato passado. O jornalista não afirma que os fatos ocorreram, coloca-os no âmbito da incerteza.

A conclusão da notícia constitui-se numa legítima atitude de “diz-que-diz-que”: a assessoria disse que conversou com os advogados dos presos e que eles disseram que...

É claro que a notícia analisada tem 100% de atribuição. É o caso mais típico do procedimento “se suprimíssemos as falas alheias, não restaria quase nada”. No caso, não restaria nada. As notícias atributivas não precisam, necessariamente, apresentar tal porcentagem. O que importa é que o modo de atribuição seja dominante, isto é, seja o norteador do modo narrativo ou descritivo.

Cabe destacar que a denominação “atributiva” pode evocar relações com as orações relacionais, que podem ser atributivas e identificadoras. Se chamássemos as notícias de “polifônicas”, correríamos o risco de ampliar excessivamente o âmbito das vozes, incluindo qualquer voz passível de ser captada em uma notícia. Com isso, apagaríamos a característica essencial da

redação do tipo particular de notícia que estamos trabalhando: o uso da estratégia, por parte do jornalista, de atribuir a terceiros as proposições, marcando-as explicitamente através de verbos *dicendi*, circunstâncias de ângulo e outros recursos.

Esta denominação faz parte, portanto, de um dos procedimentos de expansão dialógica (a atribuição) previstos na categoria do engajamento, no interior da teoria da avaliatividade.

3.5.1 Títulos com processos de atribuição

O emprego da atribuição é igualmente significativo nos títulos das notícias do *corpus*. Portanto, mesmo ao intitular a notícia, o jornalista pode se dissociar da proposição enunciada. No Quadro 11, temos títulos com citação acompanhadas ou não de aspas.

Nos dois primeiros exemplos do quadro, a citação está entre aspas. Nos outros 9, as aspas não fazem parte da citação. Poderíamos levantar as hipóteses de que as aspas tornam a declaração ainda mais fiel ou salientam as declarações mais polêmicas. Mas, se levarmos em consideração o 7º título, teríamos uma afirmação bastante polêmica, quando uma declaração de um presidente de um país é considerada um desserviço à população. Talvez, então, a presença ou ausência de aspas seja aleatória.

(FOL, 12/11/03)	1. "A podridão atinge tudo", diz delegado
(FOL, 24/11/03)	2. "Não podemos legislar pela emergência", diz ministro
(FOL, 21/07/03)	3. Greve de juiz não tem sentido, diz Genoio
(FOL, 15/11/03)	4. Controle externo pune juiz, diz Naves
(FOL, 19/11/03)	5. Executivo tem mais implicados, diz Corrêa
(FOL, 11/08/03)	6. Reforma da Previdência não é a ideal, diz presidente do Supremo
(FOL, 23/04/03)	7. Declaração de Lula é desserviço ao país, diz presidente do STF
(FOL, 21/05/03)	8. Reforma da Previdência é inconstitucional, diz presidente da OAB
(FOL, 05/11/03)	9. Decisões dos tribunais são políticas, diz presidente do TST
(FOL, 16/04/03)	10. Reforma agravará crise social do país, diz AMB
(FOL, 10/11/03)	11. Congresso e Judiciário são instituições menos confiáveis, diz pesquisa

Quadro 11 – Títulos com citação

No Quadro 11, também podemos observar que os títulos elegem o verbo “dizer” no tempo presente e que os Dizentes da oração projetante apresentam-se

de diferentes formas: 3 são representados por sobrenomes; 6, por cargos que o ocupam em uma instituição, e 2 não são pessoas.

Os títulos com relato também privilegiam o processo verbal “dizer” no tempo presente. O último exemplo do Quadro 12 apresenta uma projeção com oração reduzida, que poderia ser expressa como: “STJ diz que está satisfeito com alterações na proposta de reforma”.

(FOL, 15/01/03)	Associação diz que juízes têm carreira mais especial que militares
(FOL, 26/11/03)	Internautas dizem que reforma não vai diminuir corrupção no Judiciário
(FOL, 05/11/03)	Autor da reforma diz que projeto foi desfigurado
(FOL, 06/08/03)	STJ diz que última palavra sobre reforma será do Judiciário
(FOL, 10/07/03)	Juízes dizem que não há exagero de liminares contra reforma agrária
(FOL, 01/08/03)	Dirceu afirma que juiz grevista perde privilégio
(FOL, 22/07/03)	Governo diz que aprova relatório da Previdência na quinta-feira
(FOL, 10/07/03)	STJ diz estar satisfeito com alterações na proposta de reforma

Quadro 12– Títulos com relato

No Quadro 13, temos exemplos típicos de relato com “ilhas textuais”, ou seja, exemplos de citação integrada. Nessa forma de citação, embora seja responsável pela organização do discurso, o jornalista pinça expressões do enunciado original.

(FOL, 05/08/03)	Presidente do TJ de MG diz que será corrupto se tiver de "pedir esmola"
(FOL, 17/07/03)	Presidente do STF diz que subteto é "inconcebível e inexplicável"
(FOL 09/12/03)	Juiz diz que governo e Congresso não "levam a sério" reforma do Judiciário
(FOL, 08/12/03)	Corrêa diz que relação com Lula "vai entrar no eixo"
(FOL, 29/11/03)	Corrêa diz preferir , "às vezes", erro a demora

Quadro 13 – Títulos com relato e “ilhas” textuais

No Quadro 14, os títulos constituem citações integradas, introduzidas por circunstâncias de ângulo. Mas, talvez para conferir maior credibilidade às proposições, houve o acréscimo de “ilhas textuais”:

(FOL, 19/07/03)	Para associação mineira , texto da reforma da Previdência é "irresponsável"
(FOL, 26/07/03)	Para Genoio , greve de juízes é "antidemocrática"
(FOL, 30/07/03)	Para Berzoini , subteto de 75% não é "ofensa"

Quadro 14 – Títulos com citação inserida e “ilhas”

Revisamos, assim, neste terceiro capítulo, alguns dos recursos utilizados pelos jornalistas para ancorar uma proposição em uma voz externa. Como já foi salientado, essa ancoragem, mesmo feita através de citação, dificilmente é objetiva, pois sempre há um recorte, uma seleção daquilo que foi enunciado. O resultado final textualizado nunca é uma verdade absoluta, sempre é uma representação.

No próximo capítulo, empreendemos uma abordagem das representações sociais, partindo dos pressupostos de Moscovici.

CAPÍTULO 4 – REPRESENTAÇÕES DO JUDICIÁRIO PELA MÍDIA

Neste último capítulo, discutimos o conceito de “representações sociais”, associando-o ao objeto de representação – o Judiciário – e ao lugar de circulação desses construtos socialmente elaborados e partilhados – a mídia. Nas notícias *online* selecionadas, entrecruzam-se vozes provenientes de pesquisas de opinião, de representantes dos três poderes, da igreja e de outros segmentos sociais que contribuem para a construção de percepções individuais e coletivas. Através das representações sobre o Judiciário, podem definir-se outras identidades.

4.1 Representações sociais

O conceito de representação social foi lançado em 1961, como resultado de pesquisas no contexto da psicologia social, e tem sua referência básica na sociologia durkheimiana. É relevante salientar que Durkheim, nos seus estudos, fazia clara distinção entre representações individuais e representações coletivas. Segundo Farr (2002, p. 35), a principal razão de ele distinguir, entre os dois níveis de estudo, era acreditar “que as leis que explicavam os fenômenos coletivos eram diferentes do tipo de leis que explicam os fenômenos em nível individual”.

Essas noções de representações, entretanto, sofreram uma releitura crítica por parte de Moscovici, que entendia as “representações coletivas” de Durkheim muito abrangentes para servirem de sustentação da produção do pensamento na sociedade, tornando o conceito pouco operacional.

O termo “representações sociais” é polissêmico, e autores o utilizam em diferentes campos teóricos, mas “é com as práticas sócio-culturais e com a comunicação de massa que o estudo das representações sociais mantém as relações mais significativas” (SÁ, 1998, p. 43). A partir da construção teórica de Moscovici, a corrente liderada por Denise Jodelet, em Paris, foi mais fiel à teoria original. Para a autora, as representações sociais são “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social (JODELET, 2001, p. 22). Por serem modalidades de conhecimento prático,

construídas e compartilhadas pelo corpo social, podem orientar comportamentos e intervir na definição da identidade individual e coletiva.

As representações sociais são uma modalidade particular de conhecimento, que serve de orientação para o comportamento de indivíduos e grupos, condiciona sua leitura do mundo, busca tornar familiar algo que até então era desconhecido, pois a tendência é tentar aproximar o que causa estranhamento, para melhor compreendê-lo. “Ao dizer que as representações são sociais, nós estamos dizendo principalmente que elas são simbólicas e possuem tantos elementos perceptuais quanto os assim chamados cognitivos” (MOSCOVICI, 2003, p. 58-105).

As representações sociais possuem caráter convencional e prescritivo. São convencionais porque nos permitem conhecer “o que representa o quê”, encaixando objetos e pessoas em categorias predeterminadas. Tais convenções dependem de outras, preliminares, e são, em sua maioria, inconscientes, levando ao processo de sua naturalização, pois a tendência é ver o mundo representado como natural. São prescritivas porque “elas se impõem sobre nós com uma força irresistível”, uma noção individual ou coletiva de continuidade, “combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado” (MOSCOVICI, 2003, p. 34-37).

Podemos perceber a existência de dois universos, o consensual e o reificado, gerados da distinção entre formas de conhecimento e de comunicação. Não há hierarquia entre esses dois universos, o que existe é diferença de propósitos. No consensual, “a sociedade é uma criação visível, contínua, permeada com sentido e finalidade”; no reificado, “a sociedade é transformada em um sistema de entidades sólidas, básicas, invariáveis”. O universo consensual é construído na vida cotidiana, na comunicação informal, “um grupo de pessoas livres e iguais”; o reificado se constrói no espaço científico, com hierarquia interna, e a sociedade é vista como “um sistema de diferentes papéis e classes, cujos membros são desiguais” (Id., p. 49-51). No universo consensual não existem fronteiras, todos podem falar de tudo, ao passo que, no reificado, a palavra é dos especialistas.

Para Moscovici (Id., p. 52), os limites entre esses dois universos dividem a realidade coletiva e chegam a dividir a realidade física em duas. Compreendemos o universo reificado por meio das ciências, e o universo consensual por meio das representações sociais. O reificado objetiva estabelecer um mapa das forças e acontecimentos que existem independentes de nossos desejos e fora de nossa consciência, aos quais nos devemos submeter. No universo consensual, as representações restauram e dão forma à consciência coletiva e explicam os objetos e acontecimentos, tornando-os acessíveis a todos.

No Quadro 15, Arruda (2002, p. 130), busca sintetizar as características desses dois universos:

UNIVERSOS CONSENSUAIS	UNIVERSOS REIFICADOS
<p>Indivíduo, coletividade: <i>opus proprium</i> NÓS</p> <p>Sociedade = grupo de iguais, todos podem falar com a mesma competência grupo de “amadores”, curiosos: conversa�o, cumplicidade impressão de igualdade, de op�o e afilia�o aos grupos resistência � intrusão</p> <p>Representa�es sociais</p> <p>Senso comum, consciência coletiva acessível a todos, variável</p>	<p><i>opus alienum</i> ELES</p> <p>Sociedade = sistema de papéis e classes diferentes – o direito � palavra � desigual grupo de especialistas: especialidade – grau de participa�o normas dos grupos – propriedade do discurso e comportamento divisão por áreas de competência</p> <p>Ciência</p> <p>Retratar a realidade independente de nossa consciência estilo e estrutura frios e abstratos</p>

Quadro 15 – Características dos universos (ARRUDA, 2002, p.130- adaptado)

As representa es sociais são geradas a partir de dois processos básicos e indissociáveis: objetiva o e ancoragem, mecanismos de pensamento que se baseiam na memória (MOSCOVICI, 2003, p. 71). A objetiva o busca ligar a ideia de “não-familiaridade com a de realidade”, traduzindo-se num mecanismo ativador da imagina o que d  forma ao conhecimento, concretiza o que   representado, descobre a qualidade ic nica de uma idéia ou ser impreciso, reproduzindo um conceito em uma imagem dando concretude a no es abstratas. Objetivar, portanto,   materializar um conhecimento, organizando e dando forma a novos conceitos, processo mediado por elementos vivenciados pelo próprio grupo social.

Já a ancoragem “transforma algo estranho e perturbador” por meio de um mecanismo em que se classifica e se dá sentido, conferindo nomes àquilo que era desconhecido e, portanto, ameaçador. A ancoragem busca superar a resistência causada pelo desconhecido, pois, ao categorizar determinado objeto, altera sua condição, confere-lhe um rótulo e o transforma em algo familiar.

Esses dois mecanismos absorvem informações novas e as integram em outro patamar de conhecimentos, agora situado num conjunto de significações disponíveis, que permite ao grupo social interpretar um ser ou um objeto e reincorporá-lo, já como categoria.

Para Guareschi e Jovchelovitch (2008, p. 20), as representações sociais são formadas quando as pessoas se encontram para falar, argumentar, discutir o cotidiano ou quando elas estão expostas às instituições, aos meios de comunicação. Assim, a comunicação mediada é fundamental na construção social da realidade.

Jovchelovitch (2008, p. 65) entende que é por meio do processo de constituição simbólica da linguagem que os indivíduos “lutam para dar sentido ao mundo, entendê-lo e nele encontrar o seu lugar, através de uma identidade social”. Citando Jodelet, a autora afirma que os elementos estruturais das representações “advêm de uma cultura comum e estes elementos são aqueles da linguagem” (2008, p. 76).

Guareschi (2008, p. 191-225) trabalhou com as dimensões práticas da teoria das representações sociais. Durante a realização de cultos de grupos neopentecostais, surpreendeu-se ao observar que os necessitados ali presentes colocavam, respeitosamente, seus únicos centavos nas bolsas de coletas dos pregadores. Não consideravam que estavam sendo explorados ou manipulados ao doar seus poucos recursos aos pregadores.

Ao buscar as razões para tal procedimento, Guareschi (2008, p. 213-222) analisou representações sociais tradicionais já existentes na religiosidade popular. Dentre elas, está o princípio da reciprocidade, baseado nas obrigações de dar, receber e retribuir – “É dando que se recebe”, “Se eu recebo um favor de alguém, eu tenho de retribuir”.

Os pregadores, então nada mais fazem do que ligar, ancorar, as práticas de coleta de dinheiro a representações mais antigas, criando representações novas, como as seguintes:

- A representação da reciprocidade – “É dando (dinheiro) que se recebe (a graça);
- A representação da reciprocidade equilibrada – “quanto mais dinheiro você der, tanto mais graças você vai receber”;
- A representação do mercado capitalista – o “supermercado da fé” – o dinheiro é o meio eficaz para se conseguir bens espirituais;
- A representação da culpa e do castigo – quem não dá dinheiro não recebe milagre.

Os resultados da pesquisa de Guareschi nortearam nossa busca por algumas representações sociais a respeito do Judiciário nas notícias selecionadas no ano de 2003, pois os meios de comunicação têm papel determinante na construção de universos simbólicos. Ao noticiar o desenrolar de uma demanda de benefícios, a mídia pode, por exemplo, confirmar a representação que as pessoas formaram sobre a morosidade do Judiciário.

4.2 A comunicação mediada

A comunicação mediada, construída em diversos ambientes, é sempre um fenômeno contextualizado, em que as condições sociais subjacentes à produção e circulação das mensagens produzem impacto na sua materialização.

A despeito das desigualdades regionais globais, um grande contingente populacional tem acesso a sistemas textualmente mediados, como a produção e circulação de notícias, nos quais a linguagem, mais do que instrumento de comunicação é lugar de organização do mundo. Pela linguagem são construídos espaços de significação e poder, sendo impossível dissociar as relações da comunicação midiática das questões de linguagem e das relações de poder que a linguagem possibilita. Isso nos leva a perceber, como refere Thompson (1998,

p.19), que “fenômenos sociais podem ser vistos como ações intencionais levadas a cabo em contextos sociais estruturados”.

Para Chauí (2006, p. 76), quando passamos às novas e mais recentes tecnologias de comunicação, “observamos a transformação da ciência e da técnica em forças produtivas e o surgimento da sociedade do conhecimento, isto é, da identidade entre poder e informação”. A mídia, portanto, perpassa todas as esferas da sociedade e não há campo social que, de certa maneira, não seja atravessado, construído ou representado por ela.

Esse fenômeno ocorreu na medida em que o desenvolvimento da mídia transformou a natureza da produção e do intercâmbio de bens simbólicos de forma irreversível, e na medida em que permitiu reconstruir o caráter simbólico da vida social e reestruturar as formas pelas quais os indivíduos se relacionam.

A atuação da mídia ultrapassa, em muito, sua condição de promotora de trocas simbólicas, pois, como refere Van Dijk (2005, p. 73), o poder dos meios de comunicação de massa não se restringe à influência no seu público cativo, mas envolve também o papel deles “no quadro mais vasto das estruturas sociais, culturais, políticas ou econômicas”.

Para o autor, uma definição resumida do poder da mídia é a de “uma relação social entre grupos ou instituições, envolvendo o controle por parte de um grupo (mais) poderoso ou instituição (e de seus membros) das ações e mentes (dos membros) de um grupo menos poderoso”. A abordagem das noções de poder que uma análise do papel da mídia envolve, permite ignorar “dimensões idiossincráticas de influência pessoal” como a exercida por determinados jornalistas (Id., p. 75), e centrar nossa atenção nas características do poder institucional.

Em regra, esse poder pressupõe um “acesso privilegiado” a recursos que o grupo social valoriza, tais como riqueza, conhecimento e status. O poder dos meios de comunicação é, de maneira geral, simbólico e persuasivo, pois tem um potencial controle das mentes dos leitores, ainda que não possa controlar diretamente suas ações.

Bourdieu (1997) destaca as relações entre o campo da mídia e os outros campos sociais mediadas pela atividade jornalística, numa estrutura que, mesmo intangível, produz efeitos sobre todos os campos científicos. Campo, para o autor

(Id., p.57), é aquele “espaço social estruturado” [...] em que “há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço...”.

Refere Bourdieu que “o mundo do jornalismo é um microcosmo que tem leis próprias e que é definido por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsões que sofre da parte dos outros microcosmos” (Id. p. 55). Por essa concepção, portanto, a existência do jornalismo baseia-se nas relações mantidas por todo um campo de acontecimentos que se compõem no próprio jornalismo.

Na concepção do autor, o campo jornalístico está sob a pressão da mídia e do poder econômico que determina e marca os outros campos, de forma a definir toda uma estrutura. Para compreender o que pode fazer um jornalista é preciso entender “um universo de relações objetivas”, a posição do veículo de comunicação em que atua e a sua própria posição dentro desse espaço (BOURDIEU, 1997, p.56). Essa conjuntura colabora para conservar relações nas quais o jornalismo é subjugado aos interesses do mundo que o rodeia, em especial aos interesses financeiros, que buscam atrair sempre maior quantidade de leitores. Como afirma Lévy (1999, p. 199), esse mundo virtual se constitui “num imenso campo de batalha para os industriais da comunicação” [...] que têm “uma visão puramente consumista do ciberespaço”.

Segundo Van Dijk (2005, p 132), dados sociológicos sugerem que o público, de maneira geral, mantém um mínimo de autonomia e independência, pois “engaja-se mais ou menos ativamente no ‘uso’ dos meios de comunicação de massa”, em vez de adotar uma posição “puramente passiva”. Isso nos leva a perceber que a despeito da ingerência e da extensão do poder da mídia, alguns de seus usuários poderão “resistir” a tal persuasão.

Na verdade há uma espécie de ingerência mútua, pois, como afirma Richardson (2007, p.89), os textos jornalísticos emergem de uma dinâmica que é moldada pela competição entre forças de diferentes direções, e o público leitor é uma das determinantes. Em resumo, sem o conhecimento da audiência, não há como fazer a seleção do que será apresentado como “notícia”, pois as preferências do público leitor condicionam desde a escolha da história até o estilo e o tom de sua apresentação.

Por conta dessa relevância do público leitor, surgiram diferentes abordagens com o propósito de defini-lo. Entre elas, uma o considera consumidor e outra o considera mercadoria. A primeira, parte da premissa de que jornais são empresas, e de que a vasta maioria deles existe para produzir lucros, nas quais a notícia é um produto que precisa ser atrativo para seu público consumidor.

Dada a quantidade de veículos de comunicação, as empresas jornalísticas, buscando evitar a fragmentação desse público, utilizam diferentes estratégias, com o objetivo de cativar o consumidor. A ideia de que o público é um consumidor marca as relações entre o jornalista e seu leitor como um calculado ato de consumo (Id., p.79), o que pode relegar a um segundo plano determinados valores do jornalismo, como a busca da verdade.

A segunda abordagem baseia-se na lógica comercial do mercado jornalístico, que é dupla: os jornais não vendem apenas seus exemplares, eles vendem espaços comerciais. Nesse caso, seu público leitor é a mercadoria que eles negociam com os anunciantes. Essa caracterização do público como a mercadoria negociada tem, também, duplo reflexo. Visto pela ótica da segmentação, pode atrair um tipo de anunciante, que pretende aumentar a venda de produto determinado. Visto pela ótica da massificação, um grande número de leitores atrai maior número de anunciantes, o que proporciona mais retorno.

A busca pela audiência caracteriza os veículos de comunicação, que adotam diferentes estratégias para mantê-la e aumentá-la. No caso do jornalismo digital, uma das mais relevantes é o processo de constante atualização das notícias, que se aperfeiçoa para atender a um tipo de leitor em busca de informação instantânea, concomitante com os acontecimentos. Uma quantidade crescente de informações está sendo permanentemente “digitalizada e disponibilizada *online*, produzindo assim o potencial para transformar o processo de pesquisa jornalística”, como refere Ward (2006, p. 19). A variedade de fontes sejam elas pessoas, documentos, dados ou arquivos de notícias, alia-se a milhares de outros dados disponíveis, como documentos, reportagem e contatos. A velocidade com que o jornalista encontra a informação desejada, caracteriza o contexto de produção das notícias *online*, como ocorre na Folha Online, veículo eleito para a coleta do nosso *corpus*.

4.2.1 A *Folha Online*

As informações a respeito do jornal *Folha de S.Paulo*, e da *Folha Online*, fonte do nosso *corpus*, foram pesquisadas no site da empresa. Há versões, entretanto, que se contrapõem à oficial. Quando entendermos relevante para a percepção da contextualidade, em especial o posicionamento ideológico dessa empresa jornalística, elas serão mencionadas.

O complexo Folha, hoje, é resultado da fusão de três jornais: *Folha da Noite*, *Folha da Manhã* e *Folha da Tarde*. Em fevereiro de 1921, Olival Costa e Pedro Cunha fundaram o jornal *Folha da Noite*, que priorizava notícias sobre deficiências nos serviços públicos, além de ter apoiado o tenentismo, o Partido Democrático, e feito campanha pelo voto secreto. Em 1925, foi fundada a *Folha da Manhã*, edição matutina da *Folha da Noite*. Em janeiro de 1931, Octaviano Alves de Lima, cafeicultor, comprou o jornal, que passou a priorizar a defesa dos interesses da lavoura, defender o liberalismo e se opor ao Estado Novo.

Tanto a *Folha da Noite* como a *Folha da Manhã* eram feitos para a classe média, defendiam o ensino público e a cédula única. Em março de 1945, o controle acionário ficou nas mãos de José Nabantino Gomes, sendo adotada a imparcialidade como política da redação. Ribeiro (1994) afirma, entretanto, que essa proposta de neutralidade, apartidarismo e defesa intransigente do regime democrático era vaga.

Em 1949, o jornal já é feito por meio de linotipo e em julho desse ano é lançada a *Folha da Tarde*. Em 1958 começa a circulação da *Ilustrada*, o caderno de variedades e cultura, havendo, segundo Ribeiro (1994, p. 58), “evidente interesse em fazer o jornal vender-se a si mesmo”, pela publicação de chamadas na primeira página, que antes trazia somente reportagens inteiras.

Em 1º de janeiro de 1960, os três títulos da empresa se fundiram e surgiu a *Folha de S.Paulo*, cujo controle acionário foi assumido, em 1962, por Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho. Em 1967, a empresa modernizou seu parque gráfico, tornando-se a pioneira na impressão *offset* em cores no Brasil; em 71 adotou o sistema de fotocomposição e, em 1973, criou o Banco de Dados de São Paulo Ltda., que incorpora o arquivo de fotos e textos, além da biblioteca da Folha.

Apesar de seu site informar que, em 1976, a Folha desempenhava um papel decisivo no processo de redemocratização do Brasil, Ribeiro (Id., p. 48) afirma que, nessa época, o jornal portava-se de maneira inofensiva em relação ao conturbado cenário político, e o maior interesse da empresa era a recuperação financeira, fato admitido pelo seu presidente, Otávio Frias Filho, em entrevista concedida ao autor, dizendo que o jornal não enfrentou a censura oficial, como fizeram o *Estado de São Paulo* e o *Jornal do Brasil*, não interferiu opinativamente, nem se dispôs a assumir papel político.

Em 1978, aconteceu a criação do Conselho Editorial, um colegiado de caráter consultivo, composto por jornalistas e não-jornalistas. Seus membros se reúnem mensalmente para analisar a conjuntura política e econômica do país, criticar o desempenho jornalístico da Folha e recomendar linhas de ação editorial. Entre 1978 e 1986, o Conselho produziu seis documentos, que ficaram conhecidos como Projeto Folha, que resultou na elaboração do *Manual Geral da Redação*, publicação que definia o conceito de informação do jornal.

Para Arbex Junior (2001, p. 143), havia contradição entre o que estava no manual e as atitudes da direção, pois “a Folha jamais deixou de ser uma empresa capitalista. Aliás, a direção do jornal não ocultava esse fato”. Pretendia com as reformas então em curso, “modernizar o jornal, no sentido de transformá-lo em uma empresa eficaz e profissionalizada, nos moldes do jornalismo praticado nos Estados Unidos.” Os moldes do jornalismo norte-americanos preconizavam a adoção de critérios industriais nos jornais, caracterizando-os como empresas nas quais a organização influencia diretamente o trabalho da redação, para atingir o objetivo de lucro.

A década de 80 faz da Folha o jornal diário de maior circulação do país. Em 1981, um documento de circulação interna sistematiza um projeto editorial pela primeira vez no Brasil, fixando três metas: informação correta, interpretações competentes e pluralidade de opiniões. Em 1983 a Folha se tornou a primeira redação informatizada na América do Sul e, em 1984, foi publicado o primeiro projeto editorial, defendendo um jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno. No mesmo ano foi implantado o primeiro Manual de Redação. Ribeiro (1994, p. 63) indica que a estratégia do sucesso do grupo era saber jogar dos

dois lados no campo político, e que tanto na questão mercadológica como na política, sabia apresentar o produto adequado à tendência que se esboçasse.

Foi com a campanha das “Diretas já”, em 1984, que o jornal chegou ao ápice em popularidade e, ao utilizar o mote publicitário “vende mais porque é melhor”, afirma que seu sucesso comercial deve-se à qualidade editorial. Em 1985, surge um novo projeto editorial, que tinha como política um jornalismo crítico, moderno, apartidário e pluralista. Em 1991, a *Folha de S.Paulo* entrou na campanha pelo *impeachment* de Collor de Mello. Nessa mesma época, o noticiário foi organizado em cadernos temáticos, e a primeira página circulou, diariamente, em cores. Em 1992, Octavio Frias de Oliveira deteve o controle acionário da empresa.

Em 9 de julho de 1995, entrou no ar a Folha Web, *site* que publicava uma parte dos textos do jornal e não era atualizado nos fins de semana. Em 96, o Grupo Folha lançou o UOL, *site* que substituiu a Folha Web e trazia, além do conteúdo da *Folha de S.Paulo*, textos da *Folha da Tarde*, da revista *Isto É* e matérias traduzidas para o português do *New York Times*. Em novembro de 1999 o UOL se uniu ao Brasil Online, portal da Abril.

No dia 1º de agosto de 1999, o Brasil Online deu lugar à *Folha Online*, primeiro canal de notícias em tempo real da língua portuguesa. A versão eletrônica da *Folha de S.Paulo* continuou sendo colocada na internet. Em abril de 2000, o *site* da *Folha Online* recebeu novo design, incluído novas editorias e, em 2001, a *Folha Online* incorporou a agência de notícias Folha News, especializada em política e economia, cujos principais clientes eram grandes empresas, além da Bovespa e de órgãos governamentais. Nesse mesmo ano, foi lançada a quarta edição do novo Manual de Redação.

Ao nos reportarmos às especificidades do jornal *Folha de S.Paulo*, julgamos interessante, sabendo que ele é uma organização que visa lucro, na qual o trabalho jornalístico depende dos interesses comerciais, fazer referência a uma das teorias do jornalismo, a Teoria Organizacional (TRAQUINA, 2005, p 157-158).

A teoria defende que a atividade jornalística está submetida aos interesses mercantis da organização empresarial, o que pode explicar a postura do jornal. No jornal-empresa, uma organização empresarial como o complexo Folha, a

questão econômica tem grande relevância e pode colocar em choque valores do jornalismo e valores de mercado, com a preponderância destes.

Sobre essa questão, afirma Silva (2000, p. 10), “O mercado comanda, o manual de redação adapta-se a ele e o jornalista, mesmo convencido de seguir rigorosamente a norma, limita-se a fazer a vontade do consumidor.” E continua a referir-se às ingerências do mercado, que acabam por controlar as redações do jornal, dizendo que “Os empresários impõem limites editoriais aos jornalistas em função dos interesses dos anunciantes” (Id., p.23).

Ribeiro (1994, p. 56) refere-se à identidade da *Folha de S.Paulo* dizendo ser ela contraditória, pois pode ser vista como “pragmática ou comercialmente oportunista; ideologicamente flácida ou adaptada aos tempos e às preferências do público, jornal sem causa ou politicamente realista”, mas “a par de equívocos que não conseguiu evitar, tornou-se capaz de adotar com rapidez a racionalização característica da Indústria Cultural”.

Essas afirmações, se comparadas às orientações sobre a definição de notícia e as técnicas de elaboração de textos contidos no *Manual de Redação da Folha de S.Paulo* (2006), levam a uma percepção mais acurada do contexto de produção, no momento da análise das representações feitas pela linguagem.

Informa o site do jornal *Folha de S.Paulo* que o UOL- Universo Online é o mais valorizado investimento do grupo, e que essa valorização resultou de duas estratégias: a primeira “foi chegar primeiro ao mercado e oferecer acesso à Internet e conteúdo num único pacote. A segunda foi fazer rapidamente investimentos maciços para dominar o setor.”

A *Folha Online* possui 25 editorias, bem como páginas de serviço com mapas, previsão do tempo, cotação das bolsas, e de um espaço fixo para retificação de informações publicadas em seu conteúdo editorial, intitulado “Erramos”. O índice geral de notícias é produzido pelas redações da Agência Folha, Folha News, agências internacionais e reportagens dos jornais *Folha de S.Paulo* e *Agora*, além de sua própria redação.

A editoria de circulação publica pesquisa da Datafolha indicando que o leitor típico da *Folha Online* tem 40 anos, um padrão alto de renda e de escolaridade, crescendo o número de pós-graduados. Para o diretor de redação da Folha, Otavio Frias Filho, o fato de o leitor estar ficando mais velho e mais

instruído reflete a inserção do jornal no *establishment* da opinião pública brasileira. "É a realização de um objetivo antigo da Folha". A perda de participação dos leitores mais jovens, informa o site, explica-se em parte pela característica mais refratária à leitura nesse segmento, comprovada em pesquisas de opinião. Mas, para Frias Filho, é também sintoma de uma falha no jornal no modo de atrair esse público.

Para verificar sua audiência, existe uma ferramenta, o medidor instantâneo. Ele permite saber instantaneamente quais são as reportagens mais lidas a cada momento, pois "é importante saber o que o leitor pensa". Mas, como apenas esse dado não é suficiente para tomar as decisões editoriais, há outros mecanismos de medição, que permitem conhecer em detalhes a audiência do dia anterior.

Como política de relacionamento, o jornal busca soluções para amenizar o desconforto da leitura na tela, tornando-a mais leve, pela inserção de recursos gráficos e técnicos, como links, imagens, gráficos e audiovisuais, pois o leitor "escaneia" a página com os olhos, aumentando a importância dos recursos visuais. Ainda que a regra seja escrever de maneira fácil e direta, é preciso escrever tudo o que for necessário para a compreensão exata do assunto, sem se deixar levar pelo mito do "texto curto".

Segundo o site da *Folha Online*, sua equipe de reportagem tem por objetivo "a criação, produção e desenvolvimento de conteúdo jornalístico on-line, além de serviços, com destaques para as áreas de interatividade". O compromisso do jornal é o de produzir "conteúdo on-line com a mesma qualidade editorial e seguindo os princípios de pluralidade, independência e criticismo da Folha".

Observamos aqui uma referência ao jornal impresso como guia de política editorial, pois está no site desse jornal que "a Folha de S.Paulo estabelece como premissa de sua linha editorial a busca por um jornalismo crítico, apartidário e pluralista", existindo apenas um Manual de Redação para orientar a produção dos textos no jornal impresso e no jornal *online*.

As características próprias do complexo *Folha de S.Paulo* como organização de "mídia neoliberal", uma empresa de caráter mercantil, com objetivo bem determinado: "tratar a notícia como mercadoria, destinada a gerar lucros" (ARBEX JR, 2001, p. 142), levam a desenhar sua linha editorial. Por conta

dessas características, as decisões mais relevantes não são tomadas pela equipe de redação, mas pela sua direção, o que determina os rumos tanto do jornal impresso como do jornal digital.

Criar a notícia que “vende”, então, pode explicar o interesse pela divulgação, por exemplo, das mazelas dos três poderes. Na produção de um acontecimento noticioso reportando-se à morosidade do Judiciário, muitas vezes o jornalista ignora, ou escolhe não divulgar, as rotinas processuais que exigem o respeito a trâmites necessariamente demorados, para a preservação dos interesses em conflito.

No intento de analisar as representações sociais do Judiciário publicadas na *Folha Online*, na próxima seção buscaremos abordar algumas especificidades desse poder de Estado.

4.3 O Judiciário

A Teoria da Separação dos Poderes, desenvolvida por Montesquieu na obra *O espírito das Leis*, de 1748, visava limitar o poder do Estado e, para isso, dividiu-o em diferentes órgãos, com funções distintas, atribuídas a titulares determinados. Conforme Silva (2006), a teoria propondo a tripartição dos poderes desenvolveu-se num momento bem específico, que compreendia a transição do Estado absolutista para o Estado liberal, e essa contingência histórica influenciou diversas cartas constitucionais.

Além de buscar a proteção às liberdades individuais, a teoria pretendia, também, aumentar a eficiência do Estado, pois, com a separação dos poderes, cada órgão seria especializado em determinada função. Essas duas atribuições diminuía sensivelmente o absolutismo, limitando a atuação do Estado.

A divisão deu origem aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, conceituados como harmônicos e independentes entre si. As funções desses poderes, em linhas gerais, são: administrar o Estado, exercida pelo poder Executivo, elaborar as leis para a construção da ordem jurídica, exercida pelo poder Legislativo e, com base na legislação, dirimir conflitos individuais e coletivos, função do poder Judiciário.

Para o autor (Id., p.109), a divisão dos poderes encontra seu fundamento em dois critérios: um relacionado à independência funcional, cuja finalidade é dar eficácia ao exercício de cada função, e o outro à independência orgânica, que tem por objetivo eliminar a possibilidade da existência de subordinação entre um poder e outro.

A formação do Judiciário, na história do nosso país, está ligada aos ciclos econômicos e políticos, desde o Brasil colonial até a atualidade. Segundo Prado Júnior (2007, p. 335-336), as características desse poder refletem a conjuntura correspondente a cada período histórico. Desde o domínio de Portugal, as mazelas da corte foram trazidas para a colônia, por meio de uma enredada hierarquia da estrutura judicial, que resultava em morosidade, corrupção e nepotismo, e que permanecem até hoje, com intensidade e localização variadas.

A “origem não democrática” (ZAFFARONI, 1994, p. 42) do Judiciário pode ser entendida, de forma geral, como uma das razões para a não correspondência desse poder com a sociedade. Existe uma dificuldade, por parte da população, em ver o Judiciário como um poder que deve servir aos seus interesses.

Hoje, conforme Bonavides (2004, p. 127), “a época constitucional que vivemos é a dos direitos fundamentais, que sucede a época da separação de poderes, e “a Constituição é cada vez mais [...] a morada da justiça, da liberdade, e dos poderes legítimos”.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 implantou o Estado Democrático de Direito, que tem como fundamentos a convivência democrática e o respeito aos direitos fundamentais, provocando uma mudança de paradigmas. O que distingue seu modelo dos que o precederam é a revalorização do jurídico, entende Streck (2002, p. 143), uma contraposição ao poder político que deixou marcas profundas na sociedade brasileira.

O Estado Democrático de Direito pode ser visto como síntese e superação do Estado de Direito e do Estado Social, mas não apenas uma superação ideológica em relação ao modelo anterior, como aconteceu entre esses dois modelos de Estado, afirma Teixeira (2002, p.19). No entanto, para que ele possa efetivar uma concreta transformação da sociedade, é preciso que as estruturas de poder sejam redimensionadas, para que se superem as fragilidades dos modelos

anteriores, em especial quanto ao respeito aos direitos humanos, e à realização da justiça social e da igualdade.

Para que essa mudança de paradigma se efetive afirma Streck (1999, p. 27-35), é preciso perceber a Constituição como condição de possibilidade do Estado Democrático de Direito, pois ela possui uma estrutura normativa competente para produzir efeitos. Cabe ao poder Judiciário a atribuição de conferir-lhe tal efetividade, sendo verdadeiro guardião da norma constitucional.

Refere Comparato (2004, p. 151) que o poder Judiciário, visto como órgão de um Estado democrático deve estar fundado no respeito integral aos direitos fundamentais da pessoa humana. Entretanto, para a concretização dos novos objetivos do Estado, deve ocorrer uma adequação do sistema jurídico e político. Essa contingência dá ao Judiciário um papel de destaque na realização do Estado Democrático de Direito, mas ao mesmo tempo provoca discussões acerca de sua legitimidade frente aos clássicos princípios da separação de poderes e da democracia representativa.

Como entende Garapon (2001, p.270), o poder crescente do Judiciário, sua interferência na vida coletiva, apesar de ser um dos maiores fatos políticos do século, pode trazer risco à democracia representativa, pois coloca no centro das decisões um poder cuja escolha não reflete a soberania popular. Comparato (2004) tem outra visão dessa contingência do poder Judiciário: “embora seja ele, por definição, a principal garantia do respeito integral aos direitos humanos, na generalidade dos países os magistrados, salvo raras exceções, não são escolhidos pelo povo”. Na verdade o que compatibiliza o Judiciário com o espírito democrático, no sentido que Montesquieu conferiu ao vocábulo, é “um único atributo, capaz de suprir a ausência do sufrágio eleitoral: é aquele prestígio público fundado no amplo respeito moral, que na civilização romana denominava-se *auctoritas*”.

A *auctoritas* (Ibid., p.152), é a legitimidade recebida do corpo social pelo respeito e confiança que os juízes inspiram. Esse atributo particular dos integrantes do Judiciário, numa democracia, está alicerçado na “independência e na responsabilidade” com que o órgão estatal em seu conjunto, e os agentes públicos individualmente considerados, exercem as funções políticas que a Constituição lhes confere, como manifestação da vontade popular.

Entende o autor que, para verificar “quão democrático é o poder Judiciário no Brasil”, devemos observar sua organização e funcionamento, segundo os requisitos fundamentais da independência e da responsabilidade. No seu sentido técnico, um Judiciário independente é aquele que não está submetido aos demais poderes de Estado, e um magistrado independente é aquele que não está submetido à hierarquia.

Ao contrário da forma de organização da administração pública, os magistrados não dão nem recebem ordens uns dos outros, sendo essa independência funcional uma das garantias do regime democrático (Ibid., p.153), a despeito das diferentes instâncias e dos diferentes graus de jurisdição, que compreendem a extensão e o limite do poder de julgar de um juiz.

Por outro lado, Facchini Neto (2007, p.139) entende que “um fenômeno comum a todas as democracias avançadas é a expansão crescente do papel da jurisdição” e uma explicação sociológica para esse fenômeno é “a maior diversidade da extração social da magistratura”, o que reflete uma sociedade mais pluralista. Em um passado não muito distante, os integrantes do Judiciário eram, na sua quase totalidade, integrantes da classe social mais elevada. Essa condição os levava a compartilhar e defender os valores caros à manutenção da ordem estabelecida.

Os juízes de hoje “começam a ensaiar a possibilidade de serem porta-vozes não só da segurança dos que já têm, mas também da esperança dos muitos que ainda não têm” (Ibid., p.140). Para os integrantes dos estratos sociais mais baixos, no Judiciário está a condição de resgate de sua cidadania, uma porta de acesso a certos direitos, a determinadas prestações do Estado, a garantia do respeito a sua dignidade como seres humanos.

O Judiciário, atualmente, vem sendo “chamado à responsabilidade solidária do Executivo e Legislativo nos projetos de transformação das condições materiais de vida da comunidade”, afirma Rocha, (2009, p. 176). Devido à falta de respostas satisfatórias desses dois poderes às demandas sociais, “diante da inoperância legislativa em realizar a modificação formal da norma para atendimento da dinamicidade inerente aos fatos sociais, é que se abre espaço ao Judiciário...” (Ibid., p.177). Segundo o autor, então, a inércia do Executivo e Legislativo frente às atribuições definidas constitucionalmente, deixa para o

Judiciário a responsabilidade de suprir tais omissões. Na próxima seção, empreenderemos a descrição da estrutura organizacional do poder Judiciário.

4.3.1 A estrutura do poder Judiciário

O poder Judiciário brasileiro, regulado pela Constituição Federal de 1988 nos seus artigos 96 a 126, é um conjunto de órgãos públicos aos quais a carta constitucional atribui a função jurisdicional. A Constituição conferiu ao Judiciário autonomia institucional, o que garante a esse poder autonomia administrativa e financeira, assegurando a independência funcional dos magistrados.

Para poder desempenhar as suas funções com isenção, o Poder Judiciário dispõe de princípios e garantias previstas na Constituição Federal, tais como ingresso na carreira de juiz por meio de concurso público, publicidade dos atos judiciais, vitaliciedade, inamovibilidade, irredutibilidade do subsídio, proibição de exercício de outra função e proibição de exercício de atividade político-partidário.

Como regra, os órgãos judiciários brasileiros exercem dois papéis. O primeiro, do ponto de vista histórico, é a função jurisdicional, também chamada jurisdição. Trata-se da obrigação e da prerrogativa de compor os conflitos de interesses em cada caso concreto, através de um processo judicial, com a aplicação de normas gerais e/ou abstratas.

O segundo papel é o controle de constitucionalidade. Tendo em vista que as normas jurídicas só têm validade quando conformes à Constituição Federal, a ordem jurídica brasileira estabeleceu um método para evitar que atos legislativos e administrativos contrariem regras ou princípios constitucionais. Para o controle da constitucionalidade, é adotado um sistema difuso, em que todos os órgãos do Poder Judiciário podem exercê-lo e suas decisões a esse respeito são válidas apenas para o caso concreto que apreciam, embora, em alguns casos, se adote um sistema concentrado.

A estrutura organizacional do poder Judiciário, determinada pela Constituição no seu art. 92, coloca como órgão máximo o Supremo Tribunal Federal (STF), ao qual cabe o controle de constitucionalidade, e como órgãos superiores o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Tribunal Superior do Trabalho (TST), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Superior Tribunal Militar (STM).

Segundo Dinamarco (1998, p. 368), os órgãos superiores caracterizam-se como centros de convergência, pois “cada uma das Justiças especiais da União (Trabalhista, Eleitoral e Militar) tem por cúpula o seu próprio Tribunal Superior, que é o responsável pela última decisão nas causas de competência dessa Justiça”. Quanto às causas processadas na Justiça Federal ou nas locais, em matéria constitucional, convergem diretamente para o Supremo Tribunal Federal (STF) e em matéria infraconstitucional, a convergência conduz ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), que é um dos tribunais superiores da União embora não integre Justiça alguma. Entretanto, “todos os Tribunais Superiores convergem unicamente ao STF, como órgão máximo da Justiça brasileira, responsável final pelo controle de constitucionalidade de leis, atos normativos e decisões judiciais”.

Na organização do poder Judiciário, portanto, o Supremo Tribunal Federal (STF), é “o órgão de cúpula que exerce o papel de tribunal constitucional, mas também o de solucionador de conflitos entre tribunais superiores ou unificador de jurisprudências em determinados casos”, conforme Dallari (2002, p. 112). Além desse órgão máximo, e dos considerados órgãos superiores, como o Superior Tribunal de Justiça (STJ), há órgãos intermediários como os tribunais de segunda instância, e há órgãos inferiores, como os juízes de primeiro grau. Mas, como refere Lima (1984, p. 154), “a subordinação hierárquica estabelece-se mais entre os atos do que entre os indivíduos”.

Os órgãos judiciários brasileiros podem ser classificados quanto ao número de julgadores (órgãos singulares e colegiados), quanto à matéria (órgãos da justiça comum e da justiça especial) e do ponto de vista federativo (órgãos estaduais e federais). Podemos exemplificar dizendo que um Tribunal Regional Federal é órgão colegiado, enquanto que um Juiz Federal é considerado órgão singular. Da mesma maneira, o Tribunal de Justiça de um estado é órgão colegiado, e os juízes de direito são órgãos singulares.

Os Tribunais e Juízes estaduais, os Tribunais Regionais Federais e os Juízes Federais são considerados órgãos de justiça comum. Já os Tribunais e Juízes do Trabalho, Eleitorais e Militares formam a justiça especial, pois decidem sobre matérias específicas de cada área de atuação.

Com a reforma do Judiciário, implementada pela Emenda Constitucional nº 45, de dezembro de 2004, ocorreram inovações, voltadas aos objetivos de

aumentar a transparência e eficiência desse poder. Entre elas, destaca-se a criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão de controle do poder Judiciário, incumbido de realizar a supervisão da atuação administrativa e financeira do Judiciário. Composto por representantes da magistratura, do ministério público, da advocacia e da sociedade civil, o CNJ não tem função jurisdicional, pois suas atribuições são apenas de caráter administrativo, financeiro e correicional, constituindo-se mais como órgão de coordenação e planejamento das atividades administrativas do poder Judiciário.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) possui cinco diretrizes de atuação: o planejamento estratégico e coordenação da política judiciária; a modernização operacional e tecnológica; a ampliação do acesso à justiça, pacificação e responsabilidade social; a garantia de respeito às liberdades públicas e a fiscalização e controle do funcionamento dos serviços judiciais e extrajudiciais.

A organização do Judiciário é disciplinada de forma a observar diferentes princípios constitucionais. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) atua como órgão de coordenação e planejamento administrativo do poder Judiciário. Sua atuação, portanto, é relevante no sentido de criar as condições da concretização de uma prestação jurisdicional célere e eficiente, pressuposto da efetivação do princípio da segurança jurídica.

O princípio constitucional da proteção judicial efetiva pressupõe uma justiça rápida e eficiente, que consubstancia a própria ideia de justiça como valor. Para que esse objetivo encontre condições de realização, o aperfeiçoamento do serviço público de prestação de justiça demanda sua qualificação administrativa.

Esses temas são constantemente referidos pela mídia nacional, sob diferentes ângulos, quase sempre evidenciando as fragilidades do Judiciário brasileiro, o que abordamos na próxima seção.

A organização do poder Judiciário brasileiro pode ser visualizada na Figura 17:

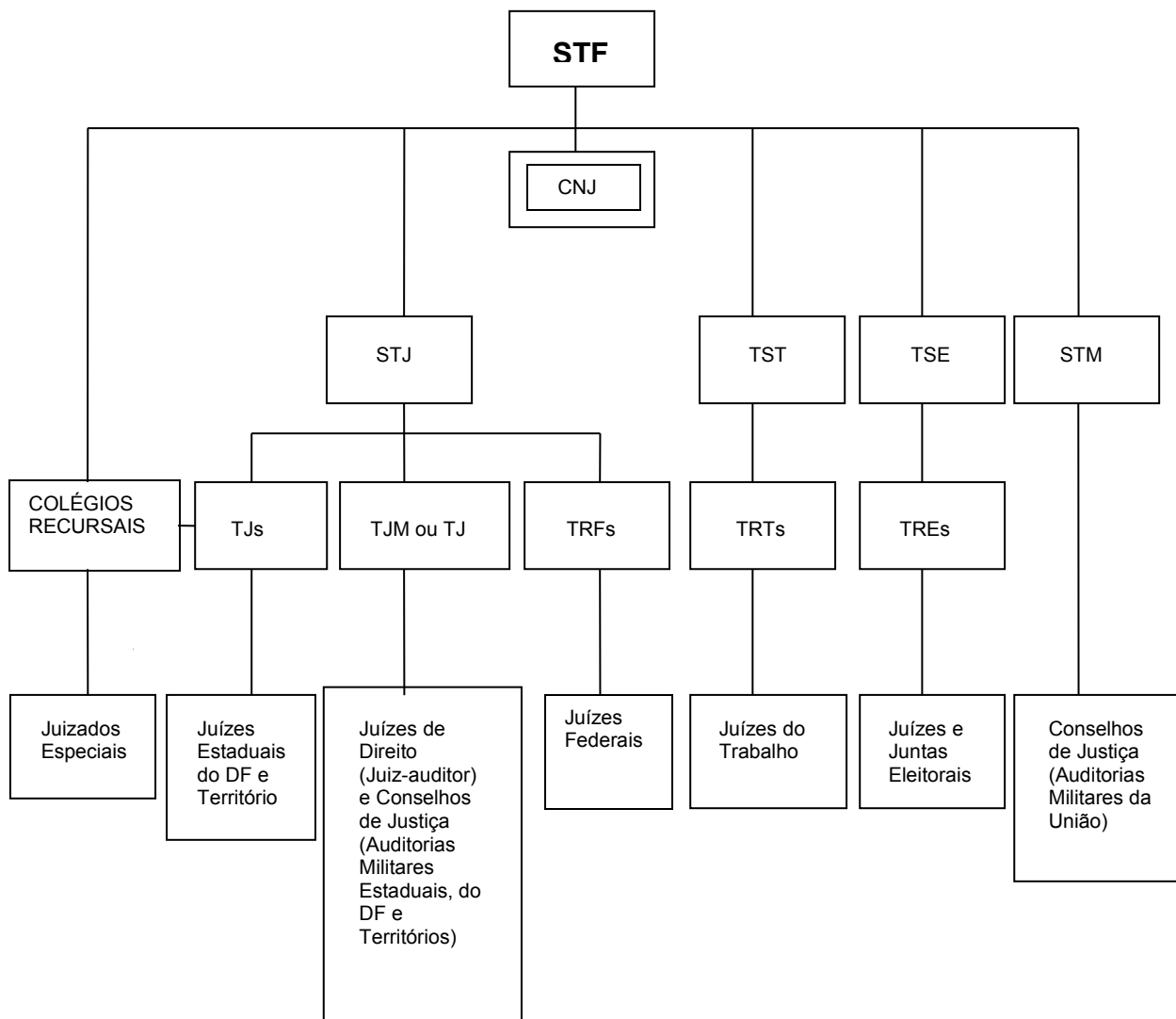


Figura 17- Organização do poder Judiciário brasileiro

SIGLAS	
STF – Supremo Tribunal Federal	STM – Superior Tribunal Militar
CNJ – Conselho Nacional de Justiça	TJ – Tribunal de Justiça
STJ – Superior Tribunal de Justiça	TJM – Tribunal de Justiça Militar
TST – Tribunal Superior do Trabalho	TRF – Tribunal Regional Federal
TSE – Tribunal Superior Eleitoral	TRT – Tribunal Regional do Trabalho
	TRE – Tribunal Regional Eleitoral

4.4 A mídia e o Judiciário

Não podemos ignorar que há ruído na comunicação entre a mídia e o Judiciário, e para tentar compreender o distanciamento entre eles, é preciso destacar as diferenças desde a sua constituição. Como refere Rocha (2008, p. 39), o Judiciário é “um órgão de Estado, oriundo da tradicional divisão do poder político em três partes, culturalmente aceita e socialmente sedimentada”, e a mídia constitui-se “de empresas privadas, que naturalmente oferecem produtos para obtenção de lucro financeiro”.

O contexto conflituoso passa, também, pelas diferenças entre a visão de mundo dessas duas instituições, já que mídia e Judiciário constroem sua própria tradução do real. De um lado o Judiciário, como desaguadouro das tensões sociais, em busca da operacionalização de sua atuação; de outro a mídia, como transmissora de informações, à procura de acontecimentos noticiosos que capturem e mantenham o interesse do público.

Inúmeras especificidades condicionam a relação por vezes tensa, por vezes de declarado conflito entre esses dois setores cruciais para a vida democrática. Um exemplo marcante é a distância entre a imposição da notícia em “tempo real”, na mídia, e o tempo necessário para os trâmites processuais, no Judiciário. Para Rocha (Id., p. 40), “é preciso destacar que o tempo da mídia em nada corresponde ao tempo judicial.” Há condições indispensáveis para que se possa atingir um resultado justo, como o “amadurecimento da decisão, a concessão de oportunidades iguais para ambas as partes, o preenchimento das condições processuais para um julgamento técnico e moralmente acertado”. Entretanto, “por sua natureza comercial, essas condições democráticas não importam às empresas privadas da mídia”.

A instabilidade nas relações entre Judiciário e mídia apresenta-se, por vezes, contraditória, pois ainda que não haja compatibilidade entre as linguagens desses dois atores sociais, ambos trazem a mesma fundamentação para legitimar seus discursos, que é “trabalhar no interesse da democracia, em nome dos interesses dos cidadãos, e da realização de seus direitos” (Id., p. 27). A dinâmica social em que ocorre a interação entre Judiciário e mídia é complexa, e sua apreensão corre o risco de ser condicionada pela argumentação “do senso

comum conduzido pelas categorias midiáticas” (Id., p. 29), pelas representações sociais construídas.

Como refere Eisenberg (2007, p. 2), “as dissonâncias e ambiguidades que hoje emanam das vozes do Judiciário e da mídia são um reflexo inequívoco da distância dos olhares dessas duas instituições perante nossa realidade social.” Os pontos de atrito iniciam já na percepção dos fatos: para o Judiciário, há um caso, para a mídia, uma história, ainda que ambos demandem postura investigativa.

Eventos midiáticos resultam da apreensão da realidade pelas instituições do mundo da opinião que controlam a informação circulante. Fatos jurídicos provêm da apreensão e classificação da realidade pelas instituições do direito. Fatos jurídicos e acontecimentos noticiosos surgem, respectivamente, quando fatos sociais são reescritos pelas normas legais e pelas normas dos manuais de redação. Ao se encontrarem diante de um mesmo fato social, esses dois universos de tradução podem produzir resultados dissonantes, pois enquanto no universo midiático existe a tendência da “espetacularização da narrativa que a torna sedutora ao público” (id. ibid. p. 2), no jurídico, as peculiaridades de um caso podem exigir que ele seja mantido no chamado segredo de justiça, não podendo ser objeto de narrativa jornalística, o que induz ao conflito.

Eisenberg (Id., p. 3) chama de “quase casos-jurídicos” a consequência dos “céleres processos de digestão das informações jornalísticas” em confronto com a necessária execução do processamento institucional, que contém “ritos e procedimentos que jornalistas podem ignorar, mas não juízes”. Esses quase-casos jurídicos tornam difícil a convivência entre a mídia e o Judiciário, pois os juízes podem se deparar com casos que possuem como um de seus elementos constitutivos a cobertura ostensiva por parte da mídia, que “já os julgou em seus tribunais sociais autoconstituídos no seio de sua audiência”.

O Brasil, inserido num cenário de desigualdade social aliado a uma experiência democrática recente, se vê colocado numa situação paradoxal. De um lado a Constituição garante direitos individuais e coletivos, de outro o poder público, omissos em muitas áreas, mantém práticas arraigadas. Isso esvazia o poder constitucional e acaba por atingir a imagem do poder Judiciário, levando ao que a mídia expõe, reiteradamente, como a crise desse poder.

Os veículos midiáticos posicionam-se a respeito da atuação de integrantes dos poderes de Estado. Com efeito, na última década, a mídia divulgou diversos escândalos de corrupção envolvendo integrantes dos três poderes, o que abalou a credibilidade dessas instituições.

Na próxima seção, apresentamos duas pesquisas de opinião sobre o poder Judiciário, distinguindo entre representação social e opinião pública.

4.5 Pesquisas de opinião sobre o Judiciário

Partimos de duas pesquisas de opinião para chegar às representações de credibilidade. É necessário salientar que o conceito de opinião pública se distingue do conceito de representações. Ao organizar seu artigo, Guareschi (2008, p. 193-194) traz a definição de opinião pública, de acordo com Allport:

[Para Allport], o termo opinião pública recebe seu significado a partir de uma situação multiindividual, em que os indivíduos se expressam, ou são chamados a se expressar, a favor ou contra (apoiando ou opondo-se) alguma condição específica, alguma pessoa ou proposta de importância geral, em tal proporção de números, intensidade e constância, que isso dê origem à probabilidade de afetar, direta ou indiretamente, a ação em direção ao objeto referido.

Guareschi também informa que, para Blumer, o problema das pesquisas de opinião pública é que seus procedimentos pressupõem uma sociedade que não passa de um agregado de pessoas dispersas. Além disso, não vê *como se forma* a opinião pública. Já as representações sociais, ao contrário da opinião pública, têm de levar em consideração as dimensões de construção e mudança.

Ao defender a posição radical de que a opinião pública não existe, Bourdieu (1972) salienta que um dos efeitos mais perniciosos da pesquisa de opinião consiste “em colocar pessoas respondendo perguntas que elas não se perguntam” (p. 4). As problemáticas fabricadas pelos institutos de pesquisa estão subordinadas a interesses políticos, e isso dirige o significado das respostas e a publicação dos resultados. Assim, o efeito fundamental da pesquisa é constituir a

ideia de que existe uma opinião pública unânime e legitimar uma política e reforçar as relações de poder que a fundamentam (p. 3).

Sem entrar no mérito se existe ou não opinião pública, trazemos aqui o resultado de duas pesquisas relacionadas ao nosso tema. A primeira pesquisa que apresentamos foi desenvolvida pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pelo Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe) e teve como foco as relações entre o Judiciário e a sociedade. A opinião pública foi sondada no período de 9 a 11 de fevereiro de 2009 e a pesquisa trabalhou com amostra nacional aleatória, composta de 1.200 entrevistas, considerada representativa da população adulta brasileira, com acesso à rede telefônica de todas as regiões do país.

Os resultados, comentados por Falcão (2009), indicam que as relações entre os brasileiros e o Judiciário, de maneira geral, mudaram muito nos últimos cinco anos. No que diz respeito à confiança nas instituições, os resultados demonstram que a população tem mais confiança nos juízes do que no poder Judiciário, mas, apesar dessa dualidade, 80% dos brasileiros ainda acreditam que vale a pena procurar o Judiciário para buscar solução de problemas diversos. A Justiça é vista como lenta por 88% dos entrevistados, e seus custos são considerados altos por 78% deles.

Segundo o autor, a dualidade – confiança nos juízes e crítica à instituição – é compreensível pela constatação de que o Judiciário é, sobretudo, lento. Em relação à honestidade, há um empate técnico, pois 39% acham que o Judiciário é honesto, enquanto 37% o consideram corrupto. Sobre a independência desse poder, 28% dos entrevistados o consideram independente, ao passo que 63% entendem que o Judiciário se deixa influenciar por empresários, por políticos e pela mídia.

Os resultados da pesquisa podem surpreender: como é possível concluir que há “confiança nos juízes” se 63% das pessoas consideram o Judiciário passível de ser influenciado por grupos sociais poderosos?

Os resultados da segunda pesquisa que selecionamos foram noticiados pela *Folha Online* em 10/11/2003. Tendo como título “Congresso e Judiciário são instituições menos confiáveis, diz pesquisa”, os detalhes se desdobraram nos diferentes parágrafos do texto. A pesquisa foi realizada pela Toledo & Associados

a pedido da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e incluiu 1.700 pessoas das classes A, B, C e D em 16 capitais das cinco regiões do país entre os dias 10 e 26 de setembro de 2003. Os entrevistados responderam questões sobre a imagem do Poder Judiciário, incluindo os advogados, o Ministério Público e os juízes. De acordo com a sondagem, apenas 12% das pessoas disseram confiar totalmente no Judiciário.

As denúncias de corrupção, de lavagem de dinheiro e de tráfico de drogas são os principais motivos que os entrevistados alegaram para desconfiar da Justiça. Das pessoas ouvidas pela pesquisa, 86% dizem que a reforma do Judiciário deve ser aprovada com urgência e 79% disseram que a reforma da Previdência, agora em tramitação no Senado, não deve manter os privilégios dos juízes.

É interessante destacar que 50% dos entrevistados não souberam dizer a diferença entre as funções dos advogados e dos promotores públicos. Outros 57% não souberam distinguir os trabalhos do promotor e do juiz.

A declaração de Francisco Toledo, diretor da Toledo & Associados, instituto que realizou o estudo para a OAB, na abertura da reunião do conselho federal da ordem, é também interessante: "Se a pesquisa fosse realizada nas últimas duas semanas teríamos um resultado muito agravado a respeito do Judiciário".

Diz ainda a pesquisa, de acordo com a *Folha Online* de 10/11/2003, que a Presidência da República, a Igreja e a imprensa estão entre as instituições de maior confiança. Em nossos comentários, procuramos jogar com as mútuas representações entre essas três instituições e o Judiciário.

As representações sobre pesquisa de opinião pública encaminharam a observação da representação da credibilidade do Judiciário. Aqui não separamos, como a pesquisa de 2009 relatou, a credibilidade na instituição da credibilidade nos juízes. Pesquisamos as qualidades, as características atribuídas a juízes e Judiciário, conforme elas apareceram na mídia, através da *Folha Online*.

4.6 A representação da credibilidade do Judiciário

Questões envolvendo a credibilidade do Judiciário estiveram presentes durante todo o ano de 2003. Através dos episódios da reforma da Previdência e das declarações do presidente Lula sobre as prerrogativas do Judiciário, foi possível acompanhar quais as representações tradicionais associadas ao Judiciário e quais as possíveis alterações dessas representações.

De início, é necessário comentar que a questão da credibilidade não faz parte das preocupações do presidente Lula. Na abertura do Encontro Nacional de Vereadores e Deputados Estaduais do PT, em 27/06/03, em Brasília, o chefe do Executivo declarou:

Vocês estão lembrados de que, em dezembro, este país não tinha um dólar de crédito internacional para financiar nossas exportações? Pois bem, em seis meses nós conquistamos uma credibilidade que, possivelmente, na história do Brasil, nenhum Governo teve, em seis meses (KAMEL, 2009, p. 204)

Por sua vez, uma declaração do ministro do STF (60) situa a questão das mudanças na representação da credibilidade do Judiciário:

60	(...) o presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Sepúlveda Pertence, disse em discurso anteontem em Brasília que a crise de credibilidade do Judiciário alcançou dimensões inéditas nos últimos anos. (FOL, 18/08/2003 - 08h14)
----	--

Se existe um estado de desequilíbrio em relação à representação do Judiciário, já houve um estado de equilíbrio, um estado em que o Judiciário foi considerado uma instituição confiável. E podemos recuperar os atributos associados à confiabilidade em discursos que retratam a crise.

Mesmo desconhecendo a Lei Orgânica da Magistratura (1976), que, em seu Art. 35, lista, entre os deveres do magistrado, “cumprir e fazer cumprir, com independência, serenidade e exatidão, as disposições legais e os atos de ofício” e “manter conduta irrepreensível na vida pública e particular”, o leitor comum se dá conta de que a representação negativa do Judiciário é uma ruptura no modelo tradicional.

No mês de janeiro, já começaram a circular notícias a respeito da reforma na Previdência, considerada uma das prioridades do governo Lula. O esboço da reforma foi apresentado pelo ministro Ricardo Berzoini. O plano previa criar um

regime único de Previdência, com regras iguais para trabalhadores da iniciativa privada (pelo INSS) e funcionários públicos, incluindo militares e juizes. Mas o projeto desagradou tanto os militares quanto os juizes, que não concordaram com um sistema único de aposentadoria.

Três dias após noticiar a proposta de reforma da Previdência, a *Folha Online* informou que o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, teve de recuar no propósito de incluir os militares no regime único de aposentadoria. Sua justificativa foi a seguinte: “A previdência dos militares é um assunto do governo e não do ministério. A reforma atingirá todos os trabalhadores civis, e os militares não são civis” (FOL, 14/01/2003).

O procedimento de identificação utilizado pelo ministro para a exclusão dos militares da reforma foi aproveitado, em causa própria, pelo presidente da Ajufe (Associação dos Juizes Federais), Paulo Sérgio Domingues. No dia 14/01/2003, lia-se na *Folha Online*:

61	O presidente da Ajufe disse que a mesma explicação que se dá para excluir os militares da reforma pode ser aplicada para os juizes. "Militar não é civil. E juiz não é servidor. Juiz é uma carreira do Poder Judiciário, da mesma forma que deputado é do Legislativo. Os servidores são funcionários do Poder Executivo." (FOL, 14/01/2003 - 18h06)
----	---

A necessidade de um tratamento isonômico entre os dois grupos foi apresentada como relato em (61). Segue-se uma citação com o objetivo de deixar clara a diferença entre as carreiras dos três poderes. Partindo da voz do ministro Berzoini, “Militar não é civil”, o presidente da Ajufe estabelece as seguintes correlações: juiz está para o Judiciário, assim como deputado está para o Legislativo e servidor para o Executivo. Então, “juiz não é servidor”. E, de acordo com o secretário-geral da Ajufe, não pode ser colocado numa vala comum.

No dia seguinte, o título de uma das notícias da *Folha Online* (62) estampava:

62	Associação diz que juizes têm carreira mais especial que militares (FOL, 15/01/2003 - 18h30)
----	--

O final do lide (63) trazia uma citação de Cláudio Baldino Maciel, presidente da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), que motivou esse título:

63	"Se a especificidade da carreira é motivo para que os militares tenham um regime diferenciado, os juízes, mais do ninguém, têm direito a uma aposentadoria especial." (FOL, 15/01/2003 - 18h30)
----	--

No desenrolar da notícia, o jornalista pinçou outra declaração do presidente da AMB:

64	"Por lei, os juízes sofrem uma série de restrições a que os demais trabalhadores não estão sujeitos." (FOL, 15/01/2003 - 18h30)
----	--

As restrições, de acordo com Maciel, se devem à proibição de participar de sociedades comerciais e de trabalhar em outra função que não seja lecionar.

O presidente da AMB também insistiu na questão da distinção dos poderes:

65	"A reforma da Previdência deve ser aplicada aos servidores do Executivo. Os militares estão subordinados ao Executivo. O chefe máximo das Forças Armadas é o presidente da República. Os juízes fazem parte do Poder Judiciário, são autônomos em relação ao Executivo." (FOL, 15/01/2003 - 18h30)
----	---

Com essas declarações, os juízes promovem uma espécie de separação dos grupos sociais em nichos, mostrando que ocupam uma posição diferenciada dos demais atores que são afetados pelas reformas.

Em 11/01/2003, o primeiro parágrafo do corpo de uma notícia (66) lança uma possível consequência da aceitação do sistema único de aposentadoria:

66	Para o secretário-geral da Ajufe (Associação dos Juízes Federais) do Brasil, Jorge Maurique, a mudança proposta irá favorecer a corrupção no Judiciário. (FOL, 11/01/2003)
----	---

Em (66) a reforma, segundo o secretário-geral da Ajufe, se implementada, seria uma possível causa da representação de juiz corrupto. No parágrafo seguinte (67), a declaração do mesmo secretário-geral sustenta e exemplifica a representação negativa:

67	"Se eu sou juiz e hoje ganho R\$ 8.000, amanhã me aposento e passo a ganhar R\$ 1.200, por exemplo. Qual é a garantia que o Judiciário tem de que serei imparcial? Ou de que não vou eventualmente me envolver com corrupção e beneficiar quem tem poder econômico, para levar alguma vantagem porque amanhã eu estarei na vala comum?", disse. (FOL,11/01/2003)
----	---

Em (67), o raciocínio condicional é utilizado para destacar a significativa perda salarial que os juízes terão com a aposentadoria. As perguntas retóricas que se seguem constituem uma forma de ameaça, ao proporem que um juiz não pode continuar imparcial e incorruptível se o projeto governamental for instituído. O uso de meios ilegais para garantir o futuro constitui a possível consequência do que foi declarado no núcleo.

A escolha do enunciado do secretário-geral da Ajufe “amanhã eu estarei na vala comum” em lugar de “amanhã farei parte de um sistema único de aposentadoria” já encaminha para a demanda de um sistema diferenciado, com direito a sepultura individual. Das valas comuns fazem parte somente cadáveres de origem desconhecida, não reclamados por algum parente, enterrados sem qualquer cerimônia.

Outras declarações contundentes contra a reforma, como (68), fizeram parte da *Folha Online*:

68	O presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Gudesteu Biber Sampaio, ao falar sobre a reforma da Previdência, disse que se os juízes tiverem que pedir esmola, ele será um juiz corrupto. E se os seus filhos tiverem que ser julgados por um juiz com salário de R\$ 2.400, prefere mudar de país. (FOL, 05/08/2003 - 22h46)
----	---

Considerações do presidente da AMB, Cláudio Baldino Maciel, encaminham-se igualmente para mostrar que, se a reforma for implementada, traços tradicionalmente associados à representação do Judiciário serão afetados.

Os traços, distribuídos em parágrafos distintos, no corpo da notícia, são os seguintes:

- Autonomia

69	Para Maciel, a possibilidade de reduzir o teto dos magistrados a R\$ 2.400 vai acabar com a autonomia do Poder Judiciário. (FOL,16/04/2003 - 20h52)
----	--

- Alta qualificação profissional

70	"O magistrado é um servidor altamente qualificado e que precisa de um elevado nível técnico de conhecimento. Acabar com sua aposentadoria integral vai alterar o futuro da magistratura." (FOL,16/04/2003 - 20h52)
----	---

Agora, de acordo com o presidente da AMB, o processo relacional "ser" identifica o magistrado como servidor; altamente qualificado, mas servidor.

- Independência

71	Segundo ele, além da possibilidade do Judiciário ser "influenciado" por políticos ou integrantes do crime organizado, a redução de sua aposentadoria diminuirá a capacitação dos juízes. (...) O presidente da AMB disse que o governo não pode "fragilizar" a magistratura neste atual momento de crise social, em que é preciso "blindar" a categoria de qualquer influência em suas decisões. (FOL,16/04/2003 - 20h52)
----	---

A representação que o presidente da AMB faz dos políticos não é muito positiva, pois, juntamente com integrantes do crime organizado, podem influenciar negativamente as decisões judiciais.

- Superioridade intelectual

72	"O governo precisa levar em conta nesta reforma que tipo de magistratura ele quer para o país. Um teto baixo fará com que os melhores profissionais deixem a magistratura. Será que vale a pena ter magistrados medíocres, medianos?", afirmou Maciel. (FOL,16/04/2003 - 20h52)
----	--

Maciel acrescentou, às características tradicionais da representação social do juiz, uma que deveria ser o futuro de qualquer mortal:

73	"O magistrado precisa de um mínimo de tranquilidade na aposentadoria. Ele [juiz] não pode exercer nenhuma outra função remunerada pela lei. No máximo, pode dar aulas", afirmou Maciel. (FOL, 16/04/2003 - 20h52)
----	--

Uma das instituições de maior credibilidade, a Presidência, de acordo com a pesquisa de 2003, em um discurso feito na maior parte de improviso, no dia 22/04/2003, em Vitória (ES), resolveu entrar em conflito aberto com o Judiciário. Apareceu na *Folha Online* o resumo da polêmica declaração do presidente:

74	"É por isso [porque a Justiça seria classista] que defendo o controle externo do Judiciário. Não é meter a mão na decisão do juiz, mas é ter acesso à caixa-preta das decisões", afirmou. (FOL, 22/04/2003 - 12h55)
----	--

Abrindo um parêntese, os discursos de improviso são uma tentação para o presidente. Em 27/07/05, em ato político de celebração dos 15 anos do Foro de São Paulo, Lula confessou:

Como sempre, eu tenho um discurso por escrito, como manda o bom protocolo da Presidência da República, mas, como sempre, também, eu tenho uma vontade maluca de fazer o meu improviso (KAMEL, 2009, p. 259).

Mas o improviso do presidente sobre a abertura da caixa-preta do Judiciário não ficou impune. Em 02/05/2003, a *Folha Online* noticiou que o presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, juiz Roberto Portugal Bacellar, ingressou com uma interpelação judicial no Supremo Tribunal Federal (STF), para que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva explicasse as críticas feitas ao Judiciário em Vitória.

Bacellar transcreveu, na ação, trechos de citações do presidente Lula sobre o Poder Judiciário:

- "A Justiça não age, enquanto Justiça, no cumprimento da Constituição, que diz que todos são iguais perante a lei. Muitas vezes, uns são mais iguais do que outros, e é o que eu chamo de "Justiça classista";
- "Neste país quem tiver 30 contos de réis não vai para a cadeia (...)"
- "É preciso saber como funciona a caixa-preta desse Poder que se considera intocável (...)"
- "Hoje, o crime organizado é uma indústria que tem seu braço político na polícia, no Judiciário".

A conclusão da notícia de 02/05/2003 (75) explicitou a apreciação feita pelos juízes sobre o discurso presidencial e retomou as qualificações tradicionais atribuídas aos juízes:

75	De acordo com os juízes, "o improvisado, disparatado, obscuro, ofensivo, genérico e dúbio" pronunciamento afrontou todos os integrantes do poder Judiciário, "atingindo-os naquilo que têm de mais precioso: a honestidade, a probidade, a imparcialidade e correção de seus julgados". (FOL, 02/05/2003 - 13h23)
----	--

Ao defender-se das acusações, Lula lançou mão do argumento do senso comum. Ora, se todos pensam, então eu também penso:

76	Ao dar explicações ao STF sobre aquela declaração, em resposta a uma interpelação judicial de juízes do Paraná, Lula disse que expressou um pensamento comum na sociedade. (FOL, 16/06/2003 - 06h15)
----	---

O presidente também enquadrou os juízes na categoria de "engavetadores":

77	O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Marco Aurélio de Mello, disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva usou "uma frase de absoluta infelicidade" quando disse que o Judiciário "engaveta" processos contra agentes públicos acusados de desvios de recursos do erário. (FOL, 13/05/2003 – 06h16)
----	--

O período de conflito entre o governo e o Judiciário podia ser acompanhado por aquele leitor que só se interessa pelos títulos das notícias. Em seu sentido mais básico, "atacar" classifica-se como processos materiais

transformativos de contato: X usa de agressão física contra Y; Num contexto de disputa política, “atacar” transforma-se em processo verbal. Há também, processos verbais específicos que são usados para atingir um determinado Alvo, como “insultar”, “culpar”, “criticar”, “repreender”, “ameaçar”.

Formamos o Quadro 16 com títulos que expressam essas disputas entre forças opostas:

(FOL, 02/07/03)	1. Gushiken ataca Justiça por impedir campanha
(FOL, 22/04/03)	2. Lula critica elite, desintegração das polícias e defende controle do Judiciário
(FOL, 21/07/03)	3. Pimentel critica Judiciário por não ter se insurgido contra ditadura militar
(FOL, 05/12/03)	4. Presidente do STF reclama de orçamento "minguado"
(FOL, 22/10/03)	5. Ciro faz ataque à imprensa e defende juízes
(FOL, 08/12/03)	6. Associação de promotores faz crítica a Dirceu
(FOL, 09/11/03)	7. Juízes fazem queixas em despachos
(FOL, 09/11/03)	8. Corregedorias são criticadas até por juízes

Quadro 16: Títulos com processos relacionados a conflito

Nos casos 5, 6 e 7, ocorre o que Neves (2000, p. 53) denominou de verbo-suporte. Verbos-suporte são verbos de significado bastante esvaziado (por ex., “fazer”) que formam, com seu complemento, um significado global, geralmente correspondente a outro verbo da língua. É o caso de “fazer ataque” (=atacar), “fazer crítica” (=criticar), “fazer queixa” (=queixar-se). Em termos funcionais, o complemento do verbo-suporte é chamado de Escopo. O Escopo, então, pode ser um participante que constrói o próprio processo. A construção de verbo-suporte + Escopo, no caso em análise, é uma escolha possível para destacar os substantivos que integram o campo semântico do conflito.

A formulação do último título (*Corregedorias são criticadas até por juízes*) está em desacordo com a seguinte norma de redação da notícia: “Use verbos na voz ativa”. Mas, no caso, o agente da passiva está explícito – os juízes. A força polêmica da oração está no uso do marcador “até”: a briga é tão grande, que inclusive os membros de uma mesma facção estão lutando.

As lutas, de repente, incluíram um novo participante: a Igreja. Um representante da Igreja (a outra instituição de maior confiabilidade, de acordo com pesquisa) manifestou-se contra posições defendidas pelos juízes. Assim (78) a *Folha Online* apresentou a disputa:

78	O arcebispo de Porto Alegre, dom Dadeus Grings, tido como um dos principais representantes do conservadorismo na Igreja Católica brasileira, defendeu ontem as reformas que estão sendo implementadas pelo governo petista do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e criticou quem resiste a elas. (FOL, 01/09/2003 - 20h30)
----	---

É de responsabilidade do jornalista a representação do arcebispo como “um dos principais representantes do conservadorismo na Igreja Católica brasileira”. Qualificações à parte, a Igreja ficou aqui ao lado da Presidência, a outra das instituições de maior confiabilidade, de acordo com pesquisa.

O jornalista responsável pela notícia mencionou uma cartilha da Igreja (sem maiores detalhes) que traz, na página 35, uma forte crítica ao Judiciário. O terceiro parágrafo do corpo da notícia (79) resume as conclusões da cartilha:

79	"(...) O Judiciário (...) peca por falta de humildade, ao não reconhecer que também ele está cercado de fragilidade. Diz-se, a boca pequena, que o juiz, ao assumir o cargo, tem consciência de ser o próprio Deus. Ninguém pode interferir no seu campo de ação. Julga que basta para corrigir eventuais erros o apelo à instância superior, onde outro juiz, colega de profissão, julgará novamente a questão. E o ciclo se fecha sobre o próprio Judiciário, o que não acontece com os demais setores da democracia, onde ocorrem não só eleições periódicas, como também controles extrínsecos à categoria." (FOL, 01/09/2003 - 20h30)
----	---

Em (79) a representação “juiz=Deus” é atribuída a uma voz de consenso dissimulada (“diz-se, a boca pequena”), em tom de zombaria. Os procedimentos judiciais, ao se completarem dentro da própria instituição, colocam-se em patamar diferente das atividades dos demais grupos sociais. A crítica ao Judiciário como poder antidemocrático se materializa pela menção às eleições periódicas e os controles externos que constituem a democracia. Mais uma vez, o representante da igreja coloca-se ao lado do Executivo na defesa do controle externo do Judiciário.

O argumento “se ganhar pouco, torno-me corrupto” encontrou resistência por parte do Arcebispo. Em (80), ao criticar o Judiciário, estabelece uma categoria de oposição “Eles X Nós”, ao colocar os juízes em contraste com os demais funcionários:

80	"É inexplicável a greve [que esteve por ocorrer] dos juízes. A expressão que usaram foi muito desairosa, que têm de ganhar muito para não se corromper. Isso quer dizer que nossos funcionários que ganham pouco devem se corromper? Foram muito
----	--

infelizes ao usar esse argumento", disse ele. (FOL, 01/09/2003 – 20h30)
--

Declarações do presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Sepúlveda Pertence (81), expressam a representação da “Justiça decepcionada”, materializada na Figura 18:

81	Para o ministro, a maioria da magistratura é honrada. Porém, as generalizações sobre o sistema dificultam a vida do juiz. "É amargo ser juiz honrado no Brasil de hoje", disse. De acordo com o ministro, a contrariedade de uns e a leviandade de outros também são fatores que alimentam a crise do Judiciário. "Sinceramente já não sei se minha geração ainda verá recuperar-se a Justiça dos traumas que, continuamente, tem sofrido", afirmou Sepúlveda (FOL, 18/08/2003 – 08h14)
----	--



Figura 18: Justiça decepcionada (aldoadv.wordpress.com)

A questão da honestidade é algo que não perturba o presidente Lula. Em entrevista ao Canal France 24, na Bélgica, em 05/07/07, disse, em alto e bom som:

Todo mundo tem obrigação de ser honesto. Isso eu herdei da minha mãe e os brasileiros sabem disso, mesmo os adversários mais tenazes sabem. Eles podem acusar qualquer pessoa no Brasil, isso pode chegar até na porta da minha casa, mas eles sabem que não vão me acusar de corrupção porque sabem que eu sou honesto. (KAMEL, 2009, p. 201)

A questão do subteto foi igualmente um ponto de conflito entre o Judiciário e o Executivo. Em 17 de julho, 27 desembargadores reuniram-se com o presidente do STF, Maurício Correa, sobre o relatório apresentado na Câmara, no mesmo dia. Nele, ficava mantido o subteto de 75% para o salário de desembargadores em relação ao salário dos ministros do Supremo. Correa manifestou-se contrário ao subteto, dizendo ser inaceitável que os desembargadores dos tribunais estaduais ganhem menos que um juiz substituto da Justiça Federal.

A Ajufe, com o presidente Grijalbo Coutinho, também se reuniu com o presidente do STF. Depois da reunião, disse acreditar que haveria mudanças na proposta da reforma da Previdência em andamento na Câmara dos Deputados, pois o relatório era um primeiro documento. Reforçando a estratégia do presidente do STF, Coutinho tem certeza de que o texto será modificado, pois “não me parece que seja um hábito político de não cumprir acordos firmados”, declarou.

Coutinho expressa confiança no cumprimento de acordos de forma diferente das escolhas linguísticas do presidente, que assim se manifestou em Brasília, em 11/03/04, em Reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social:

O que estamos fazendo? Na verdade, estamos colocando aquilo que antigamente se fazia: o fio do bigode. Nós estamos apostando na credibilidade, estamos apostando na seriedade para não fazer nenhuma coisa apressada (KAMEL, 2009, p. 204-205)

Durante a crise Presidência x Judiciário, também circularam, na mídia, representações do governo pelo Judiciário, o que se pode observar em (82):

82	Segundo ele [o presidente da Anamatra – Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Grijalbo Fernandes Coutinho], o governo consegue reunir o pior da esquerda – o totalitarismo de algumas correntes stalinistas – e o pior da direita – a política neoliberal. Para Coutinho, o governo "aposta na fragilidade do Judiciário, para que nenhum controle seja permitido sobre seus atos políticos". (FOL, 09/08/2003 - 04h39)
----	---

O próprio presidente não se representa dessa forma, não se vê como uma colagem proveniente de fontes antagônicas. Sem levar em consideração a avaliação expressa em (82), em entrevista coletiva a emissoras de rádio, em Brasília, em 02/10/2003, o presidente declarou:

Eu confesso que não gosto de rótulo. Eu acho que os mais velhos aqui se lembram que a primeira entrevista que eu dei, ainda no tempo da TV Tupi, tinha o Mesquita que me perguntou: Você é comunista? Eu falei: Não, sou torneiro mecânico. Porque eu acho que o rótulo não ajuda. Eu prefiro ser o Lula, torneiro mecânico, pernambucano de Garanhuns, que chegou à Presidência da República (KAMEL, 2009, p. 187).

No dia 10/07/2003, a novela da reforma da Previdência encaminhou-se para um final feliz – para os juízes, é claro. O lide de uma das notícias da *Folha Online* (83) informava:

83	Depois da pressão do Judiciário para as recentes alterações na proposta de reforma previdenciária, o presidente do STJ (Supremo Tribunal de Justiça), Nilson Naves, disse hoje estar satisfeito com a manutenção da integralidade das aposentadorias – continuar ganhando o mesmo salário da ativa – e da paridade nos reajustes – o índice de aumento dos servidores será o mesmo para ativos e inativos. (FOL, 10/07/2003 - 12h12)
----	---

E, no final do ano, tudo aparentava voltar à normalidade:

84	O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Maurício Corrêa, afirmou hoje que sua relação com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva passou por alguns "estremecimentos", mas "tende a entrar no eixo normal de respeito como instituição". (FOL, 08/12/2003 - 11h23)
----	--

Tendo em vista as categorias de representação discutidas por Guareschi (2008), podemos observar que, nos textos relativos à reforma da Previdência e à abertura da caixa-preta, está ocorrendo o processo de ancoragem das representações do mercado e da reciprocidade às representações da credibilidade. As leis que determinam o mercado vão determinar também as relações com o Judiciário. Os leitores são levados a acreditar que o dinheiro é indispensável para alcançar as virtudes dos juízes. Estabelece-se uma relação de reciprocidade entre governo e juízes: “É dando (dinheiro) que você vai receber (serviço eficiente)”.

E quanto à confiabilidade da terceira instituição, a imprensa, responsável pela circulação das múltiplas representações no meio social? Os entrevistados colocaram a imprensa junto à Presidência e à Igreja no panteão da credibilidade. Mas essa opinião não é compartilhada por todos.

O então ministro Ciro Gomes (Integração Nacional), durante palestra, em Brasília, a juízes e servidores da Justiça Federal disse: "A média da grande imprensa brasileira é inconfiável, [está] a serviço dos interesses mais subalternos que exploram a sociedade brasileira". Ciro disse também que a "grande imprensa paulista" é "paroquial, provinciana, desequilibrada e mentirosa" (FOL, 22/10/2003 - 09h25).

Já o presidente Lula concluiu, no Rio de Janeiro, em 23/03/04, na entrega do prêmio Faz Diferença, do jornal *O Globo*, o seguinte:

Nós não teríamos chegado aonde chegamos se não tivéssemos tido a compreensão e, ao mesmo tempo, a incompreensão da imprensa. Porque eu digo sempre que para o bem ou para o mal a imprensa é muito importante para garantir o processo democrático de uma nação (KAMEL, 2009, p. 368).

Os conflitos das grandes corporações de comunicação de massa com Lula começaram bem antes de sua primeira eleição para presidente. Atribui-se à mídia sua derrota para Collor e FHC, mas, desde então, ele não mais pareceu acuado.

Duros embates ocorreram entre o presidente da República e a mídia, desde o início de seu primeiro mandato. No contexto conflitivo Lula *versus* mídia, houve exageros de ambas as partes. As posturas tanto do presidente como da mídia massiva construíram, ancoraram ou (re)significaram diferentes representações.

Sua primeira eleição esmagou uma campanha massiva da mídia corporativa, que o representava como uma ameaça ao *establishment*. O presidente se enquadrou e tranquilizou o mercado, mas bateu de frente com o Judiciário, confronto que mereceu extensa cobertura dos grandes veículos de comunicação.

Com o que a mídia nomeou de "escândalo do mensalão", parecia a hora da *vendetta* por parte da grande imprensa. O governo Lula até cambaleou, mas,

apesar de alguns nomes muito próximos do presidente terem sido afastados do poder, Lula saiu tão fortalecido que se reelegeu.

Enquanto os veículos de comunicação preocupavam-se em representá-lo como inadequado à representação de um estadista, dando destaque ao Lula monoglota, inculto, populista, beberrão, as pesquisas de diferentes institutos o consagravam.

Numa sociedade extremamente midiaticizada como a atual, não há como negar que há um cálculo político, tanto por parte das grandes corporações da comunicação como por parte do governo.

Conferir um tratamento isonômico ao mundo político e ao mundo jurídico é criar representações sobre sua credibilidade que podem anular qualquer possibilidade de confiança no poder Judiciário, indispensável para a manutenção do Estado Democrático de Direito.

CONCLUSÃO

Para alguém que pode ser rotulada como estudante proveniente “de fora da área” dos estudos linguísticos, o maior desafio foi apresentar um trabalho que tivesse uma preocupação teórica suficiente, sem problematização excessiva dos conceitos principais, para poder analisar o funcionamento de textos que fazem parte de nossa cultura.

Esse desafio estava associado à elaboração de um trabalho que fosse significativo tanto para a linha de pesquisa Linguagem no Contexto Social como para o Projeto *Systemics Across Languages* (SAL). Unindo as duas abordagens, a pesquisa teria de explorar a interdependência entre texto e contexto sob a ótica da linguística sistêmico-funcional. Especificamente de acordo com o primeiro estágio do projeto SAL, deveria analisar, num *corpus* determinado, a contribuição dos processos verbais na organização do texto.

Tarefa difícil? Conseguiria – um ser de “fora da área” – realizar isso? Consultei minha memória afetiva e recordei uma fala de Lula, que poderia caber nesse trabalho. Ao retomar essa passagem, percebi que o presidente, à época, estava com a minha idade atual (a mesma da professora Nina), o que nos faz jovens e contemporâneas em marcantes períodos da história do país. Mas, apesar de meus hilariantes esforços, desde o início dos créditos e durante toda a orientação, não consegui fazê-la “abrir a guarda” em relação ao “teu presidente”, como ela se referia a Lula durante suas inesquecíveis aulas de gramática sistêmico-funcional.

Em 04/09/07, em Petrolina, na Inauguração da Escola Técnica do SENAI Lula, escancarou o coração para os jovens:

Vocês tiveram uma oportunidade, pelo amor de Deus, não a larguem, porque um jovem de 20 anos não tem o direito de dizer que está com dificuldade. Quando a pessoa está com 60, como eu, 62, qualquer dificuldade a gente já pensa que está na hora da morte, mas vocês estão no começo da vida. Cada vez que baixar o astral de vocês, levantem a cabeça. Levantem a cabeça porque vocês têm pela frente mais de 2/3 da vida que vocês vão viver, portanto, vocês precisam construir este país melhor do que nós construímos (KAMEL, 2009, p. 242).

E levantamos a cabeça e nos voltamos para o ano de 2003. Logo após a posse de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente da República, a mídia noticiava fartamente que os magistrados brasileiros demonstraram contundente rejeição por terem sido colocados, no projeto de reforma da Previdência, em condição de igualdade com outras categorias. Essa condição redundaria em drástica redução do valor de suas aposentadorias, e, segundo o argumento muito utilizado, na época, afetaria a independência da categoria, indispensável à função judicante.

Em abril de 2003, provocou forte reação na magistratura a manifestação do presidente Lula sobre a necessidade de o Judiciário abrir sua “caixa-preta”, referindo-se, em discurso de improviso, à corrupção, parcialidade e privilégios existentes nesse poder. As declarações redundaram no ajuizamento, no Supremo Tribunal Federal (STF), pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), de interpelação ao presidente da República para explicar as críticas feitas ao Judiciário.

A beligerância entre o Executivo e o Judiciário, desde o primeiro ano do primeiro mandato de Lula, foi transformada em acontecimento midiático. Estava escolhido o *corpus* da pesquisa.

Desde o início do doutorado, foi impactante a concepção de dialogismo de Bakhtin, que a construção feita por Bezerra (2005), já referida, bem esclarece: o dialogismo é “um procedimento que constrói a imagem do homem num processo de comunicação interativa, no qual eu me vejo e me reconheço através do outro, na imagem que o outro faz de mim”.

Nos textos dos episódios do ano de 2003, num processo de comunicação interativa, buscava as imagens construídas e reconstruídas do Judiciário, nas quais ele se veria e se reconheceria (ou não) através das múltiplas vozes que compõem a sociedade.

Começou a leitura do material teórico. É claro que possuímos uma série de conhecimentos que formamos ao longo da vida e, ao que já existe, ancoramos as novas informações. Com relação à notícia, trazíamos o seguinte modelo: texto predominantemente narrativo, com linguagem clara, precisa, objetiva capaz de responder às perguntas: O quê? Quem? Quando? Onde? Como? Por quê?.

Não é que esses elementos estivessem ausentes de nossos textos. Mas não era esse o seu objetivo, não era essa a função que eles desempenhavam na estruturação da sociedade. Nos nossos textos, as vozes comandavam, construíam e reconstruíam representações. Fomos, aos poucos, formulando e reformulando os construtos sobre o Judiciário que se refletiam no corpo social. As representações tinham o poder de orientar comportamentos e intervir na definição da identidade individual e coletiva. É o corpo social se edificando através da mídia.

Ao observarmos a estratégia do jornalista de atribuir as proposições a uma fonte externa, chamamos esse tipo de notícia de “notícia atributiva”. Na organização do texto, as vozes se cruzavam, se confrontavam. O texto era dialógico por excelência. Estavam representados o mundo, as experiências, os conhecimentos e as convicções individuais.

Pela linguística sistêmico-funcional conseguimos chegar às explicações sobre o funcionamento dos termos da oração, da articulação das orações, dos resultados de estratégias utilizadas para expandir ou limitar o diálogo entre os atores durante a encenação proporcionada pela linguagem.

Defendi uma tese? Acredito que sim:

“Existe um gênero, que podemos chamar de **notícia atributiva**, que é um meio adequado para analisar a formação e reformulação de diferentes representações sociais.”

Cumpri com minhas obrigações frente à linha de pesquisa e ao projeto SAL?

Posso afirmar com tranquilidade: “nunca antes neste País” uma doutoranda de fora da área se considerou tão realizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, F. L. & FERREIRA COSTA, V. Reforma do Estado e o contexto federativo brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.12: Fundação Konrad Adenauer, 1998.

ARBEX JR., J. **Showrnalismo**: a notícia como espetáculo. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, n. 117, p. 127-147, 2002.

AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas**: as não coincidências do dizer. Campinas: UNICAMP, 1998.

_____. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Caderno Estudos Lingüísticos**, Campinas, n. 19, p. 25-42, 1990.

BAHIA, J. **Jornal, história e técnica**: história da imprensa brasileira. São Paulo: Ática, 1999.

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoievski**. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 277-326.

BALDESSAR, M. J. Buscando uma linguagem para a cibernotícia: reconhecendo o leitor/usuário como fator decisivo para definições. **Prisma.com**, Porto, n. 6, p. 300-314, 2008.

BAZERMAN, C. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Gênero, agência e escrita**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Escrita, gênero e interação Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

BENITES, S. A. L. **Contando e fazendo a história: a citação no discurso jornalístico**. São Paulo: Artes & Ciência, 2002.

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 1985.

BEZERRA, P. Polifonia. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005, p.191-200.

BHATIA, V. K. **Analysing genre: language use in professional setting**. London: Longman, 1993.

_____. Genres in conflict. In: TROSBORG, A. (Ed.). **Analysing professional genres**. Amsterdam: John Benjamin Publishing, 2000. p. 147-161.

BONAVIDES, P. Jurisdição constitucional e legitimidade (algumas observações sobre o Brasil). **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 51, 2004.

BOURDIEU, P. **A opinião pública não existe**. (1972) Disponível em <[http://www.fesppr.br/~daiane/sociologia/Pierre Bourdieu](http://www.fesppr.br/~daiane/sociologia/Pierre%20Bourdieu)>. Acesso em 16 de outubro de 2010.

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRAGA, J. C. S. e PAULA, S. G. **Saúde e Previdência: estudos de política social**. São Paulo: HUCITEC , 1986.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

BRADSHAW, P. **A model for the 21th century newsroom: the news diamond**. Disponível em <<http://onlinejournalismblog.com/2007/09/17/a-model-for-the-21st-century-newsroom-pt1-the-news-diamond/>>. Acesso em 26 de novembro de 2010.

CALSAMIGLIA, H.; LÓPEZ FERRERO, C. Role and position of scientific voices: reported speech in the media. **Discourse Studies**, London, v. 5, n. 2, p.139-146, 2003.

CANAVILHAS, J. Webjornalismo: Da pirâmide invertida à pirâmide deitada. In: BARBOSA, S. **Jornalismo Digital de Terceira Geração**. Covilhã: Labcom UBI, 2007.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

CHAUI, M. **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

COELHO, V. S. A reforma da Previdência e o jogo político no interior do Executivo. **Novos Estudos**, São Paulo: CEBRAP, 1999.

COMPARATO, F. K. O poder Judiciário no regime democrático. **Estudos Avançados em Direito Constitucional**, São Paulo, 2004.

CUNHA, D.A.C. O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. **Gêneros textuais & ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 166-179.

DALLARI, D. de A. **O poder dos juízes**. São Paulo: Saraiva, 2002.

DINAMARCO, C. R. **A instrumentalidade do processo**. São Paulo: Malheiros, 1998.

EGGINS, S. **An introduction to systemic functional grammar**. London: Printer Publishers, 1994.

EISENBERG, J. Eventos midiáticos e fatos jurídicos. **Cadernos do Centro de Estudos Direito e Sociedade**, Rio de Janeiro, maio, 2007.

FACCHINI NETO, E. O judiciário no mundo contemporâneo. **Revista da Ajuris**, Porto Alegre, v. 34, p.138-164, 2007.

FALCÃO, J. O brasileiro e o judiciário. **Conjuntura Econômica**, v. 63, n.4, abr. 2009.

FARIA, M. A. Manchetes e títulos no jornalismo impresso brasileiro: o dito e o não-dito. In: AZEREDO, J. C. (Org.). **Letras e comunicação: uma parceria no ensino de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001, p. 196-212.

FARR, R. M. Representações Sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002.

FONTCUBERTA, M. **A notícia: pistas para compreender o mundo**. Lisboa: Editorial Notícias, 1999.

FRANCESCHINI, F. Notícia e reportagem: sutis diferenças. **Comum**. V.9, n.22, jan/jun. 2004, p. 144-155.

FRANCISCATTO, C. E. As novas configurações do jornalismo no suporte online. **Revista de economía política de las tecnologías de la información y comunicacion**. v. VI, n.3, set. 2004, p. 18-42.

FUZER, C. Linguagem e representação nos autos de um processo penal: como operadores do direito representam atores sociais em um sistema de gêneros. 2008. 269 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

GARAPON, A. **O juiz e a democracia**: o guardião das promessas. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

GUARESCHI, P. “Sem dinheiro não há salvação”: ancorando o bem e o mal entre os neopentecostais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 191-225.

_____; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2008.

HALLIDAY, M.A.K. Part A. In: HALLIDAY, M.A.K.; HASAN, R. **Language, context, and text**: Aspects of language in a social-semiotic perspective. Oxford: Oxford University Press, 1989. p. 3-52.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **An introduction to functional grammar**. London: Arnold, 2004.

_____. **Construing experience through meaning**: a language-based approach to cognition. London: Continuum, 1999.

IBRAHIM, F. Z. **Curso de Direito Previdenciário**, Niterói: Impetus, 2008.

JODELET, D. (org.). **As representações sociais**. Trad. Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2008.

KAMEL, A. **Dicionário Lula**: um presidente exposto por suas próprias palavras. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

LAGE, N. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 2006.

LÉVY, P. **O que é virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA, C. R. **Princípios de direito administrativo.** Porto Alegre: Sulina, 1984.

LUSTOSA, E. **O texto da notícia.** Brasília: Editora UnB, 1996.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos em comunicação.** São Paulo: Cortez, 2008.

MACHADO, Elias. **O ciberespaço como fonte para os jornalistas.** Salvador, BA: Calandra, 2003.

MANOVICH, L. **The language of new media.** Massachussets: The MIT Press, 2001.

MANUAL DA REDAÇÃO: Folha de S.Paulo. São Paulo: Publifolha, 2001.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. **The language of evaluation: appraisal in English.** New York: Palgrave, 2005.

MARTINS, S. P. **Fundamentos de Direito da Seguridade Social.** São Paulo: Atlas, 2004.

MATTHIESSEN, C. M. I. M; BARBARA, L.; TERUYA, K. Systemics Across Languages: Research network. PRC: The Hong Kong Polytechnic University; Brasil: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Austrália: The University of New South Wales, 2008.

MEURER, J. L. Ampliando a noção de contexto na Lingüística Sistêmico-Funcional e na análise crítica do discurso. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 4., n. esp., 2004, p. 133-157.

McCOMBS, M. E. **Setting the Agenda: The Mass Media and Public Opinion**. Cambridge: Polity Press, 2004.

_____; SHAW, D.L. The Agenda-Setting Function of the Mass Media. **Public Opinion Quarterly**, vol. 36 p. 176-187, 1972.

MILLER, C. R. Genre as social action. **Quarterly Journal of Speech**, n. 70, p.151-167, 1984.

_____. Gênero como ação social. In: DIONISIO, A. P.; HOFFNAGEL, J. C. (Orgs.). **Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOTTA-ROTH, D.; HEBERLE, V. M. O conceito de “estrutura potencial de gênero” de Ruqayia Hasan. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola, 2005. p.12-18.

NALINI, R. **A rebelião da toga**. Campinas: Millennium, 2006.

NEUBERT, A.; SHREVE, G.M. **Translation as text**. Kent: KSUPress, 1999.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

NIELSEN, J. Inverted pyramids in cyberspace. Disponível em <http://www.useit.com/alertbox/9606.html>. Acesso em 26 de novembro de 2010.

NOVO MANUAL DA REDAÇÃO: Folha de S.Paulo. São Paulo: Folha de S.Paulo, 1992.

OLIVO, L. C. C. **A reglobalização do estado e da sociedade em rede na era do acesso**. Florianópolis: Fundação Boiteaux, 2004.

PAVLIK, J. **Journalism and new media**. New York: Columbia University Press, 2001.

PINHO, J. B. **Jornalismo na internet: planejamento e produção da informação on-line**. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

RABAÇA, C. e BARBOSA, G. **Dicionário de comunicação**. Com a colaboração de Muniz Sodré. Rio de Janeiro: Ed. Codecri, 1978.

REBOUÇAS, F. Agenda setting. Disponível em http://www.estudosdejornalismo.blogspot.com/agenda_setting_19-03-2009. Acesso em 26 de novembro de 2010.

RIBEIRO, Jorge Cláudio. **Sempre alerta: condições e contradições do trabalho jornalístico**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RICHARDSON, J. E. **Analysing newspaper: an approach from critical discourse analysis**. London: Palgrave, 2007.

ROCHA, A. F. O. Judiciário e mídia: a realização da cidadania brasileira. **Revista Direitos Culturais**, São Leopoldo, v.3, n.5, p. 27, 2008.

ROCHA, L. A. G. S. Novo perfil do poder judiciário brasileiro. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, São Paulo, n. 67, abr./jun., p. 162-213, 2009.

ROJO, R. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J. L.; BONIINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros: teorias, métodos e debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 184-207.

ROSSI, C. **O que é Jornalismo?** São Paulo: Brasiliense, 2002.

SÁ, C. P. de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SALAVERRIA, R. **Redacción periodística em Internet.** Pamplona: EUNSA, 2005.

SANTAELLA, L. **Navegar no ciberespaço.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SARDINHA, T. **Linguística de corpus.** Barueri, SP: Manole, 2004.

SCOTT, M. **WordSmith Tools.** Hong Kong: Oxford University Press, 1999.

SILVA, J. A da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** São Paulo: Malheiros, 2006.

SILVA, J. M. **A miséria do jornalismo brasileiro: as (in)certezas da mídia.** Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SODRÉ, M. **Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística.** São Paulo: Summus, 1986.

SPONHOLS, L. O que é mesmo um fato? Conceitos e suas conseqüências para o jornalismo. **Revista Galáxia**, São Paulo, n.18, p.56-69, dez. 2009.

STRECK, L. L. **Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do direito.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

_____. **Jurisdição constitucional e hermenêutica: uma nova crítica do direito.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

TEIXEIRA, J. P. A. **Racionalidade das decisões judiciais**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TRAQUINA, N. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2002.

_____. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.

TROSBORG, A. **Analysing professional genres**. Amsterdam: John Benjamin Publishing, 2000.

VAN DIJK, T. **Discurso, notícia e ideologia**. Porto: Campo das Letras, 2005.

VIAN JR., O. O sistema de avaliatividade e os recursos para gradação em Língua Portuguesa: questões terminológicas e de instanciação. **DELTA**, v. 25, n. 1, São Paulo, 2009, p. 99-129.

VIAN JR., O.; LIMA-LOPES, R. A perspectiva teleológica de Martin para a análise textual. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.). **Gêneros**: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005, p. 29-45.

WARD, M. **Jornalismo online**. São Paulo: Roca, 2006.

WHITE, P. R. R. Telling Media Tales: The News Story as Rethoric. PhD Thesis, 1998, Department of Linguistics. University of Sydney. Disponível em <<http://Grammaticscom/Appraisal>> Acesso em 06 de julho de 2010.

_____. Valoração: a linguagem da avaliação e da perspectiva. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v.4., n.esp., p. 178-205, 2004.

_____ . Evaluative semantics and ideological position in journalistic discourse – a new framework for analysis. In, **Mediating Ideology in Text and Image**: ten critical studies. Amsterdam: John Benjamin Publishing, 2006.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

ZAFFARONI, E. **Poder Judiciário**: crises, acertos e desacertos. São Paulo: RT, 1995.

ZAMITH, F. Pirâmide invertida na cibernotícia: a resistência de uma técnica centenária. **Prisma.com**, Porto, n.1, p. 175-192, 2005.

